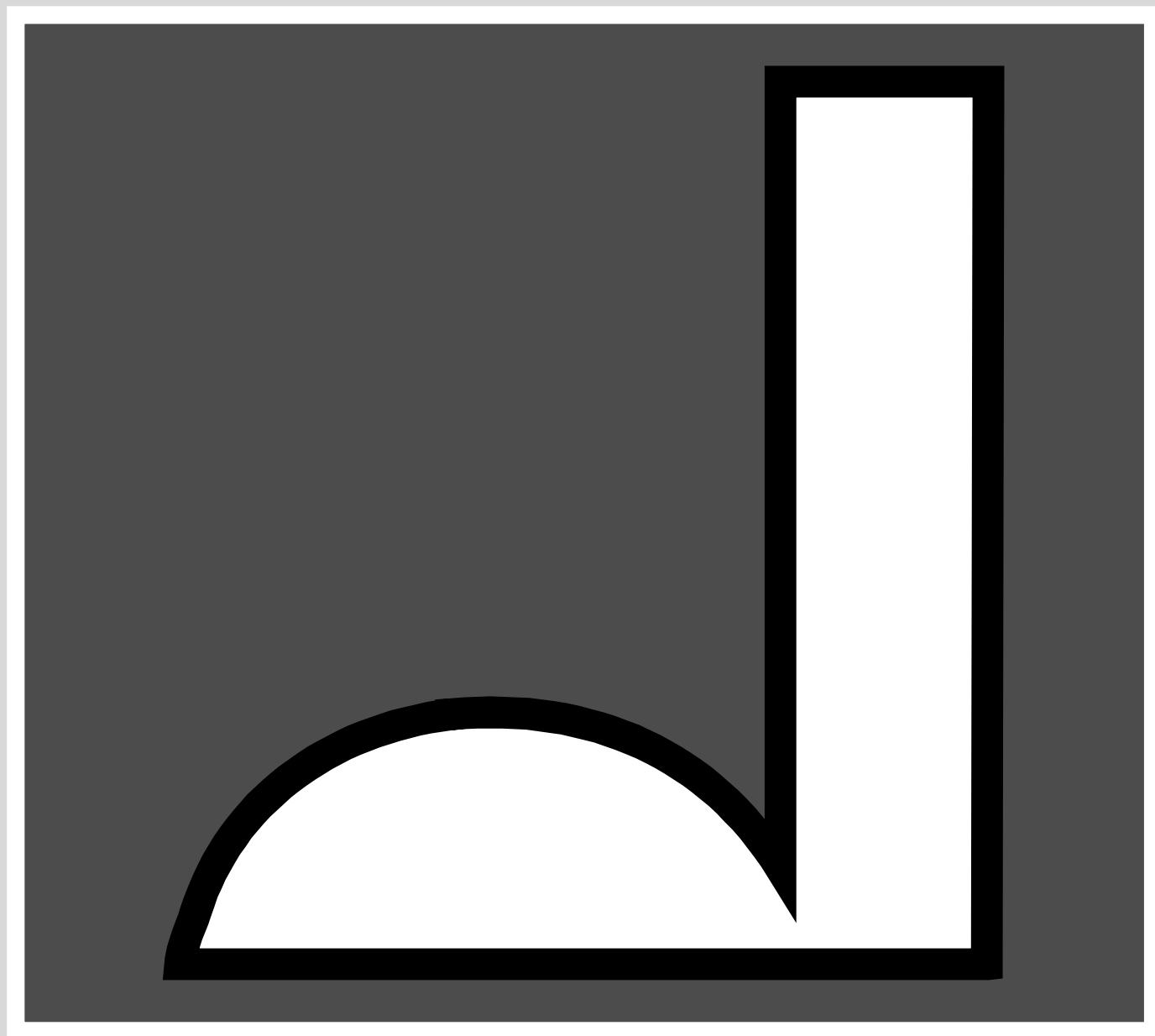




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LIX – Nº 140 – QUINTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19</b> (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p><b>LÍDER – PT</b> Ideli Salvatti – PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p><b>LÍDER – PSB – 3</b> João Capiberibe – PSB</p> <p><b>Vice-Líder PSB</b> Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LÍDER – PTB – 3</b> Duciomar Costa – PTB</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB – 22</b> <b>LÍDER</b> Renan Calheiros – PMDB</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29</b> PFL– 17, PSDB – 12</p> <p><b>LÍDER</b> Efraim Morais – PFL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p><b>LÍDER – PFL – 17</b> José Agripino – PFL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p><b>LÍDER – PSDB – 12</b> Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PDT – 5</b> <b>LÍDER</b> Jefferson Péres – PDT</p> <p><b>Vice-Líder</b> Almeida Lima</p> <p><b>LÍDER – PL – 3</b> Magno Malta – PL</p> <p><b>Vice-Líder</b> Aelton Freitas</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 2</b> <b>LÍDER</b> Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b> <b>LÍDER</b> Aloizio Mercadante – PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>		<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Ronald Cavalcante Gonçalves <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 122ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE SETEMBRO DE 2004

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.208, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.... 28826

Nº 1.209, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona..... 28826

Nº 1.210, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso à delegação brasileira que participou dos jogos olímpicos de Atenas, obtendo seu melhor desempenho na história da competição..... 28827

Nº 1.211, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil as informações que menciona..... 28827

Nº 1.212, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil as informações que menciona..... 28828

#### 1.2.2 – Pareceres

Nº 1.357, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 642, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor ao Sr. Peter Kaestner, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte, pelos relevantes serviços prestados à comunidade brasileira. .... 28828

Nº 1.358, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 732, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja enviado à Senhora Megawati Sukarno-Putri, Presidente da Indonésia, um apelo no sentido de permitir que o cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso naquele País, possa cumprir sua pena no Brasil, de acordo com as leis brasileiras. .... 28829

Nº 1.359, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.090, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Áustria, Thomas Kles-

til, bem como a apresentação de condolências ao governo austríaco..... 28830

Nº 1.360, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.122, de 2004, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando manifestação de júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ)..... 28831

#### 1.2.3 – Comunicações da Presidência

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, dos Requerimentos nºs 642, 732, 1.090 e 1.122, de 2004, cujos pareceres foram lidos anteriormente. .... 28832

Inexistência de decisão a ser tomada pela Presidência com referência à Questão de Ordem formulada pela Senadora Ideli Salvatti a respeito do funcionamento da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 207, de 2004, uma vez que a referida comissão teve o seu prazo encerrado no dia 29 de agosto, sem que tenha sido instalada. 28833

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 210, de 2004, em 31 de agosto de 2004 e publicada no mesmo dia, mês e ano, que altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e da Lei nº

10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. .... 28833

#### 1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR **EDUARDO AZEREDO** – Cobranças no sentido de que os recursos arrecadados pelo governo com a Cide, o Fust e com as Taxas de Iluminação Pública sejam efetivamente aplicados nas finalidades previstas em lei. .... 28834

SENADOR **JOÃO RIBEIRO** – Suspensão da liminar que impedia a realização das atividades das Faculdades Integradas do Ensino Superior de Porto Nacional (FIESPEN), em Tocantins. .... 28838

SENADOR **EDISON LOBÃO** – Importância das Forças Armadas nos maiores episódios da história do Brasil. .... 28839

SENADOR **JOSÉ JORGE**, como Líder – Anúncio dos vencedores do Troféu Berzoini de Crueldade, criado pelo Partido da Frente Liberal. .... 28842

SENADOR **MOZARILDO CAVALCANTI** – Críticas à criação da Secretaria Nacional da Reforma Judiciária no âmbito do Ministério da Justiça. .... 28845

SENADOR **JOSÉ JORGE** – Cobranças de ações do governo federal diante dos danos causados pelas fortes chuvas que atingiram o Estado de Pernambuco nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano. .... 28861

SENADOR **RODOLPHO TOURINHO** – Considerações ao Decreto nº 5.163, de 2004, que regulamenta o novo modelo elétrico aprovado pelo Congresso Nacional. .... 28864

SENADOR **HERÁCLITO FORTES** – Solidariedade ao povo do Maranhão em relação à interdição da ponte de acesso à capital São Luís. Críticas ao projeto Cidade Detran lançado pelo governo do Estado do Piauí. Transcrição do comunicado oficial da Bungue Alimentos, ratificando sua permanência no Estado do Piauí. .... 28867

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Homenagem pelo transcurso do 32º aniversário da Rede Amazônica de Rádio e Televisão. Cobrança de agilidade na aplicação da Lei nº 10.557, de 2002. Manifestação injuriosa do Ministro José Dirceu contra o PSDB, no que tange às críticas do partido ao projeto de parcerias público-privadas (PPP). .... 28872

#### 1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.213, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Amazônica de Rádio e TV pelo transcurso de seu 32º aniversário de fundação. .... 28877

Nº 1.214, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Globo de Televisão pelos 35 anos do Jornal Nacio-

nal, telejornal de maior audiência da tevê brasileira e marco na história do telejornalismo em rede nacional. .... 28878

Nº 1.215, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista teatral amazonense João Barbosa, o Titio Barbosa, ocorrido no dia 27 de agosto último. .... 28878

Nº 1.216, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao estudante de ensino médio Aldeir Gomes Lopes, pelo trabalho de pesquisa realizado por um grupo de escolares, por ele conduzidos, versando sobre o mogno e que será apresentado em Paris. .... 28879

Nº 1.217, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos atletas da Seleção de Vôlei do Brasil, pela conquista de medalha de ouro, nas Olimpíadas de Atenas. .... 28879

Nº 1.218, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta brasileiro Vanderlei Cordeiro de Lima pela conquista de medalha de bronze, nas Olimpíadas de Atenas. .... 28879

#### 1.2.6 – Leitura de projeto de lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005. (Mensagem nº 151, de 2004-CN, nº 543/2004, na origem). (Publicado no suplemento “A” a este **Diário**) ..... 28880

Projeto de Lei nº 52, de 2004-CN, que altera dispositivos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007, e dá outras providências. (Mensagem nº 152, de 2004-CN, nº 542/2004, na origem). (Publicado no suplemento “B” a este **Diário**) ..... 28880

#### 1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2004, de autoria do Senador Duciomar Costa, que assegura aos servidores públicos federais a opção por jornada de trabalho de vinte horas semanais, sem redução de vencimentos. .... 28880

#### 1.2.8 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR **LEOMAR QUINTANILHA** – Relato de sua participação em campanhas para a eleição de prefeitos e vereadores, destacando a importância do pleito eleitoral para a democracia do país... 28880

#### 1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **VALMIR AMARAL** – Homenagem pela passagem do Dia do Exército e do Soldado, no último dia 25 de agosto. .... 28882

SENADOR **PAULO PAIM** – Registro da reunião do Grupo Parlamentar Misto em defesa da Varig, realizada no dia 25 de agosto último. .... 28883

SENADOR **MOZARILDO CAVALCANTI** – Abandono da região de Serra Pelada – PA. .... 28883

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Interferência do governo federal no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). ..... 28884

SENADORA IDELI SALVATTI – Os 25 anos da Anistia no Brasil. .... 28886

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários ao artigo publicado no jornal **Correio Brasileiro**, de 14 de agosto último, intitulado “*Delírio Stalinista*”. ..... 28887

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 1º-9-2004.**

#### 3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente. .... 28890

Ata da 102ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 3 de agosto de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente. .... 28891

Ata da 103ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 4 de agosto de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente. .... 28892

Ata da 104ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 5 de agosto de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente. .... 28893

Ata da 107ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 10 de agosto de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente... 28894

Ata da 108ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente..... 28896

**4 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN, “COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA**

### **E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL”**

12ª a 41ª Reuniões, realizadas em 04, 18 e 24 de setembro, 02, 09, 22 e 30 de outubro, 05, 06 e 25 de novembro, 02 e 03 de dezembro de 2003, 09 de fevereiro, 11, 16, 24, 26 e 30 de março, 15, 19 e 20 de abril, 04, 20 e 26 de maio, 1º, 08, 16 e 23 de junho, 07 e 13 de julho de 2004. (Publicadas no suplemento “C” a este **Diário**) ..... 28897

#### **5 – EMENDAS**

Nºs 1 a 36, apresentada ao Projeto de Lei nº 47, de 2004-CN (Mensagem nº 142, de 2004-CN, nº 490/2004, na origem). .... 28897

#### **6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 1.632 a 1.641, de 2004..... 28933

### **SENADO FEDERAL**

#### **7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

##### **8 – SECRETARIA DE COMISSÕES**

##### **9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

##### **10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

##### **11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

##### **12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

##### **13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

### **CONGRESSO NACIONAL**

##### **14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

##### **15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

##### **16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

##### **17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTE LIGÊNCIA (CCAI)**

# Ata da 122ª Sessão não Deliberativa, em 1º de Setembro de 2004

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra e Duciomar Costa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 1.208, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado à Ministra de Minas e Energia, Exmª Srª Dilma Rousseff, o seguinte pedido de informações.

Com o intuito de subsidiar o Senado Federal com dados relativos à construção do Gasoduto que liga o Campo de Manati a cidade de Salvador, solicito as seguintes informações:

1) Em que fase está o andamento das obras de cada um dos tens abaixo:

- Plataforma “Offshore”
- Gasoduto Submarino
- Gasoduto Terrestre
- Estação de Tratamento do Gás

2) Em relação ao cronograma oficial anunciado pelo Ministério de Minas e Energia, está confirmada a chegada do gás natural à Salvador em outubro de 2005?

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

*(À Mesa para decisão.)*

### REQUERIMENTO Nº 1.209, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Justiça

as seguintes informações sobre a operação realizada pela Polícia Federal no jornal **O Tempo**, na cidade de Contagem, Minas Gerais, na tarde/noite de 26 de agosto de 2004:

- qual a razão do emprego de grande número de policiais e do emprego de armas de grande calibre na operação, transformando-a numa ação truculenta;
- qual razão para a voz de prisão dada aos jornalistas responsáveis pelo jornal **O Tempo**, uma vez que a operação era para se dar junto é Gráfica Sempre.

### Justificação

Os órgãos de imprensa divulgaram na data de 27 de agosto a matização de operação pela Polícia Federal, para atender mandado de busca e apreensão de jornal **Betim em Dia** emitido pela Justiça Eleitoral da Comarca de Betim. Entretanto o que se viu foi à invasão da redação do jornal **O Tempo** por policiais em grande número, fortemente armados, sem a necessária presença de funcionários da Justiça Eleitoral, mas com a presença de lideranças do Partido dos Trabalhadores.

Houve a detenção de jornalistas, um o Diretor Geral do jornal, que chegou a ser algemado, e outro, o Diretor de Redação, relaxada após a constatação de que nada havia a buscar ou arrecadar.

É um episódio lamentável por se mostrar arbitrário, truculento e sem dúvida um atentado à liberdade de imprensa, isto num momento sensível, que é o das eleições municipais.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – **Eduardo Azeredo**.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho – PFL – BA) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:



**REQUERIMENTO Nº 1.210, DE 2004**

**Requer Voto de Aplauso à delegação brasileira que participou dos jogos olímpicos de Atenas, obtendo seu melhor desempenho na história da competição.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à delegação brasileira que participou dos jogos olímpicos de Atenas, na Grécia, obtendo seu melhor desempenho na história da competição.

**Justificação**

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo resultado obtido pelos brasileiros na competição que reúne os melhores atletas do planeta. No total foram dez medalhas, sendo quatro de ouro, três de prata e três de bronze, o que representa o melhor desempenho do Brasil na história dos jogos olímpicos.

Merecem destaque, também, todos aqueles atletas que, apesar de não terem conseguido uma medalha, alcançaram um resultado expressivo, projetando o Brasil no cenário esportivo mundial.

O excelente resultado coroou o esforço pessoal de cada um dos atletas brasileiros que conseguiram se preparar de forma adequada, registrando uma evolução qualitativa em relação às últimas competições. É bom lembrar que um projeto de preparação de um atleta de nível internacional só amadurece após vários anos de trabalho e, portanto, a performance alcançada nos jogos olímpicos de Atenas é fruto de uma política esportiva governamental iniciada há algum tempo, baseada nos investimentos nos esportes de base e na disseminação social da prática desportiva.

Cabe destacar, também, a aprovação no governo anterior daquilo que se convencionou chamar de lei Piva, de incentivo ao esporte, que desde sua sanção até agora proporcionou investimentos da ordem de 193 milhões de reais.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho – PFL – BA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.211, DE 2004**

**Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil à cerca dos atos de exoneração e nomeação, para cargos na**

**Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), publicados no Diário Oficial da União do último dia 26 de agosto.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil as seguintes informações à cerca dos atos de exoneração e nomeação, para cargos na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), publicados no **Diário Oficial** da União do último dia 26 de agosto:

1ª) As nomeações e exonerações de cargos na ABIN são consideradas como atos de competência desta Agência?

2ª) Quem possui a competência para nomear e exonerar pessoas lotadas nos cargos da ABIN?

3ª) Se a competência para nomear e exonerar pessoas do quadro da ABIN não pertence à Agência qual o motivo do sigilo das nomeações e exonerações publicadas no **Diário Oficial** da União do último dia 26 de agosto?

**Justificação**

No **Diário Oficial** da União do dia 26 de agosto de 2004, dentre os atos da Casa Civil, publicou-se a exoneração de três servidores e a nomeação de outros três. Ocorre que, estes servidores são tratados apenas pelo número de suas matrículas, ou seja, não houve menção ao nome dos mesmos.

A Casa Civil invocou como fundamento, para assim proceder, o art. 9º da Lei nº 9.883, de 1999, que assim dispõe:

Art. 9º Os atos da ABIN, cuja publicidade possa comprometer o êxito de suas atividades sigilosas, deverão ser publicados em extrato.

§ 1º Incluem-se entre os atos objeto deste artigo os referentes ao seu peculiar funcionamento, como às atribuições, à atuação e às especificações dos respectivos cargos, e à movimentação dos seus titulares.

Contudo, as nomeações e exonerações referidas não podem ser incluídas como atos da ABIN, pois foram praticados pela Casa Civil, sendo desta a competência, nos termos do art. 1º do Decreto nº 4.734, de 2003. Tanto é assim que no próprio Diário Oficial a publicação das exonerações e das nomeações estão publicadas na parte reservada aos atos da Casa Civil.

A referida Agência não possui personalidade jurídica, sendo um órgão de assessoramento da Presi-

dência da República. Então, não pode praticar atos de exoneração e nomeação, tendo a seu cargo, somente, planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecendo as políticas e diretrizes superiormente traçadas (art. 3º da Lei 9.883/99). O publicado no Diário Oficial da União no dia 26 de agosto, assim, fere o princípio da publicidade consubstanciado no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Esclareço, também, que as informações que ora requeiro são de fundamental importância para o cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – **Arthur Virgílio**.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 1.212, DE 2004**

**Requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acerca de denúncia do jornalista Tales Fada, sobre monitoramento de telefones.**

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca da denúncia veiculado pelo jornalista Tales Alvarenga, na edição de 1º de setembro de 2004, da revista ISTOÉ, atribuindo ao Chefe da Casa Civil a afirmação, a um líder partidário, de que teria muita gente com seus telefones monitorados.

– Em que se baseou a declaração contida na denúncia do jornalista?

#### **Justificação**

A revista **ISTOÉ** denuncia, na edição do dia 1º de setembro de 2004, que o Ministro-Chefe do Gabinete Civil teria revelado a um líder partidário que muita gente estaria com seus telefones monitorados, dando a entender que, como acrescenta a nota da revista, o Governo estaria promovendo a caça às bruxas contra seus inimigos. A revelação é grave, exigindo pronto esclarecimento, daí o objetivo deste requerimento.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho – PFL – BA) – Os requerimentos lidos serão despachados à mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

*São lidos os seguintes:*

#### **PARECER Nº 1.357, DE 2004**

**Da Comissão De Relações Exteriores, e Defesa nacional, sobre o Requerimento nº 642, de 2004, do Senador Marcelo Crivella, solicito voto de louvor ao Sr. Peter Kaestner, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte, pelos relevantes serviços prestados a comunidade brasileira, bem como por sua colaboração com o Senado e os senadores no episódio do retorno dos brasileiros que se encontram detidos naquele país.**

Relator: Senador **Aelton Freitas**

Relator **ad hoc**: Senador **Tião Viana**.

#### **I – Relatório**

Vem a esta Comissão para exame, com fundamento no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Requerimento nº 642, de 2004, que requer voto de aplauso ao ex-Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil, Dr. Peter Kaestner.

#### **II – Análise**

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos regimentais referentes aos requerimentos de voto de aplauso, por dizer respeito a acontecimento de alta significação nacional ou internacional, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001. Sua consignação nos Anais desta Casa nos parece justa e pertinente.

Pode-se dizer que a carreira diplomática do Sr. Peter Kaestner teve ensejo mercê de seu espírito filantrópico, o qual, politicamente traduzido, resultou na militância em nome dos direitos humanos e da cooperação entre os povos, porquanto sua formação acadêmica apenas de maneira inusitada o conduziria às relações exteriores. Formado em Biologia pela Universidade de Cornell, Estados Unidos, serviu como professor voluntário para segundo grau no Corpo de Paz no antigo Zaire, logo após a graduação.

Em 1981, ingressou no Serviço Exterior dos Estados Unidos. O primeiro posto do Sr. Kaestner foi em Nova Deli, Índia, donde seguiu para Nova Guiné e, posteriormente, para as Ilhas Salomão, terceiro maior arquipélago do Pacífico Sul, onde foi incumbido de mediar disputa pesqueira. Em 1988, trabalhou na Seção Consular da Embaixada dos Estados Unidos em Bogotá, Colômbia. Em 1990, foi indicado para o



cargo de Chefe da Seção Consular em Kuala Lumpur, Malásia.

Trabalhou, ainda, no Escritório Internacional para Promoção Comercial da Universidade de Michigan, no próprio Estado Americano de Michigan, e no Escritório para Ecologia e Preservação Ambiental, do Departamento de Estado Americano.

No Brasil, o Sr. Kaestner exerceu papel primordial na resolução de questões havidas nas relações consulares bilaterais, no período de exercício no cargo de Cônsul-Geral: a repatriação de brasileiros ilegais que estavam nos Estados Unidos e a manutenção de canal de diálogo entre Brasil e Estados Unidos, quando o episódio da decisão de Juiz Federal de que nacionais americanos fossem fichados quando entrassem no Brasil ameaçou macular as relações bilaterais.

### III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Requerimento, por sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, conveniência e oportunidade.

Sala da Comissão, 26 de Agosto de 2004. – **Eduardo Suplicy**, Presidente **Tião Viana**, Relator **ad hoc** – **Hélio Costa** – **Jefferson Péres** – **Gilberto Mestrinho** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Azevedo** – **Sibá Machado** – **Roseana Sarney** – **Marco Maciel** – **Cristovam Buarque**.

### PARECER Nº 1.358, DE 2004

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 732, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, seja enviado à Senhora Presidente Megawati Sukarno-Putri um apelo no sentido de permitir que o cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso na Indonésia, possa vir cumprir sua pena no Brasil, de acordo com as leis brasileiras.**

Relator: Senador **Tião Viana**

### I – Relatório

Nos termos regimentais, o Senador Eduardo Suplicy requer seja enviado à Senhora Presidente Megawati Sukarno-Putri um apelo no sentido de permitir que o cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso na Indonésia por tráfico, possa vir cumprir sua pena no Brasil, de acordo com as leis brasileiras.

Fundamenta o Senador Suplicy que, apesar de respeitar a justiça da Indonésia e condenar o tráfico de entorpecentes, a condenação do Sr. Marco Moreira à morte por fuzilamento atenta contra a compreensão

brasileira sobre imputação de penas ínsita na Constituição Federal. Nesse sentido, o Requerimento nº 732, de 2004, constitui apelo humanitário à Presidente da Indonésia a fim de emitir gesto de boa vontade para que o brasileiro em questão cumpra pena de privação de liberdade no Brasil.

### II – Análise

O presente Requerimento de solidariedade, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, em razão de acontecimento de alta significação nacional e internacional, vem ao encontro da histórica política e prática brasileira de abolição da pena de morte para crimes comuns.

A Constituição Federal brasileira, pelo art. 5º, inciso XLVIII, alínea **a**, proíbe a pena de morte, com exceção de caso de guerra declarada. Soma-se ao ordenamento interno as obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro, especialmente as decorrentes da ratificação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e de seu Protocolo adicional sobre abolição da pena de morte.

Diante desse marco normativo que obriga o Brasil, causa consternação vislumbrar a hipótese de brasileiro vir a ser condenado à morte em território estrangeiro. Embora reconhecendo que a política de penas faz parte da soberania da Indonésia, que não está necessariamente obrigada às mesmas normas internacionais que vinculam o Brasil, o apelo à não aplicação de morte a brasileiro corresponde a pedido de compreensão por posição diversa. Nesse sentido, o presente Requerimento tem o mérito de solicitar à Presidente da Indonésia que indulte o brasileiro ou comute sua pena de morte em pena de privação de liberdade, caso a sentença de primeira instância seja mantida.

Lembre-se que, nos termos do art. 6º, item 4, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e do art. 4º, item 6, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, qualquer condenado à morte tem direito de solicitar indulto ou comutação de penas.

E, em situação de comutação, sejam as autoridades indonésias sensíveis à possibilidade de celebrar acordo de transferência de presos, a fim de o Sr. Marco cumprir pena em território brasileiro, perto de seus familiares.

Portanto, o Requerimento em tela merece toda a aprovação diante a grandeza humanitária e de solidariedade que encerra em seus termos.

### III – Voto

À vista do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do Requerimento nº 732, de 2004.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2004. –  
**Eduardo Suplicy**, Presidente – **Tião Viana**, Relator  
– **Rodolpho Tourinho** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Roseana Sarney** – **Cristovam Buarque**  
– **Hélio Costa** – **Sibá Machado**

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....  
XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

.....  
**PARECER Nº 1.359, DE 2004**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.090, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Áustria, Thomas Klestil, bem como a apresentação de condolências ao governo austríaco.**

Relator: Senador **Marco Maciel**

**I – Relatório**

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se manifestar, sobre o Requerimento nº 1.090, de 2004, que solicita, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Áustria, Thomas Klestil, bem como apresentação de condolências ao governo austríaco.

Da Justificação ao Requerimento que encaminha a proposta legislativa em apreço, cumpre destacar o seguinte:

Thomas Klestil terminaria seu segundo mandato de seis anos em 8 de julho, data da tomada de posse do social-democrata Heinz Fischer, eleito em abril último para a presidência.

Klestil faleceu aos 71 anos em um hospital da capital austríaca por causa de uma

insuficiência generalizada dos órgãos vitais. O presidente havia sido eleito pela primeira vez em 1992 e reeleito em 1998. Diplomata carreira e economista, ele foi chanceler austríaco em 1978, embaixador na ONU na década de 1980 e embaixador nos Estados Unidos em 1989.

O papel constitucional de um presidente na Áustria é quase simbólico, apesar de poder escolher o chanceler, chefe de governo, e a dissolver qualquer governo. Entretanto, nenhum presidente austríaco recorreu alguma vez a estas prerrogativas.

O Senado brasileiro presta sua homenagem a um dos políticos mais importantes da Áustria o qual deverá ser lembrado pela forma prudente como desempenhou as funções presidenciais.

**II – Análise**

Nascido na Viena de 1932, Thomas Klestil estudou economia e aprofundou-se nos estudos acadêmicos até obter seu doutorado em 1957. Nas três décadas seguintes, desempenhou diversos cargos diplomáticos, dos quais se destacam sua passagem por Los Angeles como cônsul geral, de 1969 a 1974, o cargo de representante permanente da Áustria na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, de 1978 a 1982, e o cargo de embaixador da Áustria nos Estados Unidos a partir de 1982.

Eleito presidente da Áustria em 1992, para um mandato de seis anos, Thomas Klestil revelou-se engajado nos temas europeus. Sob seu mandato, a Áustria integrou-se à União Européia, em 1995, e reforçou laços políticos com as emergentes democracias do velho continente, reestruturadas com a queda do muro de Berlim e com o colapso da União Soviética. Em ato de reconciliação com o passado histórico, sem permitir indulgência ou negligência em face das responsabilidades com o passado, Klestil pronunciou-se em diversas oportunidades contra a cumplicidade austríaca para com a Alemanha nazista. Durante viagem a Israel, fez questão de expressar sua simpatia e solidariedade às vítimas do holocausto.

Não obstante a preponderância representativa do cargo de Presidente federal, cujas funções restringem-se à vigilância, conciliação e representação do país no exterior, sem intervir diretamente na política, exceto em situações pontuais, Thomas Klestil, conservador desde sua adesão à política, disputou as eleições de 1998, obtendo sua segunda vitória. Permanentemente comprometido com a imagem da Áustria no exterior, Klestil demonstrou ser estadista de primeira grandeza, a velar pela normalidade de

mocrática do país em qualquer circunstância. Suas maneiras suaves, seus gestos de apaziguamento e conciliação contribuíram para o prestígio da instituição e da posição que ocupava.

As eleições de 2004 apontaram o social-democrata Heinz Fischer como vencedor. Os problemas de saúde de Klestil, no entanto, impediram-no de participar da transição democrática que tanto defendera durante toda sua carreira. Aos 71 anos, no auge da respeitabilidade profissional, Thomas Klestil faleceu no dia 6 de julho de 2004, três dias antes da entrega do cargo, devido a falência múltipla dos órgãos. Sua morte, porém, lança à história o papel fundamental que Klestil soube desempenhar com astúcia política e talento diplomático, compreendendo os desafios políticos que a modernidade impunha à Áustria e os novos caminhos que seu país deveria trilhar junto às nações vizinhas, em um projeto de identidades que só os poderia fortalecer.

O voto de louvor que se presta a Thomas Klestil, portanto, revela-se oportuno e conveniente aos interesses nacionais, conforme incumbe a esta Comissão considerar, tendo em vista o inegável desempenho de Klestil como um dos grandes políticos de seu tempo na Áustria e na comunidade internacional. Ademais, os tradicionais e amistosos laços de cooperação e de respeito entre Brasil e Áustria reforçam sobremaneira a importância da homenagem que se presta.

### III – Voto

Pelo exposto, por ser oportuno e conveniente aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.090, de 2004.

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2004. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Marco Maciel**, Relator – **Gilberto Mestrinho** – **Eduardo Azeredo** – **Cristovam Buarque** – **Rodolpho Tourinho** – **Hélio Costa** – **Jefferson Péres** – **Sibá Machado** – **Roseana Sarney**.

### PARECER Nº 1.360, DE 2004

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.122, de 2004, do Senador Aloízio Mercadante, solicitando manifestação de júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).**

Relatora: Senadora **Roseana Sarney**

### I – Relatório

Esta comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 1.122, de 2004, que requer manifestação de júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

O referido requerimento, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, fundamenta-se no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e, conforme determina o dispositivo em questão, foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

O requerimento em apreço visa apoiar a decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

A referida proposição lembra a forma competente e altaneira com que o Embaixador José Maurício Bustani desincumbiu-se de sua gestão à frente da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), “tendo marcado a sua exitosa gestão pela independência em relação aos interesses políticos imediatos de países específicos, virtude imprescindível num funcionário público internacional”. Condena o modo “deplorável e ilegal” como o referido Embaixador foi destituído do seu mandato de Diretor-Geral da OPAQ, cargo para o qual fora eleito por unanimidade dos países membros. Destaca a Decisão do Tribunal Administrativo da OIT, referente ao Julgamento nº 2.232, que já declarara ilegal a demissão sumária do Embaixador, por ter sido realizada sem o devido processo jurídico, segundo estabeleceu a referida decisão.

O requerimento também apóia nova decisão do mesmo Tribunal, a qual manteve os termos da decisão anterior e condenou a OPAQ pelo seu descumprimento, e aplaude a iniciativa tomada pelo Embaixador Bustani de doar a indenização por danos morais, a ele devida, a um fundo voltado para os países em desenvolvimento, membros da OPAQ. Por fim, reafirma o princípio do multilateralismo e o respeito aos princípios consagrados pelo Direito Internacional, manifestando júbilo pela mencionada Decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

### II – Análise

O art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que o requerimento de voto de aplausos regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou

semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

Amplamente noticiada pela imprensa de todo o mundo, a demissão do diplomata brasileiro José Mauricio Bustani do cargo de Diretor-Geral da OPAQ (Organização para a Proibição das Armas Químicas), por iniciativa do governo dos Estados Unidos, em 2002, configurou, na opinião de muitos, um escândalo internacional.

Depois do seu afastamento do cargo, o Embaixador Bustani levou o caso à OIT (Organização Internacional do Trabalho). Em julho de 2003, o Tribunal Administrativo da OIT considerou que as alegações contra ele eram “extremamente vagas” e concluiu que a sua demissão fora ilegal.

O Tribunal afirmou, em sua decisão, que a interdependência dos servidores públicos internacionais é essencial ao adequado funcionamento dos organismos internacionais e que o mandato dos diretores desses organismos não pode ser interrompido de forma arbitrária. Determinou que a OPAQ indenizasse o Embaixador Bustani por danos morais e materiais.

O secretariado da OPAQ, contudo, ignorou a decisão. Bustani dirigiu-se novamente ao Tribunal, pedindo a execução da sentença. No último dia 14 de julho, o Tribunal da OIT ordenou o imediato cumprimento da sua decisão, com juros sobre os montantes devidos a título de indenização. Confirmou, também, a obrigatoriedade do cumprimento de sentenças internacionais por parte de organismos como a OPAQ, que reconhecem a jurisdição do Tribunal.

Parece-nos, portanto, louvável e oportuna a iniciativa do nobre Senador Aloizio Mercadante, ao requerer manifestação de júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

Cumpre, no entanto, oferecer ajustes à proposição, de maneira a adaptar sua redação à boa técnica legislativa.

### III – Voto

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.122, de 2004, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido Voto de Regozijo em ata e apresentadas congratulações ao Presidente do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela decisão

daquele órgão, que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

Sala da Comissão, 26 de agosto de 2004.

– **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Roseana Sarney**, Relatora – **João Alberto Souza – Tião Viana** – **Gilberto Mestrinho** – **Jefferson Peres** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Rodolpho Tourinho** – **Cristovam Buarque** – **Hélio Costa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho – PFL – BA) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 1.357, 1.358, 1.359 e 1.360, de 2004**, que acabam de ser lidos, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluindo favoravelmente às seguintes matérias:

- **Requerimento nº 642, de 2004**, do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor ao Sr. Peter Kaestner, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América do Norte, que ora retorna ao seu País, pelos relevantes serviços prestados à comunidade brasileira;
- **Requerimento nº 732, de 2004**, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja enviado à Senhora Megawati Sukarno-Putri, Presidente da Indonésia, um apelo no sentido de permitir que o cidadão brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso naquele País, possa cumprir sua pena no Brasil, de acordo com as leis brasileiras;
- **Requerimento nº 1.090, de 2004**, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja encaminhado voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Áustria, Thomas Klestil, bem como a apresentação de condolências ao governo austríaco; e
- **Requerimento nº 1.122, de 2004**, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando manifestação de júbilo pela decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que considerou ilegal a interrupção do mandato do Embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

As matérias figurarão na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Na sessão do dia 24 de agosto, a nobre Senadora Ideli Salvatti, usando da palavra pela ordem, solicitou desta Presidência providências com vistas ao funcionamento da Comissão mista incumbida de estu-



dar e dar parecer sobre a **Medida Provisória nº 207, de 2004**, que *altera disposições das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 9.650, de 27 de maio de 1998* (Mensagem nº 141/2004-CN – nº 487/2004, na origem), alegando que “*embora não tenha havido **quorum**, houve deliberação na Comissão, inclusive algo inédito, porque a Comissão, sem **quorum**, escolheu um Presidente e um Relator provisórios – algo que não tem nenhuma base nos Regimentos Internos da Câmara e do Senado, e no Regimento Comum das duas Casas*”.

A Presidência informa à nobre Senadora Ideli Salvatti que a Comissão encerrou o seu prazo no dia 29 de agosto, sem que tenha sido instalada, não tendo, portanto, esta Presidência, nenhuma decisão a ser tomada.

*Seguem notas taquigráficas da sessão de 24 de agosto de 2004, referente à questão formulada:*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (BLOCO/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB 0 AP) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, houve a tentativa de instalação da Comissão Mista que trata de uma das medidas provisórias que estão em tramitação no Congresso Nacional e, apesar de a reunião se estender por um longo espaço de tempo, quase duas horas, não houve **quorum**.

Embora não tenha havido **quorum**, houve deliberação na Comissão, inclusive algo inédito, porque a Comissão, sem **quorum** escolheu um Presidente e um Relator provisórios – algo que não tem nenhuma base nos Regimentos Internos da Câmara e do Senado e no Regimento Comum das duas Casas.

Portanto, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que tome as providências cabíveis, tendo em vista que as deliberações não poderiam ter sido tomadas e, portanto, nenhum encaminhamento pode ser feito já que não houve **quorum** na reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa tomará as informações necessárias para proceder de acordo com o Regimento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como

suplente, como suplente dessa importante Comissão que estudará, ou deveria fazê-lo, a medida provisória que cria esta coisa esdrúxula, que é o Ministério do Banco Central, vi que faltaram lá Senadores e Deputados da Base do Governo.

O Presidente da reunião que foi aberta, Deputado Alberto Goldman, suspendeu a mesma e, amanhã, a reabrirá. S. Ex<sup>a</sup> dará toda a oportunidade aos governistas de dizerem se têm ou não têm interesse em discutir a autonomia do Banco Central, a constitucionalidade da medida, se é urgente ou não. Se não é urgente e não é relevante, não deveria ter virado medida provisória. Se é urgente e relevante, não tem como alguém se eximir do dever moral de lá comparecer para colocar suas opiniões.

A Oposição cumpriu como seu dever; acredito que, por mera coincidência, o Governo hoje não. Mas amanhã a reunião recomeça e certamente a chamada Maioria se fará presente para não se furtar a debates tão relevantes sobre tema que o Governo diz ser relevante, e nós acreditamos, por isso comparecemos lá cumprindo com o nosso dever, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 31 de agosto de 2004, e publicou no mesmo dia mês e ano, a **Medida Provisória nº 210, de 2004**, que “*altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional*, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:



**SENADORES****Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

Sérgio Guerra (PSDB) Paulo Octávio (PFL)  
 José Agripino (PFL) Demóstenes Torres (PFL)  
 Arthur Virgílio (PSDB) Antero Paes de Barros (PSDB)  
 Tasso Jereissati (PSDB) Lúcia Vânia (PSDB)

**PMDB**

Renan Calheiros Luiz Otávio  
 Hélio Costa Ney Suassuna  
 Sérgio Cabral Garibaldi Alves Filho

**Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB)**

Ideli Salvatti (PT) Roberto Saturnino (PT)  
 João Capiberibe (PSB) Geraldo Mesquita Júnior(PSB)  
 Duciomar Costa (PTB) Ana Julia Carepa(PT)

**PDT**

Jefferson Péres Almeida Lima

**PL(1)**

Magno Malta Aelton Freitas

**PPS(2)**

Mozarildo Cavalcanti vago

(1)O PL se desligou do Bloco de Apoio ao Governo em 13-4-2004.  
 (2)Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes****PT**

Arlindo Chinaglia Fernando Ferro  
 Angela Guadagnin Ivan Valente

**PMDB**

José Borba André Luiz  
 Mendes Ribeiro Filho Gustavo Fruet

**PFL**

José Carlos Aleluia José Roberto Arruda  
 Rodrigo Maia Onyx Lorenzoni

**PP**

Pedro Henry Celso Russomanno

**PSDB**

Custódio Mattos Alberto Goldman

**PTB**

José Múcio Monteiro Ricarte de Freitas

**Bloco (PL/PSL)**

Sandro Mabel

Miguel de Souza

**PPS**

Júlio Delgado

Lupércio Ramos

**PSB**

Renato Casagrande

Dr. Evilásio

**PC do B\***

Renildo Calheiros

Jamil Murad

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 31-8-2004 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: 1º-9-2004
- Instalação da Comissão: 2-9-2004
- Emendas: até 6-9-2004 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 31-8-2004 a 13-9-2004(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 13-9-2004
- Prazo na CD: de 14-9-2004 a 27-9-2004 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 27-9-2004
- Prazo no SF: de 28-9-2004 a 11-10-2004 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 11-10-2004
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 12-10-2004 a 14-10-2004 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15-10-2004 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 29-10-2004 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, por cessão do Senador Marco Maciel, e em permuta com o Senador Edison Lobão.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de solicitar a minha inscrição para breves comunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – V. Exª usará da palavra, intercalado com os oradores.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para novamente fazer valer um direito – que é também um dever do Senado, de cada um de nós, especialmente os Senadores da Oposição – de cobrar do Governo o que é também um dever seu, qual seja, cobrar que o Governo cumpra o dever de exercer “a

direção superior da Administração Federal”, conforme a Constituição atribui ao Poder Executivo.

Refiro-me ao fato, já sobejamente sabido, de que o Governo persiste em relegar para segundo plano a execução de despesas, metas e compromissos consignados no Orçamento da União.

A exemplo de diversos colegas Senadores, não é a primeira vez que trato desta questão, mas quantas vezes forem necessárias, tantas vezes voltarei a esta tribuna para fazê-lo.

Não posso deixar de alertar a opinião pública que o Governo não vem cumprindo obrigações relevantes que cabem tão-somente a ele executar.

Não podemos aceitar que o Executivo deixe de aplicar satisfatoriamente os recursos orçamentários vinculados da Cide e do Fust. Silenciar quanto a isso equivaleria a omitir-se, pois, de um lado, as nossas estradas prosseguem matando e causando prejuízos à produção, ao comércio e às exportações; de outro lado, nossas escolas públicas continuam excluídas do mundo digital, permanecem condenadas a ficarem para trás, cada vez mais distantes das escolas privadas e de parte da rede escolar do resto da Terra.

A cobrança que faço é pertinente no momento em que o Congresso Nacional acaba de receber a Proposta do Executivo para o Orçamento da União em 2005. Não faltarão recursos para infra-estrutura – reza praticamente todos os dias a palavra governamental. A cantilena é retomada agora em que chega a Proposta Orçamentária, mas cresce a dúvida de até quando essas belas e boas intenções sobre o futuro ficarão mais uma vez no papel.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo apregoa que os investimentos em obras no setor crescerão para R\$11,4 bilhões no próximo ano – contra o total de R\$9,2 bilhões liberados até agora no corrente ano e dos quais apenas R\$1,1 bilhão (cerca de 9%) tinham sido pagos até meados de agosto. Ou seja, decorridos dois terços do ano, o Governo só liberou 9%, menos que um décimo do que deveria ser liberado. Dois terços do ano, um décimo do que deveria ter sido liberado!

Mas cabe fazermos algumas perguntas. Será que os R\$11,4 bilhões representam de fato crescimento? Será que esse montante vai ser mesmo executado em 2005?

Em primeiro lugar, a dotação de investimentos em infra-estrutura aprovada pelo Congresso para o Orçamento do corrente ano foi de R\$12,3 bilhões – mais, portanto, do que o Governo está propondo para 2005!

Em segundo lugar, como os cortes do contingenciamento devem reduzir a execução daqueles R\$12

bilhões para R\$10,2 bilhões até o final deste ano, o propalado aumento para o próximo ano significará apenas que o Governo vai retirar um pouco o bode mal cheiroso que colocou desde o ano passado na sala da contenção radical dos investimentos públicos.

Sem querer subestimar ou descreer da palavra do Sr. Ministro do Planejamento, existe menos certeza ainda quando ele prevê que, no próximo ano, os investimentos poderão chegar a R\$14 bilhões – neste ano, não liberaram mais do que R\$1,1 bilhão.

Os antecedentes da execução orçamentária no atual Governo só nos levam a pensar que o fato de existir o dinheiro não quer dizer absolutamente que será usado.

O Governo do PT parece ter gosto especial pela conservadora filosofia dos guarda-livros das antigas empresas, nas quais muitas vezes o que mais interessava era a escrita em dia do que o sucesso dos negócios.

Sr. Presidente, é muito bom, é claro, que a escrita fique em dia e a Oposição não cansa de reconhecer esse mérito da atual política macroeconômica no que se refere às questões fiscais, especialmente o endividamento. Mas não há sentido em se guardar dinheiro que existe, pode e deve ser investido para dar base ao crescimento econômico. O dinheiro existe, pode e deve ser investido!

Esse procedimento vai além do conservadorismo. É avareza mesmo, eu diria, aliado à incapacidade ou in experiência em administrar o recurso público.

O Governo só pensa em manter o cofre cheio! Com isso, nega na prática o papel do Estado como indutor e suporte da atividade econômica. Quer que apenas a iniciativa privada se responsabilize pelos investimentos.

Ora, a economia está indo bem e não há como negar que existe algum crescimento na economia brasileira, mas insisto em ressaltar que essa melhora tem muito a ver com os próprios méritos das empresas deste País. Por essa razão, deixar de provê-las já, com a conservação e melhoria das rodovias, ferrovias e portos, representa o risco de matar a galinha dos ovos de ouro. O Governo certamente não tem dúvida disso, mas, com lógica semelhante à da avestruz, enfia a cabeça na areia e espera que a solução desça do céu. Repito: 9% apenas dos investimentos foram liberados até agosto deste ano. Não é isso que explica a obsessão governista com a parceria público-privada, como se ela fosse a varinha de condão para todos os problemas? Obviamente, a PPP é uma boa solução para a Administração Pública hoje em dia.

Aproveito para esclarecer, mais uma vez, que os governos do meu partido, o PSDB, que já aprovaram a

Lei de PPP, não estão usando a PPP porque esperam a lei nacional, e existem pontos a serem esclarecidos. Minas Gerais tem uma lei aprovada, mas não existe nenhum projeto de PPP já em andamento. O Governo insiste em dizer que a Oposição já estaria adotando as PPPs, mas não está. Nós, em Minas Gerais, assim como São Paulo, estamos com lei aprovada, mas aguardando a questão relativa ao endividamento e à forma de contratação.

Obviamente, a PPP é uma boa solução, não há dúvida. Mas, até lá, por que o Governo não usa logo os recursos da Cide? Porque não quer. E por que prefere ficar na defensiva paranóica da síndrome da catástrofe iminente, aguardando algum desastre econômico que não sabe onde, nem quando, nem se vai ocorrer?

A menos que, por divergências internas, o PT e seus aliados, o Governo não confie na segurança da condução da política macroeconômica, não tem sentido não se usarem recursos que os contribuintes suam para pagar e que esperam sejam bem aplicados pelo Poder Público.

Os números da execução orçamentária dos recursos arrecadados pela Cide são escandalosos. Sem exagero, chegam a configurar descaso e irresponsabilidade. Se não vejamos: no corrente ano, foi autorizada por lei à União a execução de cerca de R\$5,6 bilhões arrecadados pela Cide. Entretanto, desse total só foram empenhados até agora aproximadamente R\$1,8 bilhão, dos quais apenas R\$487 milhões referem-se a empenhos liquidados, e R\$405 milhões a empenhos pagos. É muito pouco ante tantas demandas e necessidades, principalmente as relativas à malha rodoviária. A Confederação Nacional da Indústria estima que os investimentos em infra-estrutura devem atingir “pelo menos” R\$38 bilhões ao ano “para o crescimento da economia brasileira não ser afetado”.

O próprio Ministro dos Transportes advertiu recentemente, em entrevista ao jornal **Folha de S. Paulo**, sobre o risco de “um apagão logístico”. Diz que o Governo não conseguiu acompanhar os investimentos da iniciativa privada para o crescimento econômico.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão, com muito prazer.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup> lembra a quase paranóia de uma parte do Governo que, preocupada com a catástrofe econômica, deixa de investir na sua infra-estrutura, tendo por quase certa uma catástrofe no setor de transporte. Daria um exemplo imediato a V. Ex<sup>a</sup>. Estamos vindo do Maranhão, cuja Capital é uma ilha, ligada ao continente por três pontes: uma rodoviária e duas ferroviárias. A ponte rodoviária, pela qual passam diariamente dois mil caminhões, promove o

abastecimento da Capital e, por outro lado, serve de elo de abastecimento para todo o continente, pois o combustível, por exemplo, vem pelo mar para a Capital. Essa ponte cedeu, e há dez dias não passa um caminhão ali. Há de notar V. Ex<sup>a</sup> as dificuldades que o meu Estado está vivendo por conta disso. Fomos ao Ministro dos Transportes, que – registre-se – teve extrema boa-vontade, a ponto de concordar em ir ao local com a Bancada federal de Senadores e Deputados e com o Governador do Estado, procurando tomar providências no próprio local para corrigir o problema. Contudo, mesmo S. Ex<sup>a</sup> com essa boa-vontade e sendo o gestor da Cide – esse fundo extraordinário que, só em um ano, arrecada mais de R\$5 bilhões – ficou patinando em torno de apenas R\$20 milhões para corrigir uma obra de grande envergadura para o Estado e para o País, uma obra federal, já que a ponte situa-se em rodovia federal. O Ministro ficou sem saber como obter a liberação de apenas R\$20 milhões. Ou seja, como governantes, estamos tratando o interesse público e nacional com descuido, para dizer o mínimo, e com falta de interesse por parte de determinadas autoridades da área econômica. Não é possível olhar este País apenas pelo lado da economia e das reservas que precisam ser mantidas, a cada momento, no Tesouro Nacional. Se não cuidarmos da construção da infra-estrutura e da geração de empregos, não vamos a parte alguma. O Presidente Lula está dizendo que somos a 15<sup>a</sup> economia do mundo, mas já fomos a 8<sup>a</sup> economia no período da Revolução, sob o Governo dos militares. O Presidente admite que poderemos ser, em muito pouco tempo, a 6<sup>a</sup> economia do mundo. Esta é, aliás, uma previsão de organismos internacionais como a ONU, o Fundo Monetário Internacional, etc. Mas, com esse tipo de política econômica que temos e que V. Ex<sup>a</sup> denuncia agora, não chegaremos lá a curto prazo. Ou temos uma visão ampla, abrindo as fronteiras deste País para o investimento e para a geração de emprego e riqueza, ou não iremos à parte alguma. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz neste momento.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão, pelo depoimento e palavras que só vêm enriquecer meu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> nos apresenta o eloquente exemplo da capital do Estado do Maranhão, onde, em uma obra de apenas R\$20 milhões, o Governo não toma providências. Nesse caso, nem se pode dizer que precisam de prazos de concorrência, porque a lei já prevê que esse é um caso de emergência, para o qual se pode liberar e fazer a contratação direta com empresas idôneas e capazes.

O mesmo acontece em Minas Gerais, no chamado Viaduto das Almas – veja como o nome é sugestivo –, onde já aconteceram tantas mortes. Desde o início do ano, a Bancada mineira fez um pedido de audiência com o Ministro José Dirceu, a fim de que providencie um valor semelhante, R\$18 milhões, para a construção do novo viaduto, em vez de ficarmos sujeitos àquela situação, e nada se conseguir fazer.

Eu falava da Cide. Os R\$5,6 bilhões a que me referi são obtidos depois de retirados os recursos que vão para os Estados. A arrecadação, na verdade, é superior a R\$8 bilhões por ano. Felizmente, tivemos o avanço de 29%, que são entregues aos Estados e a alguns Municípios, o que – por questão de justiça – já está sendo cumprido pelo Governo Federal. Mas, se o Governo não usa o dinheiro da Cide, ainda poderia usar outro recurso. Por que não usar as concessões públicas? Não é preciso modificar a lei para fazer concessão pública, que já está prevista na lei atual. Com a concessão, já poderíamos ter a Fernão Dias, Belo Horizonte–São Paulo, e tantas outras estradas no Brasil sob esse regime. São as estradas em que o próprio pedágio paga a concessão. Não! O Governo insiste em dizer que precisa do projeto das PPPs, que sem ele haverá apagão. Isso é terrorismo e não condiz com a verdade. O Governo pode, sim, investir em infra-estrutura, e com recursos próprios, já que dispõe deles, pois a lei existe. Há dias, eu conversava com o Deputado Eliseu Resende, uma das pessoas mais conhecedoras da área de transportes no Brasil. S. Ex<sup>a</sup> dizia que, com a lei atual, pode-se fazer concessão e parcerias. Entretanto, o Governo insiste em desconhecer isso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente da República, em discurso anteontem, em visita a uma fábrica de máquinas agrícolas, voltou a assegurar que “não haverá falta dinheiro para investimentos em infra-estrutura”.

Desejamos mesmo que o vaticínio se confirme. Porém, para que isso de fato ocorra, ele terá de ordenar a seus auxiliares que façam as coisas acontecerem no plano prático. Do contrário, os espetáculos de retórica continuarão vistosos, mas a realidade pura e simples mostrará cada vez mais espetáculos nada bonitos!

Muito chão terá de ser percorrido para que outro rasgo de empolgação como o manifestado pelo Presidente naquele dia também se torne real, isto é, o seu prognóstico, repetido aqui pelo Senador Edison Lobão, de que o Brasil “ainda voltará a ser a sexta, a sétima ou a oitava economia do mundo”. Com esse tipo de política e de investimentos, infelizmente, isso vai demorar muito.

As palavras de otimismo ajudam, mas não criam realidades. Por isso, o Governo deve agir, e já, com os meios de que dispõe – que não são poucos. Do contrário, futuramente se verá obrigado a desmentir suas metas de entusiasmo e propaganda, a exemplo do que fez com os 10 milhões de empregos, hoje confirmados como quimera, ou do Fome Zero, que hoje não é mais um programa, mas uma idéia.

Agir logo é a cobrança que devemos fazer também em relação aos recursos do Fust. Apenas para este ano, o Orçamento em vigor autoriza que sejam aplicados cerca de R\$400 milhões. Desde que foi instituído por lei, esse fundo já arrecadou mais de R\$2 bilhões, equivalentes a 1% do valor do faturamento mensal das empresas de telecomunicações do País durante o período. Mas, até o momento, não foi aplicado um tostão na área da inclusão digital. Todos que pagamos as contas de telefone sabemos que elas têm aumentado, portanto esse recurso está aumentando. Mas o Governo, que já tem um ano e meio, ainda não definiu em que e como vai usar o recurso.

Em maio do ano passado, o Ministro das Comunicações esteve em Belo Horizonte. Ao responder a uma pergunta, S. Ex<sup>a</sup> disse que o Governo esperava ter a licitação em curso até o final do ano. Entretanto, já estamos chegando ao fim de um outro ano.

O dinheiro do Fust visa a custear a ampla informatização de escolas, bibliotecas, postos de saúde públicos, bem como de postos de fronteira. Todavia, a inclusão digital das camadas pobres da população, sobretudo jovens, também vira motivo de retórica.

O Governo permanece imobilizado, debatendo-se em divergências internas também nessa área. A pretexto de inovar o precioso legado deixado pelo meu Partido, o PSDB, e seus aliados, tenta inventar mais uma forma de aumentar seu poder de controle sobre a sociedade por meio de um projeto já intitulado Casa Brasil.

Em vez de usar logo o Fust para possibilitar aos estudantes pobres o acesso ao mundo da Internet e da informação em tempo real nas escolas e bibliotecas, cogita agora de implantar centros de serviços virtuais para toda a comunidade. Seria mais apropriado, talvez, chamá-lo de Casa PT, já que o Governo não consegue diferenciar interesses estatais de interesses partidários, confunde os interesses de seu partido com os interesses maiores do País que dirige. Nós temos exemplos práticos desses centros de serviços virtuais em todo o Brasil. Na Bahia, do Senador Rodolpho Tourinho, que preside esta Casa hoje, há um sistema de serviços virtuais interessante, que funciona há muito tempo. Em Minas Gerais, em 1985, quando eu era presidente da Prodemge, Com-



panhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais, implantamos serviços dessa maneira, são os Postos de Serviços Informatizados (Psiu), e o Governo agora quer novamente inventar a roda, em vez de aproveitar o que já existe e de dar amplitude a tais programas.

Mas não é apenas na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) que o PT faz escola com sua mania de guardar recursos – para não dizer desvirtuar recursos dos fins a que se destinam. Também no âmbito municipal há exemplos. É o caso da capital do meu Estado, dirigida pelo PT atualmente. Em Belo Horizonte, o dinheiro arrecadado pela Cemig com a Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública, muitas vezes, tomou outro rumo, que não o de custear a instalação de novos postes e lâmpadas dos logradouros públicos.

A taxa de iluminação está sendo utilizada para outras finalidades, como mostram os documentos públicos oficiais que tenho, encaminhados pela Cemig em resposta a uma consulta que fiz. Se eu fosse senador do PT, melhor dizendo, um deputado do PT quando Oposição – porque os senadores do PT são maduros –, ia dizer que o dinheiro está sendo desviado, como o PT gostava tanto de dizer. Não vou fazê-lo, porque tenho responsabilidade, mas o PT está usando tais recursos para outros fins que não os previstos em lei.

Milhares de pontos de logradouros públicos na periferia de Belo Horizonte estão às escuras ou mal iluminados, submetendo os belo-horizontinos ao desconforto e à insegurança, tornando-os alvos da criminalidade, que cresce assustadoramente. Jornais de hoje noticiam 25% de aumento nos homicídios em Belo Horizonte apenas no último ano.

Desde o ano 2000 – são os dados que tenho, mas os anteriores também já mostram isso –, portanto, sob a administração do PT e seus aliados, a Cemig repassou à Prefeitura mais de R\$38 milhões recebidos pela taxa de iluminação. Contudo, à exceção de 2002, quando houve questionamento judicial do tributo e a receita caiu para cerca de 10% da média anual, em todos os demais anos do período houve superávits. Eles somaram mais de R\$18 milhões. Ou seja, a Prefeitura de Belo Horizonte entesourou-o para outros fins e deixou de aplicar em iluminação pública quase a metade do dinheiro recolhido pelo contribuinte. Em 2000, o superávit chegou a quase R\$17,4 milhões; em 2001, a mais de R\$13 milhões. Assim, primeiro desrespeitou o vínculo estrito da destinação do dinheiro. Segundo, a exemplo do Governo Federal com a Cide e o Fust,

agiu como banco, como se o dinheiro do contribuinte fosse poupança para gerar lucros e não dinheiro para reverter em bem público.

Este é um assunto que considero da maior gravidade, no momento em que se discute tanto o crescimento da violência em todo o Brasil. Uma das funções que as prefeituras podem desempenhar para ajudar no combate à violência, sem dúvida alguma, é fazer uma boa iluminação das cidades, porque, mesmo com o crescimento da violência durante o dia, a maior parte dos crimes continua acontecendo à noite. Infelizmente, não é isso o que está acontecendo em Belo Horizonte. Tenho também dados de 1995 e 1996, ainda na época da Prefeitura sob a gestão do PT, quando já acontecia o mesmo. Ou seja, persistentemente, o PT está usando a taxa de iluminação pública nas capitais em que governa. Pelo menos é o que demonstra o documento oficial da Cemig, em Belo Horizonte. E tomei o cuidado de pedir as informações também à Prefeitura, mas ainda não as recebi, porque sabem que não é boa a informação, pois mostra que realmente existe a utilização desses recursos para outras finalidades que não a prevista na Lei de Iluminação Pública.

Sr. Presidente, este é o ponto que trago aqui, na expectativa de que o Governo Federal fique alerta e saiba que, com a Cide, com as concessões públicas, podemos ter, sim, obras de infra-estrutura, que com o Fust podemos, sim, ter a inclusão digital dos estudantes das escolas públicas brasileiras. Que as Prefeituras do PT saibam utilizar bem a taxa de iluminação, que não sigam o mau exemplo da Prefeitura de Belo Horizonte, que usa esses recursos para outras finalidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro para uma comunicação inadiável.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago para registro nos Anais desta Casa a vitória dos alunos, professores e direção das Faculdades Integradas do Ensino Superior de Porto Nacional – Fiespen, do meu Estado do Tocantins, na suspensão da liminar que impedia a realização das atividades normais daquela instituição de ensino superior.

Destaco que essa vitória foi possível porque contou com o apoio incondicional da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, tendo à frente o seu



Presidente, Deputado Vicentinho Alves, e da Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins, que não mediram esforços nesse propósito.

Sr. Presidente, não é interrompendo as atividades dos oito cursos ministrados nessas faculdades, onde 400 alunos se preparam para contribuir de forma efetiva para a consolidação do desenvolvimento do Tocantins, que se resolverão questões formais relacionadas ao reconhecimento dos oito cursos ali ministrados. Não é dando o veneno em vez do remédio que resolveremos o problema. É inaceitável o fechamento de qualquer dos cursos oferecidos pela Fiespen, principalmente o de Medicina, quando o Estado se vê obrigado a tomar a decisão de rescindir os contratos com os médicos cubanos que hoje atendem na rede pública, no interior do meu querido Estado do Tocantins.

Essa é a realidade que se vive em Porto Nacional e nos Municípios vizinhos, que, por sua posição geográfica, infelizmente, não conseguem atrair médicos de qualquer especialidade para atuar lá, no interior do Estado.

Não tenho qualquer dúvida sobre a extrema necessidade de se manterem atividades educacionais de nível superior na região central do Tocantins, em razão do caráter estratégico que essa medida representa para o desenvolvimento econômico da região.

Digo isso com a convicção de quem assistiu e apoiou o avanço experimentado pelas regiões influenciadas pelos centros de educação superior hoje existentes em Araguaína e Gurupi, por exemplo.

Por fim, aplaudo com veemência a decisão do Exmº Sr. Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian de conceder a suspensão da liminar considerando que a interrupção das atividades educacionais pretendida pelo Ministério Público Federal esbarra no limite de competência dado pela Carta Magna de 1988 em seu art. 34, que veda a intervenção federal no exercício do direito de credenciar o funcionamento de instituições de ensino, especialmente aquelas de ensino superior próprias, ato esse garantido pelo art. 211 da própria Constituição Federal e pelos arts. 10, 11, 17 e 18 da Lei nº 9.394, de 1996, que outorgam tal atribuição aos Estados e Municípios da Federação.

Ao terminar este registro, Sr. Presidente, quero colocar meu gabinete à disposição de todas as instituições de ensino do Estado do Tocantins, para defendê-las em seus legítimos direitos junto à instância federal, principalmente no que diz respeito aos registros dos cursos, se existir qualquer pendência.

Nós, da Bancada Federal – não apenas este Senador, mas os Senadores Eduardo e Leomar e os Deputados Federais –, precisamos melhorar cada dia mais a qualidade do ensino no Estado do Tocantins, sobretudo do ensino superior. Precisamos de mais faculdades no querido Estado e não do fechamento das existentes. Se há problemas, vamos corrigi-los. Estamos aqui para apoiar as instituições de ensino superior do Tocantins e a população do Estado.

Encerro parabenizando a população de Porto Nacional e sobretudo a comunidade estudantil do meu querido Estado pela vitória alcançada neste momento tão importante, de consolidação de Porto Nacional e do Estado do Tocantins.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a construção de um país é obra que exige a participação de todos. Cada um dos filhos de uma nação possui o dever e a responsabilidade de ajudar a construí-la, não em interesse próprio, mas em favor dos valores maiores que são incorporados a ela.

Um país não é apenas um aglomerado de pessoas às quais se sobrepõe uma máquina governamental a que chamamos Estado. Além disso, há o espírito nacional, que abarca os elementos morais do país e que se ancora, ao mesmo tempo, no passado e no futuro. É esse espírito que, em última instância, garante a coesão de uma nação, sua sobrevivência e florescimento.

Do passado, um povo recolhe os ensinamentos necessários para melhor compreender a si mesmo: seus defeitos e qualidades, os exemplos daqueles que melhor o representaram, os ideais que delinearam sua formação e que o guiam.

O futuro consiste em um reflexo de seus desejos e expectativas. A concepção que um país faz de seu futuro serve de guia para a ação de seus governantes e de seu povo. Uma nação que perdesse completamente a capacidade de imaginar o seu porvir, que se encerrasse no mero aqui e agora, seria uma nação morta.

As nações transcendem a existência individual de seus componentes, não no sentido de que a vida das pessoas seja subordinada às necessidades do país, mas sim porque as nações representam não

apenas interesses imediatos, mas valores permanentes, que devem ser continuamente implantados e garantidos.

É essa missão, lastreada tanto no passado quanto no futuro, que fundamenta moralmente, em determinadas circunstâncias, as razões nacionais que interferem, muitas vezes de forma decisiva, na autonomia de seus cidadãos.

Entretanto, a obediência dos indivíduos aos imperativos nacionais não deve decorrer do simples temor ou apenas da subordinação hierárquica aos detentores do poder, mas é necessária em função do dever pessoal de cooperação que cada um possui.

Por constituir a exteriorização dos valores e esperanças de um povo, a nação pode exigir de seus membros que sacrifiquem uma parcela de sua autonomia em favor do bem comum.

É esse o significado do patriotismo: compreender que, não obstante suas imperfeições, a Pátria representa um projeto em contínuo aperfeiçoamento, uma obra que encadeia as gerações passadas, presentes e futuras no esforço de construção daqueles objetivos emanados do próprio povo, tais como democracia, justiça e fraternidade.

A consciência desse patriotismo verdadeiro repele fortemente qualquer espécie de nacionalismo exagerado ou aversões a pessoas e coisas estrangeiras, e não pode ser confundida com o nacionalismo dos velhacos, que se valem da Pátria para defender seus próprios interesses.

O esforço pela construção da Pátria deve se nortear pela realização dos anseios máximos que nela se incorporam, pela permanente prontidão na defesa desses anseios.

Sr. Presidente, muitos são os perigos nesse itinerário: as ameaças do totalitarismo, da ganância, da sede de poder e da criminalidade internacional podem destruir, se não combatidas, as esperanças e conquistas de todo um povo.

A permanente vigilância, como insistia um antigo partido político, é o preço da liberdade. Em face dos riscos à nação, apenas a ação imediata e enérgica pode obter resultados eficazes.

Por essa razão, faz-se necessária a criação de uma primeira linha de defesa, que disponha de capacidade de pronta reação e que detenha os meios para a mobilização do restante da sociedade nos momentos de emergência.

Se todos, sem exceção, devem responder ao chamado da Pátria em qualquer tempo, há aqueles que, por força de seu ofício, devem dedicar parcelas

essenciais de suas vidas e de suas forças à defesa de um país soberano e justo, em perpétuo estado de prontidão.

A essa primeira linha da defesa nacional damos o nome de Forças Armadas. São elas as responsáveis pela defesa de um país pelas vias militares. Desde a formação do Estado Moderno, no século XVII, se constituem no elemento central do sistema de mobilização popular, sua articulação em prol do esforço de guerra.

Ao abraçarem a carreira militar, os homens e mulheres que a compõem assumem uma responsabilidade ainda maior que a dos cidadãos comuns: o dever de se dedicarem inteiramente à consecução do projeto nacional.

Em decorrência, submetem-se às enormes exigências da vida na caserna: uma vida de dedicação, preparação e disciplina. Dedicação que, muitas vezes, em caso de guerra, chega ao sacrifício da própria vida. Preparação constante, que exige sempre as melhores condições físicas e intelectuais dos soldados. Severa disciplina a regular, inclusive, a vida particular dos militares.

As Forças Armadas Brasileiras possuem um notável histórico, que, inclusive, transcende os assuntos propriamente militares. Nos campos de batalha, não poucas foram as glórias alcançadas, e as ações militares foram sempre no sentido de servir à Pátria e de servir também a todos em particular.

Sr. Presidente, da mesma forma, deve ser lembrada a atuação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na pacificação das diversas rebeliões regionais que sacudiram o Brasil durante as Regências e o início do 2º Reinado.

Naquele momento de exaltação de ânimos e de incerteza, a figura histórica do Duque de Caxias se destaca, não apenas pela eficácia de suas ações militares, como também por sua capacidade administrativa, pela serenidade no desempenho de suas funções e generosidade no trato dos vencidos.

Caxias também desempenhou papel primordial na campanha dos Farrapos, sendo um dos principais artífices da assinatura de paz de Poncho Verde, que reintegrou definitivamente o Rio Grande do Sul ao Brasil.

Da mesma forma, a liderança do Duque de Caxias foi fundamental para a reversão dos resultados da Guerra do Paraguai, sendo o primeiro, no continente americano, a se utilizar de balão para observação aérea do campo de batalha.

Ainda, a batalha fluvial do Riachuelo e as passagens de Humaitá e de Curupaiti demonstraram a capacidade da Marinha, sob o comando do Marquês de Tamandaré, enfrentando as difíceis condições dos rios da Bacia Platina. Sem dispor de espaço para manobras, as embarcações conseguiram dar combate às baterias de canhões postadas às margens por Solano Lopez.

Hoje, superadas as paixões que se cristalizaram em torno das causas e efeitos da Guerra do Paraguai, podemos dar a exata medida do valor das ações de nossos soldados naquele conflito. Ainda que tenha havido largo derramamento de sangue, não podemos deixar de louvar a dedicação de nossas Armas no cumprimento de seu dever.

Já no século 20, voltaram o Exército e a Marinha a engrandecer nosso País, agora acrescidos da recentemente criada Força Aérea. O envolvimento do Brasil na 2ª Guerra Mundial mobilizou toda a Nação, como, de resto, todo o mundo.

No esforço de guerra, a Força Expedicionária Brasileira e a Aeronáutica, por meio do 1º Grupo de Caça e da 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação, foram enviadas aos campos de batalha no norte da Itália, desincumbindo-se com bravura em todas as suas missões.

Mesmo tendo sido mobilizadas apressadamente e dispondo de pouca familiaridade com o equipamento que lhes fora cedido pelos aliados, as forças brasileiras se comportaram à altura das exigências, sendo reconhecida sua competência inclusive pelos comandantes estrangeiros com que lutaram.

Assim, por exemplo, o 1º Grupo de Aviação de Caça foi uma das duas únicas unidades militares estrangeiras da 2ª Guerra a receber a menção presidencial dos Estados Unidos, por sua bravura e eficiência.

Naturalmente, não podemos nos iludir: o Brasil não foi um dos protagonistas daquele conflito nem combateu na principal frente de batalha, mas temos de reconhecer, naqueles homens e mulheres que foram enviados à Itália, uma determinação e uma coragem que merecem nossa gratidão e nosso reconhecimento eternos.

Os 469 homens sepultados no Monumento aos Mortos da 2ª Guerra, no Rio de Janeiro, perderam suas vidas em uma luta que não era, pessoalmente, sua. Morreram, muitas vezes, sem possuir noção da importância de seu sacrifício para o Brasil e para o mundo.

Heróis como o Sargento Max Wolff Filho – colhido por uma metralhadora em Montese – e o Tenente-Aviador Luiz Lopes Dornelles – abatido pela artilharia antiaérea alemã quando cumpria sua 89ª missão sobre Alexandria – perderam suas vidas representando nosso País naquele momento crucial para toda a humanidade.

Assim, podemos observar que, historicamente, as Forças Armadas Brasileiras possuem grande papel na definição do que é hoje o Brasil. Cabe indagar agora qual o seu presente e o seu futuro.

Amargas questões políticas não podem nublar nossa apreciação serena da necessidade da manutenção e capacitação de nossas Forças Armadas.

Dotado de imensas fronteiras terrestres e marítimas e vizinho do principal foco de instabilidade da América do Sul, a Amazônia colombiana, o Brasil não pode deixar de dispor de meios para defender sua integridade e segurança.

A Constituição de 1988 consolidou, em caráter perpétuo, a repugnância de nosso País à guerra de conquista. No entanto, não podemos extrair da orientação pacifista de nossa Carta Magna a idéia de que as Forças Armadas seriam desnecessárias.

Ainda que sonhemos todos com a paz, não podemos e nem devemos deixar de ter em mente os perigos ainda disseminados pelo mundo. A instabilidade crescente das relações internacionais e o risco sempre presente do terrorismo internacional não devem ser subestimados.

Mesmo um país pacífico como o nosso deve se acautelar contra golpes imprevistos, e à medida que cresce nossa presença internacional, maiores possibilidades temos de nos envolver em conflitos indesejáveis.

Também não se pode esquecer a função social exercida pelas Forças Armadas, principalmente em pontos remotos do território nacional. Em locais distantes e despovoados são elas o único sinal da presença do Estado.

Por essa razão, seu âmbito de atuação excede, de muito, suas atribuições puramente militares. Para diversos jovens que prestam o serviço militar obrigatório, as Forças Armadas servem de escola e garantia de subsistência. Ao ingressar no serviço militar, o jovem adquire conhecimentos precisos, às vezes recebendo as noções básicas de higiene pessoal. Pode também aprender um ofício que lhe garantirá a sobrevivência, ainda que não siga carreira.

A relevância do serviço militar obrigatório é tão grande que, em algumas regiões do Estado do Ama-

zonas, o Exército está recebendo, em caráter experimental, recrutas do sexo feminino para sua prestação voluntária.

Sr. Presidente, nos aproximamos de 7 de setembro, Dia da Independência deste País. Por isso, lembramos com ênfase a importância das nossas Forças Armadas. A Nação do futuro exige a manutenção de Forças Armadas que recebam o devido reconhecimento e que possuam condições humanas e tecnológicas para desempenharem suas funções de maneira adequada.

Não podemos abandonar as Forças Armadas! Nossa sobrevivência como Nação pode depender disso, fundamentalmente!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela Liderança do PFL, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu também gostaria de agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti e prometo que falarei só por meus cinco minutinhos.

Sr. Presidente, mais uma vez – já fiz isso por quatro vezes – venho ao plenário do Senado Federal trazer o resultado do Troféu Berzoini de Crueldade, que foi criado pelo nosso Partido, o PFL, para premiar os membros do Governo que muitas vezes se dedicam a prejudicar a população, no momento em que o Ministro Berzoini – na época, Ministro da Previdência Social e, hoje, Ministro do Trabalho – convocou todos os velhinhos de mais de 90 anos a comparecer, no fim de semana, aos postos do INSS, e mais ainda, Sr. Presidente, antes, cortou o salário dos velhinhos, porque acreditava que os velhinhos estavam mortos. Os velhinhos foram aos postos, e houve tudo aquilo que foi divulgado.

Para que esses fatos não ocorressem outras vezes, criamos esse prêmio. O troféu é disponibilizado pela Internet, no **site** do Partido, e tem nova edição a cada 90 dias. Selecionamos cinco crueldades realizadas pelo Governo, e os internautas escolhem, entre elas, a mais grave.

Desta vez, Sr. Presidente, na quarta edição, tivemos a votação de 27.436 internautas. Houve, portanto,

um grande apoio, muitos votaram, e o resultado foi o seguinte: o quinto lugar ficou com o porta-voz, jornalista André Singer, por ter desmoralizado a imagem do Brasil, propondo a expulsão de correspondente estrangeiro e tendo ainda bajulado: “Presidente, acertamos na mosca”; em quarto, o Ministro da Fazenda Antonio Palocci, com 16,8% dos votos dos internautas, pela seguinte razão: propor um redutor ridículo de R\$100 à tabela do Imposto de Renda, que está defasada 10 anos; em terceiro, o Ministro Jacques Wagner, ex-Ministro do Trabalho, pela seguinte razão: ter autorizado a doação de R\$7,5 milhões à ONG petista Agora, comandada por Mauro Dutra, amigo do peito de Lula, que usava notas frias para legalizar os salários de seus diretores – já falamos outro dia aqui sobre esse tema –; em segundo, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão Guido Mantega, pela seguinte razão: propor um reajuste humilhante de R\$20 ao salário mínimo, enquanto o programa do Governo do candidato Lula prometia dobrar o valor real do salário mínimo em quatro anos; e, em primeiro, o grande vencedor da quarta edição do troféu, Ministro da Saúde Humberto Costa, por ter nomeado como seus auxiliares de confiança os chefes da Operação Vampiro, que roubavam recursos destinados à compra de remédios para hemofílicos e diabéticos.

Sr. Presidente, o Ministro Humberto Costa teve 28,1% dos votos; o Ministro Guido Mantega, 20,3%; o Ministro Jacques Wagner, 19,1%; o Ministro Antonio Palocci, 16,8% e o jornalista André Singer, 15,5%. Desta vez, houve uma disputa muito acirrada; das outras, a diferença foi maior.

A partir de quinta ou sexta-feira, vamos iniciar a quinta edição do Prêmio Berzoini. Selecionamos, entre as sugestões que chegam diariamente ao *site* do Partido, cinco Ministros ou Presidentes de órgãos governamentais. São eles: Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes, por usar dinheiro público ao se hospedar em um transatlântico de luxo na Grécia, enquanto faltam investimentos para nossos atletas olímpicos – os que ganharam foi por esforço inusitado, próprio, como todos vimos –; Luiz Gushiken, Secretário de Comunicação de Governo, Gestão Estratégica, por afrontar a liberdade de imprensa ao criar o CFJ, Conselho Federal de Jornalismo, respaldando seu Chefe, Presidente Lula, que rotulou de um bando de covardes os jornalistas que não defendem o projeto de lei; em terceiro lugar, o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, por ser flagrado sonhando com impostos junto à Receita Federal e pleitear o **status** de Ministro de Estado para fugir do processo; em quarto lugar, Car-



los Casseb, Presidente do Banco do Brasil – a meu ver o grande favorito –, por usar o Banco do Brasil para patrocinar petistas e simpatizantes a assistirem ao **show** da dupla Zezé di Camargo e Luciano em prol da construção da nova sede do PT no bairro dos Jardins, São Paulo, com recursos do Banco do Brasil – como todos sabem, R\$70 mil –, e, em quinto, o Ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, pelo “trem da alegria” de 4.500 cargos no Incra, para dar emprego a pessoas ligadas ao MST.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nome do Partido, venho aqui oferecer o resultado, solicitar a todos aqueles que têm participado tão amplamente, 27.436 internautas, que continuem, porque essa votação é algo muito sério, muito importante e permite que as pessoas tenham acesso a esse processo.

Para participar deve-se acessar o *site* do PFL, [www.pfl.org.br](http://www.pfl.org.br), onde estará disponível o local específico para votação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA.) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, antes de eu me retirar, peço a autorização de V. Ex<sup>a</sup> para dar como lido os resultados do prêmio.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

**Concorrentes da 5ª edição:**

- 1. Agnelo Queiroz – Ministro dos Esportes**  
Por usar dinheiro público ao se hospedar em um transatlântico de luxo, na Grécia, enquanto falta investimento em nossos atletas olímpicos.
- 2. Luiz Gushiken (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica)**  
Por afrontar a liberdade de imprensa ao criar O CFJ (Conselho Federal de Jornalismo), respaldando seu chefe Lula que rotulou de “um bando de covardes” os jornalistas que não defendem o projeto de lei.
- 3. Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central**  
Por ser flagrado sonhando impostos junto a Receita Federal e pleitear o status de ministro de Estado para fugir do processo.
- 4. Carlos Casseb – Presidente do Banco do Brasil**  
Por usar o Banco do Brasil para patrocinar a petistas e simpatizantes assistirem ao show da dupla Zezé di Camargo e Luciano em prol da construção da nova sede do PT, no bairro dos Jardins, em São Paulo.
- 5. Miguel Rossetto – Ministro do Desenvolvimento Agrário**  
O trem da alegria de 4.500 cargos no Incra para dar emprego para o MST.





**COMUNICADO**  
da Comissão Executiva Nacional  
sobre  
o Troféu Berzoíni

## Resultado Parcial

::O Prêmio

::O Troféu

::Regulamento

::Resultados

### 4ª Edição - Junho de 2004

1º - Humberto Costa - Ministro da Saúde  
██████████ 28,1%

2º - Guido Mantega - Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
██████████ 20,3%

3º - Jacques Wagner -ex-Ministro do Trabalho  
██████████ 19,1%

4º - Antônio Palocci - Ministro da Fazenda  
██████████ 16,8%

5º - André Singer - Porta-voz da Presidência da República  
██████████ 15,5%

::Realização:



Total de **27436** votos

Concorrentes da 4ª Edição:

::O Prêmio

::O Troféu

::Regulamento

::Resultados

⌋ **André Singer - Porta-voz da Presidência da República**  
Desmoralizou a imagem do Brasil propondo a expulsão de correspondente estrangeiro e ainda bajulava: "Presidente, acertamos na mosca!".

⌋ **Antônio Palocci - Ministro da Fazenda**  
Por propor um redutor ridículo de R\$ 100,00 à tabela do Imposto de Renda que está defasada há 10 anos.

⌋ **Guido Mantega - Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
Por propor um reajuste humilhante de R\$ 20,00 ao salário mínimo enquanto o programa de governo do candidato Lula prometia dobrar o valor real do salário em 4 anos.

::Realização:



⌋ **Humberto Costa - Ministro da Saúde**  
Por ter nomeado, como seus auxiliares de confiança, os chefes da Operação Vampiro, que roubavam recursos destinados à compra de remédios para hemofílicos e diabéticos.

⌋ **Jacques Wagner -ex-Ministro do Trabalho**  
Por ter autorizado doação de R\$ 7,5 milhões à ONG petista Agora, comandada por Mauro Dutra, amigo do peito de Lula, que usava notas frias para legalizar os salários dos seus diretores.

**SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos, há algumas semanas, tanto no esforço concentrado do passado como no atual, para finalizar a votação da reforma do Judiciário. Na prática, falta votar os destaques – aliás, está aqui o nobre Relator da reforma – e o segundo turno, assim, terminando a parte que será promulgada. A outra parte voltará à Câmara com as alterações feitas pelo Senado.

É um grande avanço, após quase 13 anos de debate e de discussão, mas precisamos fazer algumas observações.

Antigamente, os reis enfeixavam em suas mãos os três poderes. Eles legislavam como queriam, traçavam as suas vontades por meio de éditos e também julgavam. É célebre, por exemplo, o julgamento de Salomão, que, tendo sido abordado por duas mulheres que diziam ser mães da mesma criança e perguntaram a Salomão com quem a criança deveria ficar, mandou que partissem a criança ao meio e dessem a metade para cada uma delas. Essa decisão fez com que a mãe verdadeira abrisse mão da criança para a outra. Assim surgiu a justa e célebre decisão conhecida como salomônica.

Os reis legislavam, julgavam e executavam, arrecadavam impostos e faziam o que bem entendiam com o dinheiro. Foi da observação desse poder absurdo dos reis que surgiu, primeiramente, o parlamento. Os condes, os barões, os viscondes, enfim, os homens que tinham mais dinheiro e que pagavam os tributos, os impostos aos reis, queriam saber como esses recursos eram gastos, por que não eram aplicados adequadamente em cada um dos seus condados, em cada uma das suas regiões. Com isso, surgiu a figura do parlamento, que tinha como objetivo quase que exclusivo discutir como o rei deveria aplicar o dinheiro que arrecadava. Essa foi, portanto, a bipartição dos poderes.

Posteriormente, surgiu a figura dos juízes. Inicialmente, os juízes estavam ligados às religiões, eram os homens das leis, os homens que julgavam, e, portanto, depois de julgarem, levavam ao Executivo para que efetivassem a sentença, que variava de penas menores até a pena de morte e mesmo à crucificação, como no caso de Jesus Cristo.

Mas, no mundo moderno, o governo é exercido por três poderes, que devem ser independentes, harmônicos entre si, como estabelece a Constituição. É bom frisar: poderes independentes e harmônicos entre si. Mas, Sr. Presidente, estamos vendo uma hipertrofia do Poder Executivo no comando dessa reforma do

Judiciário. Primeiro, por absurdo, se criou uma secretaria da reforma do Judiciário no âmbito do Ministério da Justiça, um órgão do Poder Executivo. É como se o Supremo Tribunal Federal criasse um órgão para fazer as reformas do Poder Executivo, mandasse aqui para o Congresso as proposições e fizesse o *lobby* a favor da reforma do Poder Executivo ou mesmo do Poder Legislativo.

Penso que essa secretaria da reforma do Judiciário não se justifica, porque a casa, o local, o poder adequado para recebimento de sugestões, debate da questão e início de conversas com os demais poderes sobre uma legislação importante como a reforma do Judiciário é o Poder Legislativo. Não cabe ao Executivo criar uma secretaria que dê opinião e que faça verdadeiro *lobby* sobre como deve ser o Poder Judiciário brasileiro.

Digo isso com total isenção, pois faço parte da base de apoio ao Governo. Todavia, não posso compactuar com tudo que pensa ou faz o Poder Executivo. Nesse particular, sou completamente contrário. Por trás dessa história, vislumbro algo não muito claro. Por que tanto interesse em desmoralizar o Poder Judiciário? Todos nós sabemos e eles mesmos, membros do Poder Judiciário, sabem que existem inúmeras dificuldades e mazelas no Poder Judiciário, como também existem no Poder Legislativo e mais ainda no Poder Executivo.

Agora, o Poder Executivo faz uma pressão feroz sobre alguns pontos. Vamos chamar atenção para um deles: o controle externo do Judiciário. Penso, em princípio, que a maioria dos juízes hoje não é contrária ao controle externo do Judiciário; discorda quanto à composição e à competência. No meu entender, há basicamente duas competências inconstitucionais: uma delas diz respeito ao poder de demissão de um juiz por um conselho dessa ordem, quanto à determinação da perda de cargo do juiz. Essa, felizmente, não consta mais na proposta da reforma do Judiciário. A outra trata do poder de remoção do juiz de um lugar para outro, quer dizer, desobedecendo ao princípio da inamovibilidade do juiz. A vitaliciedade, a inamovibilidade e outras prerrogativas dão ao juiz a condição de isenção para julgar, sem ter medo do prefeito, sem ter medo do governador, sem ter medo do Presidente da República. Essas condições dão ao juiz essa qualidade.

Vem agora o Ministro da Justiça e publica uma pesquisa encomendada pelo Poder Executivo. Nessa pesquisa, o Poder Judiciário é comparado a uma tartaruga, ou seja, a um ser, a uma instituição que não anda, que anda muito pouco, que é muito lenta.

Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> para ler trechos de manifestações de algumas instituições de magistrados sobre essa malfadada pesquisa. Inicial-

mente, leio trecho de matéria publicada no *site* Carta Maior Informação Jurídica, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, a Ajufe.

Um bom exemplo da discrepância entre os números reais e os levantados pelo diagnóstico está nos dados referentes ao Estado do Amapá. O relatório do Ministério da Justiça afirma que foram julgados apenas 731 processos, em todo o ano de 2003, na Justiça Federal naquele estado, quando na verdade foram julgados mais de 7.000. Para completar o erro, em seguida o estudo simplesmente dividiu esse número errado de processos julgados no ano pelo número de cargos criados para juizes – seis – quando apenas três das vagas permaneceram providas durante 2003.

Também no tocante aos gastos com o Judiciário o relatório não é fiel aos números reais, pois não apresenta dados claros de comparação para afirmar o quanto efetivamente é arrecadado pela União com a atuação da Justiça Federal e Trabalhista, e que superam longamente os seus custos.

Outrossim, no tocante à remuneração dos juizes federais, o levantamento foi efetuado por uma entidade estrangeira (Banco Mundial), não se sabendo a partir de quais dados e, como demonstrado anteriormente, provavelmente a partir de informações distorcidas. Pensamos que o papel de um Governo soberano seria de pelo menos checar tais dados, antes de difundi-los à opinião pública nacional.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE) –** Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)** – Pois não, nobre Senador. Permita-me apenas concluir o meu raciocínio. Em seguida, com muito prazer, concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador José Jorge, Relator do Projeto da reforma do Judiciário.

A Ajufe espera que haja as adequadas retificações, a fim de efetivamente refletir-se o quadro real do Judiciário brasileiro. Que isso seja precedido de uma ampla discussão, transparente e democrática, entre todos os atores desse Poder.

Lamentando não ter sido ouvida em nenhum momento, a AJUFE coloca à disposição todos os dados estatísticos que dispõe sobre a Justiça Federal, que envolvem todos os seus setores, e que divergem substantivamente dos apresentados pelo Ministério da Justiça.

Vamos postular que o Supremo Tribunal Federal conduza um estudo sério e competente, que possa permitir aos cidadãos brasileiros conhecerem de modo fiel as virtudes e os defeitos do Judiciário do nosso país.

Assina Jorge Maurique, Presidente da Ajufe.

Quero ler também um trecho do documento da AMB, Associação dos Magistrados do Brasil:

Para a AMB, a pesquisa não se presta como fonte de consulta para qualquer análise séria ou planejamento sobre o Poder Judiciário brasileiro, pois despreza vários dados estatísticos oficiais dos próprios tribunais, de fácil obtenção, em detrimento de duvidosos e comprometidos levantamentos do Banco Mundial.

No entender do presidente da Associação, a divulgação de dados “inconsistentes, equivocados e incompletos”, uma semana antes da possível votação final da Reforma do Judiciário no Senado Federal, demonstra “clara intenção de fragilizar o Poder Judiciário perante a opinião pública, estratégica inconcebível para quem deveria, isto sim, preservar o princípio republicano de independência e harmonia entre os poderes”. Ele lembrou que preocupa também “esta tentativa ocorra paralelamente às propostas de esvaziamento das funções do Ministério Público e de cerceamento da liberdade de imprensa”.

Sem deixar de elogiar a iniciativa do Ministério em reconhecer as incorreções do trabalho divulgado, o desembargador salientou, ainda, que “com todos os erros e imprecisões”, o diagnóstico tem dados que merecem reflexão, quando mostra, por exemplo, que o Executivo é o maior cliente do Judiciário, ou seja, é o Poder Executivo inviabilizando o Poder Judiciário, com a interminável interposição de recursos protelatórios, o que é no mínimo contraditório para quem diz que quer reformar o Judiciário para melhorá-lo.

Há aqui outra matéria, publicada em conjunto pela AMB e Anamatra (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e da Ajufe. Peço permissão para ler apenas um trecho.

Dessa maneira, a AMB concluiu que esse foi um levantamento simplista, equivocado e inconsistente e que não tem a capacidade de avaliar concretamente as deficiências do Poder Judiciário. Uma crítica feita por Gehling foi a

de que muitas das causas do emperramento do Poder Judiciário decorrem da resistência do Poder Executivo em cumprir a lei, abusando, muitas vezes, dos recursos processuais. Ele afirmou ainda que o Ministério da Justiça tem estrutura para produzir um relatório mais condizente com a realidade.

Por fim, Ricardo Gehling disse que a AMB vê a necessidade de haver um relatório sobre o Poder Judiciário para que seja possível propor medidas que colaborem com a efetividade da Justiça. A associação também diz ter desempenhado um importante papel no sentido de elaborar sugestões para melhorar as áreas que enfrentam maiores dificuldades e a administração da Justiça, com o objetivo de colaborar com a transparência e a democracia no Judiciário.

A Reforma do Judiciário (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 29, de 2000) já teve sua parte geral votada, sendo o próximo passo a discussão e a votação de pontos específicos, como a súmula vinculante [e outros destaques]. A apreciação da matéria pelo Senado Federal deve ocorrer na próxima semana.

Entretanto, soubemos agora que será apreciada após a Semana da Pátria.

Quero ainda, Sr. Presidente, ler outro documento da Anamatra. Estou lendo, repito, apenas trechos, para não me alongar demais.

Diz a Anamatra:

Valendo-se de supostos dados do Banco Mundial, o referido “Diagnóstico do Poder Judiciário” conclui que os salários dos juízes da esfera federal situam-se no topo do *ranking*, considerada a paridade do poder de compra (PPPD). Causa estranheza que afirmação peremptória dessa natureza seja lançada em um documento público do Poder Executivo, com base em dados de organismo internacional manifestamente interessado numa reforma do Poder Judiciário que diminua a sua importância política e social. Anamatra aproveita a oportunidade e lança publicamente o desafio ao Ministério da Justiça para que exiba a base de dados e se coloque à disposição para um debate público transparente.

Por fim, em face da indiferença que o Poder Executivo demonstrou com o Poder Judiciário na elaboração do referido diagnóstico, do qual teve conhecimento no momento da sua

divulgação apenas, urge que o Supremo Tribunal Federal, no exercício da chefia do Poder Judiciário brasileiro, elabore um verdadeiro e isento diagnóstico do Judiciário, com base em dados públicos e transparentes, para que a população conheça efetivamente a realidade do Judiciário brasileiro.

A Anamatra possui compromisso com as mudanças necessárias ao melhor desempenho do Poder Judiciário nacional, não hesitando, porém, Na crítica contundente aos setores interessados na promoção de reformas neoliberais, contrárias ao interesse da maioria do povo brasileiro. Pautará a sua conduta, sempre, por transparência absoluta, rechaçando toda e qualquer ação que possa comprometer o direito à informação, seja qual for o órgão investigado.

Sr. Presidente, quero ler a nota do Ministério da Justiça a respeito das observações das diversas instituições. Vou ler também o final de uma nota da Secretaria da Reforma do Judiciário, órgão do Ministério da Justiça. Vou ler os dois tópicos finais:

A Secretaria se compromete a retificar erros nos dados apresentados [portanto, reconhece que existem erros nos dados] que venham a ser comprovados pelas entidades representativas dos magistrados. Vamos convidar tais entidades para uma análise conjunta e rigorosa do Diagnóstico apresentado.

A Secretaria reafirma que o Diagnóstico, primeiro do gênero realizado no País, tem como principal objetivo contribuir com os esforços conjuntos para realização da Reforma do Poder Judiciário, beneficiando a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, na verdade, houve uma tremenda pressa. E o pior é que uma instituição internacional como o é o Banco Mundial patrocinou essa questão.

Não lerei, mas peço que seja transcrito, na íntegra, como parte do meu pronunciamento, assim como os demais documentos que li em parte, artigo assinado por Fausto Macedo, cujo título é “Acusar juízes de privilegiados é absurdo”. Em seu artigo, o jornalista cita as palavras do Juiz Federal Fernando Moreira Gonçalves: “Remuneração é justa pela carga de trabalho a que magistrados estão submetidos, diz Gonçalves.”

Sr. Presidente, antes de conceder o aparte ao Senador José Jorge, eu gostaria de fazer um elogio ao Poder Judiciário do meu Estado. Quero ler dois pequenos artigos sobre o assunto:



OAB compara Justiça de Roraima à da Suíça

A vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dizanete Matias, concorda que a Justiça de Roraima é uma das mais céleres do País. Observa que a quantidade de juízes em atuação hoje no Estado, 30 no total, é razoável se comparado com a população de Roraima, que fica na casa dos 350 mil habitantes. “Em relação ao número de juízes por habitante, a nossa Justiça pode ser comparada à da Suíça”, destaca.

Dizanete diz ainda que o sistema de informação do Poder Judiciário contribuiu para que se ganhasse um pouco mais de celeridade no andamento dos processos. A advogada frisa que o sistema judiciário do Brasil é muito demorado, devido às várias brechas existentes na legislação de apresentação de recursos. Volta-se à questão da necessidade da reforma das leis infraconstitucionais – Códigos Civil e Penal.

A advogada, que tem banca estabelecida em Roraima, diz que a Justiça local é bem mais ágil do que a do Amazonas, por exemplo, onde também já atuou. Ela destaca que há celeridade para a marcação de audiências e expedição de liminares.

Por fim, trago artigo de autoria do jornalista Luiz Valério, em que afirma que Roraima tem a melhor média de juizes do País e do qual saliento dois pontos:

Atualmente, 27.599 processos abarrotam o Tribunal de Justiça de Roraima, de acordo com o Sistema de Comunicação do Judiciário estadual. Desses, 14.391 estão em tramitação e outros 13.208 encontram-se paralisados por motivos legais. O número de processos em outros órgãos que ainda não chegaram ou não foram devolvidos para as comarcas soma 3.365. No mês de julho último, foram julgados 967 processos.

A completa informatização do TJ é apontada por advogados como sendo um dos motivos de a justiça local ser menos lenta que a dos demais Estados. O Corregedor Geral de Justiça, Desembargador Almiro Padilha, afirma que a informatização de todas as varas roraimenses possibilitou uma maior agilidade no andamento dos processos, que, nos juizados especiais, levam em torno de 60 a 90 dias para serem julgados.

Peço que esse artigo seja publicado na íntegra.

Concedo o aparte ao nobre Senador José Jorge, Relator da proposta de emenda à Constituição que trata da reforma do Judiciário, que trará, com certeza, muito brilho a este meu pronunciamento.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Senador Mozarildo Cavalcanti, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela escolha do tema. Estamos lutando no Senado para concluir a votação da reforma do Judiciário, porque ela é muito importante. Esse projeto tramita no Congresso há treze anos; portanto, deve ser importante, porque matéria pouco importante rapidamente é aprovada; se está demorando, é porque é importante.

Realmente, essa pesquisa é necessária. É preciso discutir os custos do Poder Judiciário exatamente para melhorar a produtividade desse Poder. Não há dúvida de que a pesquisa foi divulgada de forma apressada, sem os devidos cuidados, o que, de certa maneira, prejudica o encaminhamento desse assunto. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> e com o Poder Judiciário, pois considere a pesquisa muito mal divulgada. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)** – Senador José Jorge, agradeço-lhe o aparte. Há poucos dias, li nos jornais que o Ministro Nelson Jobim afirmou que produzirá, dentro de poucos meses, um diagnóstico real e isento do Poder Judiciário.

Sr. Presidente, repito que não consigo compreender por que o Poder Executivo não mantém sua independência e harmonia. Além de criar a Secretaria de Reforma do Judiciário, promove uma pesquisa com o patrocínio e com dados fornecidos por um banco internacional, que é o Banco Mundial, a fim de colocar nosso Poder Judiciário perante a opinião pública de maneira pior. Nas ditaduras, vimos o Poder Executivo funcionando, mas nunca vimos o Legislativo funcionando, nunca vimos a imprensa livre, e, quando vimos o Poder Judiciário funcionando, foi de maneira parcial. Então, é preciso que nós, que somos democratas, concedamos valor ao Poder Judiciário, logicamente procurando fazer uma reforma. Muito mais do que essas reformas pontuais que vamos fazer, mais importantes são as reformas infraconstitucionais, mudando os Códigos de Processo Civil e Penal, limitando essa questão da oportunidade de recursos que, na verdade, só fazem atrasar o andamento e a celeridade da Justiça. E o pior: o maior cliente, o que mais emperra a Justiça, é o Poder Executivo; ou ele mesmo, como litigante, ou então pessoas privadas ou empresas, acionando o Poder Público quando não cumpre a lei. De uma forma ou de outra, é o Poder Executivo o maior responsável pela demora do trabalho do Poder Judiciário.



Portanto, manifesto aqui o meu apreço e o meu apoio não só ao Poder Judiciário, mas também a todos o seus membros.

Sr. Presidente, peço a transcrição dos 8 documentos a que me referi no meu pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

**Diagnóstico apresentado pelo Ministério da  
Justiça é equivocado e foi feito sem transparência**

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE) contesta os dados sobre a Justiça Federal contidos no Diagnóstico do Poder Judiciário, divulgado hoje pelo Ministério da Justiça. Embora louvemos o esforço do Ministério em realizar um levantamento completo sobre o setor, consideramos estranho que em nenhum momento foi revelada e debatida democraticamente a metodologia utilizada para sua realização.

O diagnóstico divulgado apresenta dados equivocados e incompletos, o que objetivamente o descredencia como documento fiel sobre a realidade brasileira.

Podem ser detectados equívocos gravíssimos como o de utilizar apenas os dados das instâncias convencionais da Justiça Federal, ignorando os mais de 600 mil processos julgados nos Juizados Especiais Federais. É como se tais instâncias nada significassem ou que os juizes federais que lá trabalham não tenham qualquer importância para a solução dos conflitos sociais.

O diagnóstico erra também quando utiliza, em todos os cálculos, o número de cargos de juizes criados no país, mas não o efetivamente provido, que é bem menor: no momento, há mais de 200 vagas de juiz federal em aberto em todo país, aguardando a realização de concursos.

Além disso, não houve o estabelecimento de padrões estatísticos nacionais uniformes, o que significa que há comparações completamente impróprias (por exemplo, "processo distribuído" ou "julgado" em um Estado abrange alguns tipos de processos, excluídos em outro).

Por outro lado, conforme pode ser confirmado no site do próprio Ministério da Justiça, o relatório demonstra desconhecimento sobre o número oficial de varas da Justiça Federal. Informa que foram criadas 500 novas varas federais no ano passado, por meio da lei 10.772/2003, quando na realidade foram criadas apenas 183 novas varas, ainda nem todas instaladas. Faltam sair do papel, daquele total, ainda 123 varas, por exigências impostas pelo Poder Executivo.

Um bom exemplo da discrepância entre os números reais e os levantados pelo diagnóstico está nos dados referentes ao estado do Amapá. O relatório do Ministério da Justiça afirma que foram julgados apenas 731 processos, em todo o ano de 2003, na Justiça Federal naquele estado, quando na verdade foram mais de 7.000. Para completar o erro, em seguida o estudo simplesmente dividiu esse número errado de processos julgados no ano pelo número de cargos criados para juízes – seis – quando apenas três das vagas permaneceram providas durante 2003.

Também no tocante aos gastos com o Judiciário o relatório não é fiel aos números reais, pois não apresenta dados claros de comparação para afirmar o quanto efetivamente é arrecadado pela União com a atuação da Justiça Federal e Trabalhista, e que superam longamente os seus custos.

Outrossim, no tocante à remuneração dos juízes federais, o levantamento foi efetuado por uma entidade estrangeira (Banco Mundial), não se sabendo a partir de quais dados e, como demonstrado anteriormente, provavelmente a partir de informações distorcidas. Pensamos que o papel de um Governo soberano seria pelo menos checar tais dados, antes de difundi-los à opinião pública nacional.

A AJUFE espera que haja as adequadas retificações, a fim de efetivamente refletir-se o quadro real do Judiciário brasileiro. Que isso seja precedido de ampla discussão, transparente e democrática, entre todos os atores desse Poder.

Lamentando não ter sido ouvida em nenhum momento, a AJUFE coloca à disposição todos os dados estatísticos de que dispõe sobre a Justiça Federal, que envolvem todos os seus setores, e divergem substantivamente dos apresentados pelo Ministério da Justiça.

Vamos postular que o Supremo Tribunal Federal conduza um estudo sério e competente, que possa permitir aos cidadãos brasileiros conhecerem de modo fiel as virtudes e defeitos do Judiciário do nosso país.

**Jorge Maurique**  
Presidente da AJUFE

## **Presidente da AMB condena "Diagnóstico do Poder Judiciário"**

O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Desembargador Cláudio Baldino Maciel, afirmou hoje (18/08) que a pesquisa "Diagnóstico do Poder Judiciário" apresentada na última segunda-feira pelo Ministério da Justiça, "foi divulgada precipitada e equivocadamente, uma vez que muitos dos dados ali contidos são imprecisos".

Maciel se refere à nota divulgada pelo Ministério ontem à noite (17/08), segundo a qual, "A Secretaria (de Reforma do Poder Judiciário) reconhece que, em virtude do ineditismo do trabalho realizado, seus dados merecem maior aprofundamento para que se tornem precisos".

Ao fazer uma análise detalhada do trabalho, a AMB checkou vários destes dados com algumas de suas associações filiadas e verificou que muitos não correspondiam às informações das entidades, em diversos estados. "Portanto se os dados de fato não correspondem à realidade, e o Ministério o admitiu em nota, não havia porque divulgá-los com pompa e cerimônia, numa precipitação impressionante para um órgão de governo", acrescentou o Desembargador.

Cláudio Maciel disse que, como peça de argumentação para se imprimir as mudanças no Judiciário que o governo pretende com a emenda de reforma constitucional do Poder, os principais dados da pesquisa – custo dos processos e produtividade dos magistrados – estão incorretos. Sobre estes pontos, diz a nota do Ministério da Justiça: "Como exemplo de aspectos que merecem um melhor exame, registramos a exclusão dos dados referentes aos processos e sentenças dos Juizados Especiais, o que altera os índices de produtividade dos juízes, custo dos processos judiciais e estoque anual de processos".

Para a AMB, a pesquisa não se presta como fonte de consulta para qualquer análise séria ou planejamento sobre o Poder Judiciário brasileiro, pois despreza vários dados estatísticos oficiais dos próprios tribunais, de fácil obtenção, em detrimento de duvidosos e comprometidos levantamentos do Banco Mundial.

No entender do presidente da Associação, a divulgação de dados "Inconsistentes, equivocados e incompletos", uma semana antes da possível votação final da Reforma do Judiciário no Senado Federal, demonstra "clara intenção de fragilizar o Poder Judiciário perante a opinião pública, estratégia inconcebível para quem deveria, isto sim, preservar o princípio republicano de independência e harmonia entre os poderes". Ele lembrou que preocupa também "esta tentativa ocorra paralelamente às propostas de esvaziamento das funções do Ministério Público e de cerceamento da liberdade de imprensa".

Sem deixar de elogiar a iniciativa do Ministério em reconhecer as incorreções no trabalho divulgado, o desembargador salientou, ainda, que "com todos os erros e imprecisões, o diagnóstico tem dados que merecem reflexão, quando mostra, por exemplo, que o Executivo é o maior cliente do Judiciário, ou seja, é o Poder Executivo inviabilizando o Poder Judiciário, com a interminável interposição de recursos protelatórios, o que é no mínimo contraditório para quem diz que quer reformar o Judiciário para melhorá-lo".

## **Diagnóstico do Judiciário causa polêmica entre juízes**

AMB, Anamatra e Ajufe contestam dados do documento apresentado pelo Ministério da Justiça nessa semana e pedem melhorias no Poder Judiciário, como a reforma nas leis processuais para evitar abusos dos órgãos públicos

Thaís Conesa

Foi divulgado nesta semana pelo Ministério da Justiça o **Diagnóstico do Poder Judiciário**, que traz avaliações e estatísticas sobre o desempenho da Justiça no Brasil. O diagnóstico trata de pontos como o número de processos julgados por magistrado ao ano, os custos do Poder Judiciário ao orçamento nacional e uma comparação entre os salários de juízes de todo o mundo, que colocaram o Brasil como um país que paga as mais altas remunerações ao Judiciário. Esse diagnóstico causou polêmica entre as organizações jurídicas, principalmente entre associações de juízes. Algumas dessas entidades, como a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), soltaram notas contestando esse documento, o que provocou alguns esclarecimentos por parte do Ministério da Justiça (veja link no final da matéria).

O presidente da Anamatra, Grijalbo Coutinho, afirmou que o único elogio que pode ser feito é a iniciativa em produzir dados sobre o Judiciário. O documento em si, por sua vez, seria uma "cartilha de equívocos". Um deles diz respeito ao número de processos que passa pela Justiça do Trabalho e a quantidade de processos julgados pelos juízes por ano. Grijalbo disse que não foram contados os processos que estão na fase de execução e passam sob a avaliação do juiz diversas vezes, e esses, segundo ele, somam mais de 2 milhões. Esse dado mostra que a quantidade de trabalho é muito maior do que aparenta e que a crítica feita de que os magistrados julgam poucos processos por ano não é concreta.

Outra interpretação errônea diz respeito à participação do Poder Judiciário no orçamento da União. Grijalbo disse que a Constituição de 1988 ampliou o acesso do cidadão à Justiça, criando direitos e permitindo o uso da máquina judiciária de maneira adequada. Os direitos do consumidor e da cidadania são exemplos da maior demanda que passou a ser levada ao Poder Judiciário. O aumento do número de processos trouxe a necessidade de criar novos tribunais, o que gerou o aumento dos gastos com o Judiciário.

O presidente da Anamatra disse que o Judiciário não é oneroso e não chega a comprometer nem 3% do orçamento da União. No entanto, a avaliação do diagnóstico é que o Brasil gasta demais com o Poder Judiciário e deveria, reduzir essas despesas. Para Grijalbo, essa é a linha do Banco Mundial: propor um Estado minimalista, que participe minimamente das atividades do país. Nesse sentido, o Poder Judiciário deveria ser substituído por meios alternativos de conciliação, vistos pela Anamatra como parciais e prejudiciais para os cidadãos mais pobres.

Grijalbo Coutinho disse que, lamentavelmente, o Poder Executivo aposta na fragilização dos juízes e do Judiciário e quer desqualificá-lo na aplicação das leis brasileiras. Ele acredita que esse diagnóstico não deve interferir na Reforma do Judiciário, mas pode servir de base para as mudanças infraconstitucionais que virão após sua votação.



Refutando essas críticas, o Ministério da Justiça afirmou que todos os dados utilizados foram retirados do próprio Poder Judiciário e, em momento algum, o objetivo foi criar uma polêmica tão grande. A principal meta desse diagnóstico, que vem sendo desenvolvido desde a criação da Secretaria Nacional da Reforma do Judiciário, no ano passado, é esperar que essas informações sirvam de base para mudanças no Judiciário.

Em relação às melhorias que a Reforma do Judiciário proporcionarão a esse poder, o Ministério acredita que a falta de planejamento e de gestão no Judiciário deverão ser resolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Outro ponto sugerido é que, como cerca de 80% das ações atualmente em tramitação têm o poder público como parte, é preciso mudar a postura do Estado frente ao Judiciário e adotar a súmula administrativa, que pode fazer com que a Advocacia Geral da União (AGU) não recorra em determinadas matérias cujo resultado é conhecido e repetitivo.

Porém, essas alterações não diminuirão significativamente a morosidade do Poder Judiciário, afirmou o presidente da Anamatra. O Ministério da Justiça vê a necessidade da reforma na legislação processual brasileira, na modernização e na desburocratização dos procedimentos nos tribunais. Um ponto muito importante é a mudança na sistemática de recursos, que permite que a aplicação da justiça seja postergada, opinião do vice-presidente da Ordem dos Advogado do Brasil (OAB), Aristoteles Atheniense. Esses assuntos são consenso entre as entidades jurídicas e essenciais, segundo Grijalbo Coutinho, para diminuir a frustração dos magistrados por não conseguirem julgar os processos em um tempo razoável.

Aristoteles Atheniense deixou claro que achou satisfatório o trabalho produzido pelo Ministério da Justiça e que eventuais diferenças numéricas não afetam decisivamente as conclusões chegadas. A principal crítica feita por ele é em relação às vantagens que o poder público tem no sistema judiciário e até que ponto a reforma em discussão atende a esses interesses.

Para acelerar o processo legislativo, Aristoteles disse que é preciso uma mudança na mentalidade dos julgadores, aproximando o cidadão da Justiça. Uma decisão que pode evitar a demora no Judiciário é a concessão de recursos pelos presidentes dos tribunais estaduais, evitando os agravos de instrumentos que são impetrados nos tribunais superiores.

Sobre a Reforma do Judiciário, o vice-presidente da OAB disse que, se o diagnóstico não a afetar diretamente, oferece subsídios para quem não tem dados relevantes para se informar. Esse relatório pode contribuir para diminuir as dúvidas que cercam muitos pontos desse debate.

Ricardo Gehling, diretor da AMB, afirmou que esse diagnóstico foi concluído apressadamente para ser publicado próximo às votações finais da Reforma do Judiciário. Essa pressa foi vista como uma atitude oportunista do governo para que seja criado um ambiente de desgaste da magistratura.

Assim que foi divulgado o relatório, a AMB foi consultar as fontes de dados para não emitir um parecer precipitado. O resultado dessa consulta foi o encontro de números que não condizem com a realidade. Como exemplo, Gehling afirmou que em muitos Estados não foram computados os processos decorrentes dos Juizados Especiais e que a comparação entre a remuneração de juízes de todo o mundo não pode ser feita segundo a questão pecuniária. Ele disse que, em alguns países, a magistratura goza de privilégios que não foram computados, como o subsídio à educação da família.

Dessa maneira, a AMB concluiu que esse foi um levantamento simplista, equivocado e inconsistente e que não tem a capacidade de avaliar concretamente as deficiências do Poder Judiciário. Uma crítica feita por Gehling foi a de que muitas das causas do emperramento do Judiciário decorrem da resistência do Poder Executivo em cumprir a lei, abusando muitas vezes dos recursos processuais. Ele afirmou ainda que o Ministério da Justiça tem estrutura para produzir um relatório mais condizente com a realidade.

Por fim, Ricardo Gehling disse que a AMB vê a necessidade de haver um relatório sobre o Poder Judiciário para que seja possível propor medidas que colaborem com a efetividade da justiça. A associação também diz ter desempenhado um importante papel no sentido de elaborar sugestões para melhorar as áreas que enfrentam maiores dificuldades e a administração na Justiça, com o objetivo de colaborar com a transparência e a democracia no Judiciário.

A Reforma do Judiciário (Proposta de Emenda à Constituição – PEC – 29/2000) já teve sua parte geral votada, sendo o próximo passo a discussão e a votação de pontos específicos, como a súmula vinculante. A apreciação da matéria pelo Senado Federal deve ocorrer na próxima semana.

## **Diagnóstico do Poder Judiciário: Anamatra desafia MJ**

Juízes criticam diagnóstico do Poder Judiciário apresentado pelo Executivo

Em nota oficial divulgada hoje (16/08) a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) desafiou o Ministério da Justiça a exibir a base de dados utilizada no documento "Diagnóstico do Poder Judiciário". O estudo foi apresentado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelo secretário da Reforma do Judiciário, Sérgio Renault.

De acordo com o presidente da Anamatra, Grijalbo Coutinho, o documento do Ministério da Justiça não traduz com fidelidade a movimentação processual referente à Justiça do Trabalho. "Os dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostram que em 2003, somente na fase de execução, a Justiça do Trabalho teve um saldo de 1.794.678 processos pendentes, com o acréscimo de mais 667.882 novos processos, totalizando, assim, 2.462.560 feitos, com o encerramento de 545.953 execuções. Nenhum desses elementos foi considerado no trabalho do Ministério da Justiça, lacuna que compromete toda e qualquer gestão tendente a dar celeridade e racionalidade ao sistema processual brasileiro", afirma na nota.

Leia a íntegra da nota:

### **Nota oficial**

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra, entidade da sociedade civil organizada, representativa de mais de três mil juízes do trabalho, vem a público, em face da divulgação do documento denominado "Diagnóstico do Poder Judiciário", do Ministério da Justiça, esclarecer o seguinte:

1 - Deve ser enaltecida a iniciativa do Executivo em apresentar dados sobre o Poder Judiciário, mas a peça exibida com tal objetivo revela-se extremamente frágil, impedindo, assim, qualquer análise científica que se pretenda levar a efeito. Além de inconsistente em aspectos primordiais, o projeto de diagnóstico deixa de apontar a metodologia utilizada na coleta de várias informações oferecidas, limitando-se a reproduzir números cuja origem é negada;

2 - No que se refere à Justiça do Trabalho, o documento do Ministério da Justiça não traduz com fidelidade a movimentação processual, considerando que apenas cuida dos feitos ajuizados na fase de conhecimento, desprezando o estoque de processos pendentes, ano a ano, na fase de execução, bem como o significativo número de decisões interlocutórias proferidas pelos juízes do trabalho;

3 - Somente na fase de execução, na Justiça do Trabalho, o ano de 2003 iniciou com um saldo de 1.794.678 processos pendentes, com o acréscimo de mais 667.882 novos processos, totalizando, assim, 2.462.560 feitos, com o encerramento de 545.953 execuções (fonte: Relatório Geral da Justiça do Trabalho - Ano de 2003 - TST). Nenhum desses elementos foi considerado no trabalho do Ministério da Justiça, lacuna que compromete toda e qualquer gestão tendente a dar celeridade e racionalidade ao sistema processual brasileiro;

4 - A estatística exibida não condiz com a realidade do volume de processos submetidos aos juízes, os quais não se encerram após a decisão proferida na fase de conhecimento;

**5 - A excessiva preocupação do Ministério da Justiça com "as despesas do judiciário" parece ter sido o mote central de toda a pesquisa, ao estabelecer comparações com outros países e trazer demonstrativo da evolução dos gastos efetuados sob tal rubrica pelos entes federados brasileiros. Mas não teve o cuidado no exame dos dados frente ao quadro que ampliou o acesso do cidadão à Justiça com a Constituição de 1988 e a natureza social da medida, como também os valores arrecadados pelos diversos segmentos do judiciário em favor dos cofres públicos. Mesmo assim, essas despesas sequer correspondem a 3% do orçamento da União;**

**6 - Os valores transferidos aos trabalhadores brasileiros no ano de 2003 (mais de cinco bilhões de reais), por força da atuação da Justiça do Trabalho, também não mereceram nenhuma abordagem, comprovando o viés neoliberal que se lança como alternativa única de reforma do Estado brasileiro pelo Governo Lula;**

**7 - Valendo-se de supostos dados do Banco Mundial, o referido "Diagnóstico do Poder Judiciário" conclui que os salários dos juizes da esfera federal situam-se no topo do ranking, considerando a paridade do poder de compra (PPPD). Causa estranheza que afirmação peremptória dessa natureza seja lançada em documento público do Poder Executivo, com base em dados de organismo internacional manifestamente interessado numa reforma do Poder Judiciário que diminua a sua importância política e social. Anamatra aproveita a oportunidade e lança publicamente o desafio ao Ministério da Justiça para que exiba a base de dados e se coloque à disposição para um debate público e transparente;**

**8 - Por fim, face à indiferença que o Executivo demonstrou com o Poder Judiciário na elaboração do referido diagnóstico, do qual teve conhecimento no momento da sua divulgação, urge que o Supremo Tribunal Federal, no exercício da chefia do Poder Judiciário Brasileiro, elabore um verdadeiro diagnóstico do judiciário, com base em dados públicos e transparentes, para que a população conheça, efetivamente, a realidade do judiciário brasileiro.**

**9 - A Anamatra possui compromisso com as mudanças necessárias ao melhor desempenho do Poder Judiciário nacional, não hesitando, porém, da crítica contundente aos setores interessados na promoção de reformas neoliberais, contrárias aos interesses da imensa maioria do povo brasileiro. Pautará a sua conduta, sempre, com transparência absoluta, rechaçando toda e qualquer ação que possa comprometer o direito à informação, seja qual for o órgão ou o poder investigado**

**Brasília, 16 de agosto de 2004**

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**  
**Presidente da Anamatra**



## **Diagnóstico do Judiciário - Nota à Imprensa**

A Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, em face das manifestações acerca do Diagnóstico do Poder Judiciário, vem esclarecer:

1. Os dados constantes do diagnóstico foram obtidos a partir da resposta a questionários enviados aos Tribunais, bem como de consultas ao Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (no site do Supremo Tribunal Federal) e aos sites oficiais do Conselho de Justiça federal e dos Tribunais. Os dados sobre despesas do Judiciário e salários dos juízes foram obtidos junto ao Banco Mundial ([www4.worldbank.org/legal/database/Justice/Pages/jsIndicator2.asp](http://www4.worldbank.org/legal/database/Justice/Pages/jsIndicator2.asp))

2. A Secretaria reconhece que, em virtude do ineditismo do trabalho realizado, seus dados merecem maior aprofundamento para que se tornem mais precisos. As imprecisões decorrem das imperfeições das bases de dados consultadas (do próprio Judiciário), o que pode motivar o aperfeiçoamento dos critérios metodológicos adotados.

3. Como exemplo de aspectos que merecem um melhor exame, registramos a exclusão dos dados referentes aos processos e sentenças dos Juizados Especiais, o que altera os índices de produtividade dos juízes, custos dos processos judiciais e estoque anual de processos. Vale considerar, contudo, que a Secretaria está produzindo, com apoio do CEBEPEJ (Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais), estudo específico sobre os juizados especiais de todo o país. As informações colhidas junto ao Banco Mundial serão objeto de análise complementar, que será feita a partir das demandas apresentadas pelas Associações.

4. A Secretaria se compromete a retificar erros nos dados apresentados, que venham a ser comprovados pelas entidades representativas dos magistrados. Vamos convidar tais entidades a uma análise conjunta e rigorosa do Diagnóstico apresentado.

5. A Secretaria reafirma que o Diagnóstico, primeiro do gênero realizado no país, tem como principal objetivo contribuir com os esforços conjuntos para a realização da Reforma do Poder Judiciário, beneficiando toda a sociedade brasileira.

**Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça**

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	<b>22</b>	<b>Agosto/04</b>	<b>Nacional</b>	<b>A</b>

## Funcionalismo teme legalização de corte de salário

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA - Ministros e ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) alertam que a aprovação da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores inativos pode ter criado atmosfera para a Corte considerar legal o corte em salários de funcionários públicos com proventos acima do teto da categoria, fixado em R\$ 19,1 mil - valor da maior remuneração de integrante do STF.

"Pode ter influência em termos de clima, porque (no julgamento da contribuição) o tribunal foi sensível à compreensão política e econômica", avaliou um ministro aposentado. "O que pode influir é o clima de que o País tem de sair da la-

ma", acrescentou, observando que o conceito de direito adquirido definido nesta semana pelo STF é diferente do que ele aprendeu: "O instituto do direito adquirido ficou balanceado." Outro ministro aposentado prevê que as ações sobre o teto "vão na mesma toada (da contribuição previdenciária)".

Em breve, o Supremo julgará ações movidas por servidores que tiveram os salários cortados pela entrada em vigor do teto. Uma dessas ações é movida por quatro ministros aposentados do STF que, por terem mais de 60 anos de idade, pediram prioridade na tramitação do processo. Eles alegam, entre outros pontos, ter direito adquirido a manter intactos os benefícios. Em abril, o relator do caso, ministro Sepúlveda Pertence, rejeitou pedido de liminar contra o corte das aposentadorias.

Na quarta-feira, o STF concluiu que os inativos não tinham direito adquirido a ficarem imu-

nes à contribuição previdenciária. Por isso, ministros e ex-ministros do Supremo acreditam que essa interpretação pode ser dada ao teto salarial e o consequente corte de vencimentos.

Outro dado observado é que, em julho, mês de férias no STF, o presidente do tribunal, Nelson Jobim, despachou pedidos urgentes e cassou liminares que impediam cortes nos salários de quem ganhava acima do teto.

Apesar desse quadro desanimador para quem ganhava acima do teto e gostaria de voltar a receber integralmente seus salários, dois dos atuais integrantes do Supremo avaliam que não dá para concluir que o STF manterá em vigor o teto, porque declarou constitucional a cobrança da contribuição previdenciária dos inativos. A cobrança é matéria tributária e envolve a discussão de um direito subjetivo dos inativos a não pagarem. O salário, ressaltaram, é um direito concreto.

## 'Acusar juízes de privilegiados é absurdo'

*Remuneração é justa pela carga de trabalho a que magistrados estão submetidos, diz Gonçalves*

FAUSTO MACEDO

Entre pilhas de processos amarrados com barbante, que narram escândalos de crimes financeiros e fraudes contra a União - papelada que lhe toma, em média, quase 10 horas de seu dia -, o juiz federal Fernando Moreira Gonçalves rebela-se contra a inclusão de sua categoria no rol dos servidores privilegiados.

Aos 35 anos, desde 1998 na carreira, Gonçalves notabilizou-se ao decretar o bloqueio do dinheiro do juiz Nicolau dos Santos Neto na Suíça, em 2000, e por abrir o sigilo do ex-prefeito Paulo Maluf no caso Jersey, em 2001.

No início da semana, ele voltou à cena para repudiar com veemência o Diagnóstico do Judiciário, estudo do governo que atribui à toga ótimos salários, ineficiência e uma

produtividade pífia. "Acusar os juízes federais de privilegiados é um absurdo que não pode ficar sem devida resposta, há uma imagem distorcida do Judiciário", reage Fernando Gonçalves.

Formado pela Faculdade de Direito da PUC de Campinas, em 1992, promotor de Justiça estadual no período de 1994 a 1998, ele integrou, em agosto de 2003, a delegação brasileira que negociou a celebração do tratado de cooperação judiciária entre Brasil e Suíça. Foi diretor da Associação dos Juizes Federais.

Atualmente, Gonçalves se dedica a duas frentes de trabalho: é juiz titular da 1.ª Vara Criminal da Justiça Federal em Campinas e integra o quadro de magistrados do Juizado Especial Fede-

**E**LE REPUDI  
DIAGNÓSTICO  
FEITO PELO  
GOVERNO

ral, instância que torna o Judiciário mais rápido no atendimento ao público.

**Isolados** - O Juizado, implantado no governo Fernando Henrique, atende essencialmente necessitados que pedem concessão ou revisão de benefício previdenciário, causas de valor não superior a 60 salários mínimos. Gonçalves empolga-se com os resultados do Juizado. "É a Justiça sem papel, totalmente eletrônica, livre do barbante, dos carimbos e dos recursos sem fim", define.

Diariamente, Gonçalves ouve os apelos de 6 a 8 pessoas. As sentenças saem durante a audiência. Uma das ações mais comuns no juizado é o pedido de benefício assistencial, também conhecido como amparo social, que é pago a idosos ou portadores de deficiência cuja família não tenha renda per capita maior que um quarto do salário mínimo. A competência do juizado de Campinas foi aberta para outras questões, como a discussão sobre pagamento de tributos federais e da prestação da casa própria.

Ele prega uma Justiça mais próxima de quem a procura. "O Juizado é importante para que

os juízes não fiquem isolados da sociedade e sintam a realidade da maioria da população”, receita Gonçalves, que recebe salário líquido de R\$ 8 mil. “Eu acho que é suficiente e justo pela carga de trabalho a que somos submetidos”, declara.

O juiz condena a criação, no governo Lula, da Secretaria da Reforma do Judiciário, vinculada ao Ministério da Justiça. “É equivalente ao Supremo Tribunal Federal criar secretaria para tratar da reforma do Executivo ou do Congresso”, argumenta Gonçalves. Ele diz que “preocupa o fato de o Judiciário só ter tido conhecimento dos dados quando o governo os divulgou”. Para o magistrado, o documento “é um diagnóstico contra o Judiciário.”

## **Renault diz que tribunais deram dados para dossiê**

O secretário da reforma do Judiciário, Sérgio Renault, disse que o diagnóstico da Justiça foi realizado com base em informações obtidas a partir da resposta a questionários enviados aos tribunais, bem como em consultas ao Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário e aos sites do Con-

selho de Justiça Federal. Os dados sobre despesas do Judiciário e salários foram levantados com o Banco Mundial.

“São fontes oficiais”, destacou Renault. “O diagnóstico era do conhecimento de todos, nunca houve intenção de não revelar o trabalho. As associações de classe não foram consultadas porque queríamos dados dos tribunais.” Ele disse que vai convidar as entidades para “análise conjunta e rigorosa” do diagnóstico.

“Por mais que se conteste algum dado por imprecisão as conclusões do relatório permanecem inalteradas”, argumentou Renault. “Não vejo ninguém contestando que o gargalo da Justiça é na primeira instância, é ali que precisa haver investimento.”

Renault observou que o trabalho não terminou. “Vamos aperfeiçoá-lo.” E disse que não concorda com a preocupação dos juízes a respeito de vencimentos. “É um dado público, não vejo como isso pode prejudicar a imagem deles; não estamos dizendo se ganham muito ou pouco.” Ele acrescentou que a secretaria está produzindo, com apoio do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, estudo específico sobre os juizados especiais. (F.M.)

## **OAB compara justiça de Roraima a da Suíça**

A vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dizanete Matias, concorda que a Justiça de Roraima é uma das mais céleres do país. Observa que a quantidade de juízes em atuação hoje no Estado, 30 no total, é razoável, se comparado com a população de Roraima, que fica na casa dos 350 mil habitantes. “Em relação ao número de juizes por habitantes a nossa Justiça pode ser comparada à Suíça”, destaca.

Dizanete diz ainda que o sistema de informatização do Poder Judiciário contribuiu para que se ganhasse um pouco mais de celeridade no andamento dos processos. A advogada frisa que o sistema judiciário do Brasil é que é muito demorado, devido às várias brechas existentes na legislação para a apresentação de recursos. Volta-se à questão da necessidade de reforma das leis infraconstitucionais – os códigos Civil e Penal.

A advogada Denise Gomes, que tem banca estabelecida em Roraima, diz que a Justiça local é bem mais ágil que a do Amazonas, por exemplo, onde também já atuou. Ela destaca que há celeridade para a marcação de audiências e expedição de liminares. Denise diz que, com relação à justiça gratuita (Defensorias Públicas) os processos andam de forma mais demorada devido à grande demanda. (L.V.)

## **CELERIDADE DA JUSTIÇA**

### **Roraima tem melhor média de juízes do país**

#### **LUIZ VALÉRIO**

Enquanto a justiça brasileira foi diagnosticada pelo estudo internacional patrocinado pelo Banco Mundial (Bird), como sendo uma das mais lentas, caras e ineficientes do mundo, a de Roraima, em particular, é tida como uma das mais céleres, senão a mais célere do país. Essa celeridade se deve, em parte, ao número de juízes per capita, que é um para 12 mil habitantes, enquanto a média nacional é de um magistrado para cada grupo de 26 mil pessoas. A informatização do Tribunal de Justiça de Roraima (TJ) é outro ponto positivo do Judiciário.

Atualmente, 27.599 processos abarrotam o Tribunal de Justiça de Roraima, de acordo com o Sistema de Comunicação do Judiciário estadual. Desses, 14.391 estão em tramitação e outros 13.208 encontram-se paralisados por motivos legais. O número de processos em outros órgãos, que ainda não chegaram ou não foram devolvidos para as comarcas soma 3.365. No mês de julho último, foram julgados 967 processos.

A completa informatização do TJ é apontada por advogados como sendo um dos motivos da justiça local ser menos lenta que nos demais Estados. O corregedor de Justiça desembargador Almiro Padilha afirma que a informatização de todas as Varas da Justiça roraimense possibilitou uma maior agilidade no andamento dos processos que, nos juzgados especiais, levam em torno de 60 a 90 dias para serem julgados.

Ele reconhece que ainda há casos isolados em que processos levam até dez anos para o julgamento. "Todos os juízes das nossas comarcas estão equipados com material de informática e acesso à internet. Isso contribui para a celeridade da nossa Justiça", observa, salientando que a melhora do judiciário está se dando aos poucos. Reconhece que, apesar dos avanços obtidos, a Justiça de Roraima ainda está longe de atingir a agilidade esperada.

Almiro Padilha aponta como outro fator que contribui para a melhoria nos serviços prestados pela Justiça local o empenho dos servidores do Judiciário. "O nosso quadro de servidores é muito bom", diz, observando que quanto mais rápido os processos chegarem à mesa do juiz, mais rápido eles andam. Hoje, o TJ conta com um quadro de servidores composto por 405 funcionários efetivos e 164 cargos comissionados que servem à Capital e ao interior. "Então, a eficiência do Judiciário passa necessariamente pela qualificação e comprometimento dos seus servidores", assinala.

Fazendo uma análise do funcionamento da Justiça brasileira e da reforma que se pretende aprovar no Congresso Nacional a partir desta semana, Almiro Padilha afirma que, no geral, as alterações propostas não vão resultar em nenhum ganho de celeridade pelo Poder Judiciário.

Ele destaca, no entanto, que a autonomia das Defensorias Públicas, um dos pontos contidos no projeto de reforma, trará uma melhor qualidade para a Justiça. Ao contrário de muitos dos seus colegas de toga, Almiro Padilha diz ser favorável ao controle externo do Judiciário. "Eu, particularmente, defendo o controle externo. Respeito a opinião de quem é contra, mas sou favorável", afirma.

O desembargador diz ainda que a instituição da súmula vinculante, outro ponto da reforma do Judiciário, pode contribuir para desafogar os tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Ele explica que a maioria dos processos que abarrotam esses tribunais emana do Poder Executivo. "Logo, para a justiça estadual a instituição da súmula vinculante não trará nenhuma solução para o problema da lentidão", afirma.

Almiro Padilha diz que somente o que pode solucionar a questão da falta de celeridade do Judiciário, em todo, o país é um maior investimento em equipamentos de informática e aumentar o número de juizes através de concurso público. "De outra forma, não há como solucionar o problema da morosidade", destaca.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A solicitação de V. Ex<sup>a</sup> será atendida, nos termos regimentais

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a afinação entre discurso e prática, entre promessa e ato concreto, pode levar um Governo à consagração; a dissonância, entretanto, pode levá-lo à ruína.

Gostaria imensamente de poder dizer, com todas as palavras e em todas as circunstâncias, que o Governo Lula é afinado. Seria desmentido, contudo, pela realidade.

Cinco meses após ter realizado um pronunciamento acerca das terríveis conseqüências das chuvas no Nordeste, especialmente no Estado de Pernambuco e também no Estado do Piauí e outros Estados nordestinos, volto a cobrar uma ação imediata do Governo Federal no socorro a milhares de vítimas. Afinal, as promessas do início do ano se tornaram, simplesmente, promessas.

O **Jornal do Commercio**, conceituadíssimo diário pernambucano, estampou no último dia 8 de agosto, na primeira página, a seguinte manchete: “Promessa de casa nova deu em nada”. E nas páginas internas arrematou: “Flagelados da chuva entregues à própria sorte”.

Pessoas mal-intencionadas poderiam afirmar: “Estão querendo vender jornal à custa dos miseráveis”. Não é verdade. A equipe do **Jornal do Commercio** percorreu todo o circuito das cidades atingidas pelas chuvas, chegando a viajar mais de dois mil quilômetros. Portanto, a constatação da falta de ação do Governo Federal é mais do que legítima.

Infelizmente, a atual situação já era prevista. No início deste ano, por mais de uma vez, denunciei com veemência a indiferença, a insensibilidade e a inoperância do Governo Lula diante dos gravíssimos danos causados à população nordestina pelas fortes chuvas e inundações que castigaram a região nos meses de janeiro a março. Naquela ocasião, o Governo de Pernambuco, registrando os graves prejuízos causados à economia da região, sobretudo a sua população, apresentou relatório circunstanciado às autoridades federais, no qual reivindicava providências imediatas para ao menos minorar o sofrimento das famílias atingidas.

Sr. Presidente, naquela oportunidade, tivemos oportunidade de participar, juntamente com toda a Bancada de Pernambuco, de uma reunião com o Ministro Ciro Gomes, que, à época, apresentou a forma como

o Governo Federal iria atender a população atingida, cada Ministério atendendo a sua parte. Ressaltei, junto com outros companheiros da Bancada de Pernambuco, que, dessa forma, não poderia esse assunto ser resolvido e que, pela sua urgência e relevância, deveria ser feita uma medida provisória, que, depois, tive oportunidade de cobrar mais de uma vez aqui no plenário do Senado, mas que, no entanto, não foi feita. Sem a medida provisória, como era de se esperar, todas aquelas decisões, que aparentemente tinham sido tomadas, se perderam na burocracia. Então, na prática, nada chegou para atendimento dos flagelados dessa cheia que aconteceu no mês de fevereiro nos Estados do Nordeste.

Ressalto que não é por economia de medida provisória, porque é do que este Governo mais gosta. Outro dia mesmo, baixou uma MP para obrigar a instalação do tal **chip** censura, que só permite que os filhos vejam os programas que os pais autorizam. Para isso, todavia, já existia uma lei, que o Governo copiou na medida provisória e editou. Aliás, daqui a pouco, essa medida provisória vai fechar a pauta do Senado e já deve estar fechando a pauta da Câmara. O projeto que existia, Senador Heráclito Fortes, eu apresentei como uma emenda substitutiva, porque é igualzinho à medida provisória. Para os flagelados do Nordeste, efetivamente, não quiseram editar uma medida provisória, esta sim, relevante e urgente.

Os números da catástrofe são impressionantes: dos 184 municípios pernambucanos, 113 foram atingidos pelas chuvas; 30 pessoas morreram e 40 mil ficaram desabrigadas; quase 2.350 casas foram completamente destruídas e cerca de 9.500, seriamente danificadas.

Quanto ao patrimônio público, 507 quilômetros de estradas, sejam federais, estaduais ou municipais, foram afetados; 117 açudes foram arrombados e barragens estouraram; 251 escolas, 3 hospitais e 37 postos de saúde foram gravemente danificados; e 42 obras de arte foram destruídas.

O Governo do Estado estimou os prejuízos em R\$53 milhões, considerando apenas a recuperação dos equipamentos sociais. Na estimativa, não foram levados em conta os enormes prejuízos causados à economia do Estado, quer na fruticultura do Vale do São Francisco e na indústria gesseira de Araripina, quer na avicultura do Agreste e na zona açucareira.

Diante de tamanha situação de calamidade, o Governador Jarbas Vasconcelos clamou, em vão, pelas ações do Presidente Lula e do Ministro Ciro Gomes, que se limitaram a visitar algumas áreas e, com “ar de paisagem”, e pedir paciência ao povo.

No caso específico dessa cheia, nem a visita houve. Na realidade, o Ministro Ciro Gomes, como todos sabem, na época, se recusou a visitar o Nordeste para realizar esse trabalho.

É porque não eram eles os desabrigados! Será que alguém que não tem um teto, para abrigar a si e a sua família, pode esperar tranqüila e calmamente pelas demoradas providências do Governo?

Quando ocorreu o desastre natural, reivindiquei, com o apoio de ilustres Senadores, a implantação de um programa especial de construção e de recuperação de moradias para as populações ribeirinhas atingidas em Pernambuco, entre outras medidas, inclusive através de uma medida provisória.

Como tudo neste Governo entra no ritmo da marcha lenta, da inoperância e da burocracia, o rastro de destruição, imposto pelas chuvas inclementes que castigaram o Nordeste, continua o mesmo de seis meses atrás. Famílias de trabalhadores continuam alojadas em galpões, escolas, garagens, casas de parentes, ou simplesmente migraram sem rumo, aumentando as estatísticas da miséria em algum lugar deste País.

Dos 113 Municípios atingidos, somente 26 receberam recursos para a reconstrução das casas; 87 Municípios nada receberam, ou não foram contemplados. Seis meses depois, o Governo Federal destinou apenas R\$7,240 milhões para a Codevasf. Para o Ministério das Cidades foram liberados, por intermédio da Caixa Econômica Federal, minguados R\$5,340 milhões, suficientes apenas para construir 1.344 casas.

Não custa lembrar: foram quase 12 mil casas destruídas ou severamente danificadas. O levantamento técnico feito pelo Governo do Estado, com a experiência e os dados reais levantados, previa um total de no mínimo R\$30 milhões para serem gastos em moradias populares. Portanto, o Governo está dando recursos para construir apenas 10% das casas.

Mesmo sabendo que os recursos são dramaticamente insuficientes, o povo se pergunta, e nós, Senadores, com o conhecimento que temos da realidade do nosso povo, nos perguntamos: quando os recursos chegarão às mãos dos desabrigados? Qual o limite, em termos de tempo, e segundo a lógica da "paciência presidencial", para que os desabrigados tenham de volta os seus tetos?

Ao menos até agora, segundo constatação do **Jornal do Comércio**, nenhuma casa, sequer uma moradia, Senador Heráclito Fortes, foi construída e entregue àquelas pessoas. E ainda se fala em entrega em dezembro, quando a cheia estará completando um ano! É fácil esperar, pelo menos é o que pensam os burocratas de Brasília!

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador José Jorge, prestei atenção, desde o início, no discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Estou complexado com a falta de ajuda ao Piauí, pensava até que fosse uma perseguição do PT, do atual Governo Federal, ao Governador, que também é do Partido – refiro-me àquela famosa briga entre amigos.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – É o fogo amigo.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – É isso, fogo amigo! Mas já vi que não. É uma prática do Governo com relação ao Nordeste. No Piauí a situação é exatamente a mesma: as casas que foram prometidas estão sendo aguardadas pelos desabrigados. Nada – ou quase nada – foi feito, Sr. Senador. O Presidente da República foi a Teresina com uma comitiva imensa anunciar a recuperação imediata inclusive de um dique que cria graves problemas para a zona norte de Teresina. E os recursos – e isso quero atribuir à briga entre o Governo do Estado e a prefeitura municipal – não estão chegando a ponto de solucionar o problema. A prefeitura protesta e reivindica o cumprimento das promessas, mas nada tem sido feito. No interior do Estado, então, nem pensar! Cidades que foram parcialmente alagadas, como Picos e Itainópolis, para ficar nesses dois exemplos, continuam à espera do que foi prometido pelo Governo Federal. Infelizmente, o Governo hoje vive só de propaganda – aliás, sobre esse assunto espero ainda hoje poder falar um pouco. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade de alertar a Nação para o descaso do Governo com o nosso sofrido Nordeste. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Senador Heráclito, também me solidarizo com os desabrigados do Piauí, que, tenho certeza, estão recebendo o mesmo tratamento que os de Pernambuco. Para tratar mal, não há discriminação, Senador Heráclito; eles tratam todos mal: os do Piauí, os de Pernambuco, os de qualquer lugar que necessite de ajuda e de apoio.

Continuo. O Ministério das Cidades selecionou treze Municípios em Pernambuco para receber os pouco mais de R\$5 milhões a serem liberados pela Caixa Econômica Federal – selecionou 13 entre os mais de 100 atingidos. O problema é que a Caixa está exigindo dos prefeitos uma série de projetos técnicos e de documentos, o que fez que oito desses Municípios tivessem seus projetos reprovados – dos treze, oito não tiveram os projetos aprovados. Apenas a cidade de Iati, na região do Agreste, teve aprovado um plano para construção – preste bem atenção, Senador Heráclito! – de 10 moradias. Depois de toda a burocracia

cia, o Município vai receber recursos para construir 10 casas, enquanto os planos das cidades restantes continuam em análise.

A liberação das verbas está emperrada por causa da excessiva burocracia da Caixa, que tem feito exigências completamente inadequadas para situações de emergência como essa. E ainda tentam pôr a culpa nos prefeitos dos pequenos Municípios, tais como Ipubi, Solidão, Tupanatinga, Tabira e Ouricuri, que não possuem quadros técnicos para entender, e atender, tantas normas técnicas, além de preencher tantos formulários exigidos formalmente pela instituição.

Ademais, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os Municípios não dispõem de recursos para dotar os terrenos de infra-estrutura, mais uma exigência da Caixa. Em alguns casos, estão exigindo até mesmo escritura pública das casas destruídas – quer dizer, para receber os recursos, aquele pobre que morava numa palafita, na margem do rio, vai ter que apresentar escritura pública da palafita, algo que não existe, que ninguém tem.

Ora, Sr. Presidente, sabemos que no interior do Nordeste muitas famílias não podem sequer custear a certidão de nascimento de seus filhos, quicá a escritura pública de uma casa construída em uma invasão.

O fato é que, até o momento, as coisas andam num compasso que não condiz com o sofrimento e o desespero das pessoas que perderam suas casas e não têm onde morar.

Além de toda a burocracia, o Governo Lula atropelou, sem piedade, o princípio da equidade, tratando de forma igual Municípios desiguais. Segundo o **Jornal do Comércio**, das 1.344 habitações a serem construídas, Petrolina, uma cidade grande, ficará com 521. Enquanto isso, a pequena cidade de Ipubi, a mais castigada pelas chuvas – onde, só em um distrito, 275 casas foram destruídas –, não foi contemplada sequer pelo repasse da Codevasf, de menor complexidade burocrática.

É lamentável que as cidades maiores, dotadas de maiores condições financeiras e técnicas para atender às exigências dos Ministérios e da Caixa, tenham sido as maiores beneficiadas. O Governo deveria ter dado apoio técnico aos pequenos Municípios, dando-lhes, ao menos, chance de concorrer a uma distribuição equitativa dos recursos existentes.

Por motivos meramente políticos, o Governo Federal alijou, completamente, o Governo do Estado de Pernambuco do processo de reconstrução das casas. Foi estabelecido um novo modelo de relacionamento entre os entes estatais: a relação União-Município.

Sem a mediação do Estado e sem o suporte técnico federal, os Municípios foram entregues à própria sorte e perderam-se na burocracia estatal. Com isso,

as populações das cidades menores, também as mais pobres, ficaram irremediavelmente prejudicadas.

Ações de combate a calamidades públicas sempre foram coordenadas pelo Governo do Estado. Por que agora não é mais assim? Porque o Governador não está alinhado ao Palácio do Planalto?!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui estive no mês de março cobrando providências do Governo Federal para combater os terríveis efeitos da chuva no Nordeste, especialmente em Pernambuco. Volto a cobrá-las já que nada foi feito.

É preciso que o Governo corrija as distorções e agilize a execução do projeto de recuperação e construção de moradias, já tão modesto e insuficiente para garantir, às famílias atingidas, o retorno à dignidade.

Além disso, é necessário o aumento imediato do volume de recursos destinado ao projeto, além do fornecimento de apoio técnico aos pequenos Municípios, para que possam ter seus projetos aprovados. Por que não usar as sobras da arrecadação recorde para minorar o sofrimento do povo nordestino, em vez de aumentar o superávit primário? Basta ter vontade política!

Cobro também do Governo a diminuição da excessiva burocracia na liberação dos recursos, evidentemente sem prejuízo da moralidade e da equidade social. Em situação de calamidade, os trâmites devem ser rápidos. Precisamos facilitar o acesso às verbas, e não dificultá-lo.

Em resumo, Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, solicitar ao Governo Federal que elabore uma medida provisória, que o Presidente assine uma medida provisória, já agora comprovadamente necessária pelo passar do tempo – a cheia foi em fevereiro e estamos hoje no dia 1º de setembro. Se a medida provisória tivesse sido editada naquela época, essas pessoas já teriam tido suas casas reconstruídas, com o apoio do Governo do Estado e com o apoio das prefeituras municipais.

Agora, aparentemente, não há mais necessidade da medida provisória, já que tanto tempo se passou. Mas o tempo passou e as providências não foram tomadas. A situação hoje é muito pior do que era quando ocorreu a cheia, porque cidadãos estão há seis meses morando em locais sem nenhuma condição.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse é o apelo que faço em nome de todas aqueles pessoas que, atingidas pela cheia, seis meses depois, ainda continuam flageladas no nosso Estado, Pernambuco.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*



**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta tribuna para tratar do sistema elétrico brasileiro e do seu novo modelo, que foi aprovado nesta Casa após acordo com o Governo, representado pelo seu eminente Líder nesta Casa e pela Ministra de Minas e Energia, uma das melhores figuras do atual Ministério.

Todos aqui acompanharam a aprovação desse projeto que chegou ao Congresso por meio de medida provisória, quando deveria ter vindo através de projeto de lei, e enfrentou um longo debate na Câmara dos Deputados e mesmo aqui no Senado, para que fossem estabelecidas novas regras para esse setor tão importante para o desenvolvimento do País.

Após várias reuniões com representantes de todos os segmentos do setor elétrico, incluindo geradoras privadas e estatais, transmissoras, distribuidoras, auto-produtores, grandes e pequenos consumidores de energia, conseguimos chegar a um arcabouço legal mínimo necessário que, após uma regulamentação adequada, deverá permitir um desenvolvimento sustentável do setor, afastando o fantasma de um novo racionamento.

Entre os grandes avanços introduzidos – penso que tivemos grandes avanços nesse processo – podemos ressaltar: a busca pela modicidade tarifária, que deverá ser obtida, principalmente, através da contratação de energia por preço mínimo, por meio de leilões; o fortalecimento da estrutura de planejamento e monitoramento do setor que, aliás, já existia no passado, mas agora pela criação da EPE, Empresa de Pesquisa Energética, e do Comitê do Monitoramento do Setor Elétrico; e, finalmente, pela continuação do programa Luz no Campo para universalização da energia elétrica, que vai permitir a chegada da energia a todos os lares brasileiros até 2008. Graças ao programa Luz no Campo, do passado, e a um projeto de minha autoria. Sobre esse assunto voltarei, já que existem algumas dúvidas que foram levantadas ontem aqui, explicitamente a tratar desse programa Luz para Todos.

O ponto central do meu pronunciamento é o Decreto nº 5.163, de 2004, da Presidência da República, estabelecendo as diretrizes básicas para a aplicação do modelo aprovado pelo Congresso. Esse decreto foi resultado também de uma extensa negociação do Ministério de Minas e Energia com todos os agentes setoriais. O resultado final parece-nos excelente na grande maioria dos aspectos regulamentados.

E até gostaria de me congratular com a Ministra Dilma Rousseff, com o Secretário Maurício Tomalsquim, pelo longo e exaustivo trabalho realizado. No final das contas, tivemos uma grande participação do Legislativo nesse processo, conseguimos chegar ao melhor ponto possível.

Entretanto, não posso furtar-me de apontar que, em alguns pontos, a regulamentação que está sendo implantada pelo Ministério não me parece estar cumprindo o acordo feito nesta Casa e que permitiu que o novo modelo fosse aprovado praticamente por unanimidade por um acordo de lideranças.

Isso me preocupa. Pela segunda vez, tenho que voltar a esta tribuna para pedir o cumprimento desse acordo.

Devo lembrar que a mesma preocupação foi aqui abordada pelo Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul, e Relator da medida provisória que aprovou a reformulação do setor em recente discurso nesta Casa. Desde então não nos parece ter havido uma evolução no sentido de atender às preocupações demonstradas durante a fase de conversão da medida provisória em lei e que foram amplamente discutidas e acordadas com o Governo.

O primeiro e relevante ponto diz respeito ao conceito de energia nova e energia velha, mais especificamente no que se refere à interpretação do art. 17 da nova Lei do Setor Elétrico. Este artigo estendeu a alguns projetos de geração existentes a possibilidade de participar de leilões da chamada energia nova.

O acordo a que me referi com as Lideranças de todos os Partidos no Senado Federal permitiu retroagir de 2003 para 2000 o início das operações de usinas para enquadramento do novo conceito de energia nova. Isso foi feito com o objetivo de garantir a participação nos leilões de energia nova das usinas termoeletricas a gás natural que faziam e fazem parte do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) e, também, a vários projetos de hidroeletricidade a partir de 2000, garantindo aos investidores privados que acreditaram no País – e que, em muitos casos, anteciparam a construção de suas usinas para evitar ou minimizar os efeitos de um racionamento de 2001 – a possibilidade de comercializarem sua energia a preços que melhor refletissem a realidade dos seus investimentos.

Com relação ao inciso III daquele artigo, que estabeleceu que, para participar do leilão de energia nova, a usina não poderia ter energia contratada até a data da publicação da lei, não pode haver outra interpretação cabível senão a de que a energia não contratada se refere à data de entrega dos leilões de energia nova, ou seja, a partir de 2009. Baseado nessa interpretação, negociada pelo Ministério com o Senado,



ficou acordado que, de um total de 3.300 megawatts de usinas existentes, poderiam participar dos leilões de energia nova – destas, cerca de 2.020 megawatts eram de usinas termoeletricas do PPT e o restante de usinas hidroeletricas.

Dizíamos que, como essas usinas foram construídas e/ou antecipadas com custos adicionais em um esforço para reduzir os efeitos de uma crise de abastecimento, não poderiam ficar de fora de forma nenhuma. E, no acordo, elas foram incluídas, ficando de fora as usinas privadas, que vieram da privatização, as geradoras estatais e a importação de energia da Argentina, como seria natural. Relembro que essa posição em relação ao PPT já havia sido acertada em longas horas de reunião como o Ministério de Minas e Energia, antes mesmo do acordo no Congresso.

Infelizmente, o que tem sido divulgado oficialmente – é verdade que não há nenhuma posição oficial do Ministério – sobre as usinas que terão direito de participar dos leilões de energia nova não traduz o acordo feito como o Senado Federal.

Alguns agentes têm demonstrado grande insegurança, ouvindo que a interpretação do Ministério sobre o inciso III estaria em algo próximo de 3.500 megawatts de energia nova, mas incluindo nesse montante, por exemplo, a Usina de Angra II, usina essa cujo atraso na entrada em operação foi um dos responsáveis pelo racionamento de 2001. Ou seja, as usinas construídas e/ou antecipadas para ajudar no racionamento estão sendo punidas enquanto usinas cujos atrasos foram motivadores do racionamento estão sendo beneficiadas.

Há outro ponto tão ou mais preocupante do que esse da energia nova:

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite aparte?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Um minuto a mais, Senador José Jorge, porque esta outra questão é também de extrema importância para V. Ex<sup>a</sup>.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao sinal locacional da transmissão e a definição das tarifas de transmissão pela Aneel devida pelas geradoras e consumidores.

No processo de discussão da medida provisória do setor elétrico, foi aprovada emenda de minha autoria, estabelecendo que a Aneel deveria considerar, na definição das tarifas de transmissão, o chamado sinal locacional cujo objetivo é garantir que os geradores e consumidores que usam menos as linhas de transmissão paguem menos pelo transporte de energia, ou seja, quem transporta de

mais longe paga mais e quem transporta de mais perto paga menos.

Com relação a esse aspecto, é importante destacar que estamos aparentemente diante de um grande desrespeito à lei aprovada pelo Congresso Nacional. Fizemos uma emenda estabelecendo o sinal locacional na transmissão, que não existia, em acordo com o Ministério, e esta foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e transformada em lei.

A Aneel, implementando o cumprimento da referida lei, fez uma audiência pública para ouvir considerações a respeito do sinal locacional, que havíamos aprovado. Ouviu 17 agentes do setor e 16 deles foram favoráveis. Aliás, todos deveriam ser favoráveis, porque se tratava de cumprir uma lei. É bom que se diga que deveriam ser favoráveis. A Aneel emitiu um relatório a esse respeito, o que realmente deveria fazer, depois recuou publicando as tarifas de transmissão para o período de julho de 2004 a junho de 2005, num flagrante desrespeito à lei aprovada pelo Senado. De acordo com as tarifas publicadas pela Aneel, as usinas termoeletricas que se localizam perto dos centros de consumo e usam menos a transmissão passam a pagar 52% a mais em média na transmissão. Esse tipo de distorção reduz artificialmente a competitividade dos geradores mais próximos dos centros de consumo e, invariavelmente, acaba resultando em tarifas mais altas para os consumidores.

Colocada em vigor como deveria, todos os Estados do Nordeste passariam a ter automaticamente uma redução nos seus custos de transmissão, o que é altamente importante para a nossa região.

É possível que a Aneel, nesse momento, tenha sido atropelada pelo Decreto nº 5.163, de 2004, que regulamentou o novo modelo. Tal decreto estabeleceu, em seu art. 66, que o Ministério definiria posteriormente a metodologia para o cálculo das tarifas de transmissão, em flagrante desacordo com a lei que deu competência à Aneel para definir essas tarifas. E aqui devemos lembrar que ninguém pode escolher ou definir o melhor momento para cumprir uma lei. Ao entrar em vigor, após sancionada, a lei tem que ser cumprida. Creio que com toda a discussão sobre as agências reguladoras não poderia haver momento pior para que uma lei fosse sustada em sua aplicação, por um ofício do Ministério. Entendo que isso tem de ser corrigido de imediato.

Senador José Jorge, com muito prazer concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Rodolpho Tourinho, fico feliz de V. Ex<sup>a</sup> estar aqui, hoje, fazendo esse pronunciamento, porque tenho essas

mesmas preocupações de V.Ex<sup>a</sup>. Todos sabemos que esse modelo do setor elétrico foi feito por medida provisória, quando sabíamos que esse não era o caminho correto. O Supremo Tribunal Federal até já decidiu que o fato de a lei ter sido aprovada não retira o vício de origem. Já há um parecer do Relator, Ministro Gilmar Mendes, de que essa medida provisória é inconstitucional. Já há uma decisão anterior de uma medida provisória semelhante do Governo Fernando Henrique Cardoso que foi considerada inconstitucional, portanto estamos correndo um grande risco de todo esse modelo desabar. Todos sabíamos, desde o início do Governo, que o melhor caminho não era o de criar tantas regras novas e algumas regras inusitadas. Então, o que está acontecendo agora? Todo aquele modelo aprovado na prática está sendo mudado por decreto pelo Ministério, pelo Governo Federal, ou seja, algo que foi aprovado por lei. Então, o que está havendo hoje no setor elétrico? Está havendo uma grande instabilidade porque não se confia na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que não é prestigiada e fortalecida pelo Governo, porque as leis vivem sendo transformadas por decreto e porque nem a lei básica aprovada aqui no Congresso Nacional está garantida. O Supremo Tribunal Federal, provavelmente, se seguir a norma legal e não tomar uma decisão política, vai considerá-la inconstitucional. Enquanto isso, o Governo já vai completar dois anos, e os investimentos no setor elétrico não reiniciam. Quando o novo Governo assumiu – V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor que eu –, tínhamos 12.000 megawatts de energia sobrando. Essa energia vai sendo consumida. A partir de 2007, se não tivermos novas formas de energia, haverá o risco de um novo racionamento, o que sabemos que deu um grande prejuízo ao País. Então, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e certamente serei seu aliado no sentido de defender aquelas posições aprovadas na lei. Muito obrigado.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Existem outros dois pontos que não são tão importantes. Digo “não tão importantes” porque um se refere ao não-cumprimento de um acordo e o outro, a que me referi antes, ao não-cumprimento de uma lei. Mas agora existem outros pontos que me parecem muito mais uma falta de visão da área econômica do Governo. Há uma incongruência e um outro ponto, aliás, são duas incongruências.

O terceiro ponto representa uma incongruência: a regra de compensação do pagamento do uso do bem público (UBP). Trata-se de quem pagou antes por um regime que existia e que, agora, nos novos leilões, não

terá como fazer essa compensação. Cria-se realmente um grande problema porque existem várias usinas. Elas que estariam assegurando uma nova oferta de energia, mas, na medida em que não sabem como participar, dificilmente teremos a entrada delas em funcionamento.

Com a mudança de regra de licitação, de máximo pagamento de UBP para menor preço de energia – que foi o que aconteceu –, foi necessário estabelecer uma regra para permitir uma competição em igualdade de condições entre as usinas que já tiveram a outorga de concessão e as que são licitadas no novo modelo. Infelizmente, é necessário alertar que, da forma como este ponto está regulamentado no Decreto nº 5.163, de 2004, a participação das usinas já licitadas nos leilões de energia nova do novo modelo fica muito comprometida.

Essa compensação foi estabelecida em lei com base no chamado custo marginal do processo de leilão. Para que se viabilize a participação das usinas já licitadas, é essencial que o custo marginal do processo seja conhecido antes do leilão, permitindo que os agentes internalizem em suas ofertas essa compensação. Da forma como foi regulamentado, os agentes só saberão qual a compensação após o fim do leilão. No momento em que o próprio Ministério sinaliza as dificuldades para conseguir as licenças ambientais necessárias à participação de novas usinas hidrelétricas nos leilões, parece-nos uma temeridade dificultar a participação das usinas já licitadas, que são exatamente aquelas com maiores possibilidades de serem realmente construídas. O que os agentes defendem é que o custo marginal do processo seja definido com base no Valor Normativo, ajustado pelas variações recentes dos encargos setoriais, e que haja um diferimento dos pagamentos da UBP, permitindo uma competição em igualdade de condições entre todos os projetos de geração.

É fundamental destacar que, se os projetos já licitados forem inviabilizados por esse problema, o impacto final recairá sobre a tarifa final dos consumidores, que poderão ter de pagar um preço médio mais alto pela energia.

É preciso que se diga que esse aspecto – apesar de muito discutido com o Ministério, que considera importante a sua discussão e a busca de solução – não fez parte do acordo com o Senado. Mesmo porque o Ministério havia mostrado já disposição e sensibilidade para buscar uma solução.

É possível – digo isso muito mais baseado em minha experiência – que tenha havido algum tipo de interferência da área econômica do Governo. Se verdadeira essa suposição, convém que recue. Nos

últimos anos, ainda sob o modelo anterior, cerca de 12.000 MW foram licitados em hidroelétricas. São cerca de 55 usinas. Dessas, só dez estão em operação. Outras 45, representando cerca de 10.000 Mw, possivelmente só terão sua viabilidade assegurada se ficar definida, claramente, essa compensação da UBP.

O último ponto que quero tratar, não por isso menos importante, é a questão da famigerada Cofins e do aumento de carga tributária também no setor elétrico.

O PIS/Cofins passou de 3,65% para 9,25% do faturamento com a questão da cumulatividade, acarretando um acréscimo significativo no preço da energia, representando certa de R\$7,50 por megawatt/hora, o que é muito alto. Há uma enorme preocupação com o impacto que esse aumento representará para o consumidor final, inclusive com a apresentação de uma emenda do Senador Delcídio Amaral, à MP 202, de 2004, para manutenção das regras para o setor. Eu quero apoiar essa emenda do Senador Delcídio, pois é a única forma de se voltar ao regime anterior no que diz respeito a essa questão das tarifas.

Afinal de contas, a espinha dorsal desse novo modelo é a modicidade tarifária: buscar nos leilões de energia a energia a ser fornecida pelo melhor preço. Faz-se todo esse modelo de modicidade tarifária, mas quando se consegue pelo menos aprovar este modelo, taxa-se outra vez a energia, passando a ter um acréscimo. Aí há a não modicidade tarifária, o aumento de tarifa para o consumidor. Aumenta-se a taxa e desmonta-se, como disse, toda a espinha dorsal de um projeto que não é de um Ministério, mas do Governo Federal.

Concluo este pronunciamento, Sr. Presidente, requerendo à Mesa que este discurso seja encaminhado à Ministra de Minas e Energia e ao Diretor Geral da Aneel para conhecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, três assuntos relacionados ao Piauí trazem-me à tribuna, mas, antes de abordá-los, Sr. Presidente, eu gostaria de me solidarizar à aflição do povo do Maranhão, que também se reflete, de maneira bem acentuada, no meu Estado, pela interdição da ponte de acesso a São Luiz.

Tenho recebido, diariamente, telefonemas de pequenos produtores desesperados, que estão com

seus veículos enfileirados à margem da ponte, sem poder ir nem vir, tendo com isso grandes prejuízos. O pior, Sr. Presidente, é que a burocracia federal não dá uma perspectiva de quando essa questão poderá ser resolvida.

Faço um apelo ao Ministro dos Transportes. Noutro dia, numa atitude magnânima, S. Ex<sup>a</sup> disse que o Ministério que dirige não tem estrutura para dar certo. Compreendo e sei das suas dificuldades, mas apelo para o caráter urgente e emergencial de uma solução para esse grave problema, que aflige não só o Piauí e o Maranhão, mas, de uma maneira geral, todo o Nordeste.

Dito isso, Sr. Presidente, quero transcrever, nos Anais do Senado da República, uma declaração da Professora Regina Souza, Secretária de Administração do Estado do Piauí. Ela diz o seguinte:

“Estado não pode conceder aumento salarial este ano”. A Secretária de Administração, Regina Souza, declarou em programa de TV que o governo do Estado não tem condições de oferecer aumento salarial. “Estamos impedidos economicamente e legalmente. Economicamente porque não temos dinheiro, ou acham que somos tão ruins a ponto de estar escondendo dinheiro e deixando os salários atrasados”, afirmou a secretária.

Ela disse ainda que o Estado não tem condições de conceder nada que possa causar impacto na folha de pagamento. Regina Souza afirmou que está discutindo com algumas das categorias que se encontram em greve, como a Cohab (Companhia de Habitação do Piauí) e Polícia Militar.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que falta dinheiro para despesas, já não digo com pessoal, mas com pequenos serviços no Piauí, todos que lá vivem foram surpreendidos, no último final de semana, pelo encarte que acompanhava dois dos três jornais de maior circulação no Estado.

O jornal **O Dia**: “Governo lança hoje a Cidade Detran. Teresina ganha super área de educação no trânsito”. São quatro páginas mostrando um projeto de urbanização que é uma beleza. Bonito! E, na página seguinte: “Viva Teresina. Cidade Detran: viver e aprender”.

Jornal **Meio Norte**: “Governo lança hoje Cidade Detran, com **show** do Circo Aéreo e banda Auê”.

Um espetáculo, Senador Arthur Virgílio, de fazer inveja!

Cidade Detran. Imagine o que é. Uma urbanização em torno do prédio do Departamento Estadual de Trânsito. E prometem: **playground**, restaurante,

lanchonete, anfiteatro, coisa de primeiro mundo. Um espetáculo! Com dinheiro de quem? Que prioridade é essa? E o mais grave, Senador Arthur Virgílio, é que consta o logotipo da Caixa Econômica Federal na participação desse projeto, e o dinheiro gasto no seu planejamento.

Quero fazer um requerimento solicitando informações à Caixa Econômica Federal sobre a origem desses recursos e o tipo de concorrência ou licitação feita para o planejamento e o projeto dessa Cidade Detran.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI)** – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Senador Heráclito Fortes, por falar nessa vida tão faustosa que V. Ex<sup>a</sup>, com a inteligência que marca o seu mandato, acaba de descrever, reporto-me a uma piada que corria ali fora, entre os jornalistas e alguns Parlamentares. Essas boas piadas, nunca sabemos quem as inventou. Só morro de inveja de nunca ter sido eu, porque nunca inventei nenhuma das boas e é uma inveja que tenho, saudável. Diziam que, já que o Governo está criando a nova Secretaria de Previdência, com vistas a arrecadar, estava aí a saída para essa crise do PT: tirava o Delúbio da Tesouraria, colocava-o na Secretaria arrecadadora da Previdência, porque ninguém, neste País, entenderia tanto de arrecadação, ou sofreria de um furor arrecadatório tão intenso, tão grave, quanto ele. Só não sabemos se ele tem interesse em arrecadar com vistas ao bem público. Não sabemos isso. Teríamos que testá-lo, tirá-lo dessa história dos charutos e do seu Partido, enfim, e dizer que, agora, ele teria que tentar trabalhar para o povo. Teríamos que lhe assegurar que isso não mata ninguém, não tira pedaço, não causa nenhuma moléstia contagiosa que possa fazer mal, não dá erupção na pele, nada disso. Ele aprenderia que trabalhar com espírito público não é uma coisa tão ruim. Mas, de qualquer maneira, V. Ex<sup>a</sup> faz a descrição destes tempos. É isso mesmo. V. Ex<sup>a</sup> acompanha isso há algum tempo, já havia feito um alerta para os seus companheiros mais chegados e, agora, vem à tribuna, explodindo com essa notícia para a Nação. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio. Fico imaginando o que estará pensando aquele povo que, há dois anos, cheio de desesperança, acreditou numa nova estrela que guiaria as suas vidas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Cidade Detran, projeto caríssimo, 14 lanchonetes. Como se não

conhecêssemos Teresina e não soubéssemos que é inexequível colocarmos enfileiradas as 14 lanchonetes, sem haver um objetivo. O que diz o projeto? É para que, de maneira segura, os que querem se habilitar, tirar a sua carteira de trânsito, treinem, façam as suas balizas na Cidade Detran. Como se isso não fosse da iniciativa privada, até porque esse treinamento, hoje, é feito por auto-escolas, que cobram fortunas de quem quer tirar essas carteiras, e como se o Detran não vivesse eivado de denúncias no atual Governo, sob suspeita administrativa.

Fico imaginando o que estão pensando os alagados, que tiveram promessas da recuperação das suas casas; dos que moram nos bairros da periferia, que não têm água canalizada e energia. E vem o Governo comandar um desperdício desses. Nem na época do milagre brasileiro se fez coisa parecida, porque, então, construíam-se estádios com dinheiro a fundo perdido. Hoje, não. Esse dinheiro que está sendo, poderá ser ou será gasto nessa cidade pelo Detran vai fazer falta a pequenas obras, não só em Teresina como no Piauí todo. Isso me está cheirando propaganda enganosa de véspera de eleição, em que se tenta criar um impacto aos desavisados de um projeto que, de antemão, sabe-se que é inexequível, mas que, quando for desenganado, já terá comido milhões em propaganda, projetos, estudo, levantamento. E o dinheiro sairá pelo ralo.

Ao longo dos últimos anos, por legislação vigente, o Detran arrecadou, por meio de multas e outras taxas, fortunas no Piauí, mas as administrações anteriores, esses recursos foram aplicados na melhora de estradas, na construção de sedes dos Detrans no interior, no asfaltamento de ruas na Capital, e não em um projeto dessa natureza, que não traz, em termos práticos, nenhum benefício ao povo de Teresina.

Temos uma área de lazer construída no Governo Alberto Silva, chamada Potcabana, que precisa ser revitalizada, o que sairia muito mais barato se o Governo realmente quisesse oferecer uma área de lazer aos teresinenses utilizando-se do que já existe de prático e concreto.

Nunca vi, Senador Sérgio Guerra, uma megalomania como essa! Assusta-me o Governo Federal, Senador Arthur Virgílio, que financia *show* com dinheiro do Banco do Brasil e depois se envolve em questões que demandam explicações ao País. Agora, vem a Caixa Econômica, sai do seu objetivo social e diz que vai financiar uma cidade de luxo em uma região cercada de pobreza e de miséria. Não sei, sinceramente, o que se passa na cabeça do Governador, homem de



origem humilde, que acata e aprova um projeto dessa natureza!

Senador Sérgio Guerra, no fim de semana, estive em alguns Municípios do Piauí. Na cidade de São Raimundo Nonato, participei de um gigantesco comício para dar apoio ao candidato do meu Partido e atual Prefeito, Avelar Ferreira, e tive a oportunidade de me encontrar com prefeitos de quinze Municípios da região. Todos faziam o mesmo discurso: frustração, decepção, desencanto, desespero. O Governo do Estado não tem comparecido aos Municípios para dizer a que veio. Na região de São João do Piauí, onde estive pela manhã para dar apoio ao candidato a Prefeito Robert Landim, assisti à mesma fala. E veja V. Ex<sup>as</sup> que as cidades de São Raimundo Nonato e Paes Landim são exatamente o berço do Governador e da Primeira-Dama. Conversei com o candidato a Prefeito de Guaribas, cidade escolhida como símbolo do Fome Zero, e S. Ex<sup>a</sup> disse-me que falta até a água prometida. O Presidente Lula talvez não saiba da frustração, pelo menos no Estado do Piauí, com relação ao Programa Fome Zero.

Dias atrás, o Senador Alvaro Dias levou essa questão para a tribuna e pôde nos dizer que, no Piauí, o Fome Zero transformou-se no “Spa do Lula”, porque quem esperou solução emagreceu sem qualquer perspectiva.

É só conversa fiada. É só promessa. Aí, Presidente Sérgio Guerra, vê-se esse lançamento irresponsável. A Caixa Econômica tem obrigação de esclarecer ao País de onde saiu esse dinheiro, se saiu, e quanto saiu, assim como também onde foi feita a licitação para o projeto. As maquetes estão aqui, publicadas como propaganda do Governo nos dois principais jornais do Estado. No outro jornal, o **Diário do Povo**, nada foi publicado sobre essa propaganda. A informação que tenho é a de que, como esse periódico critica o Governo, este lhe cortou a publicidade. É um absurdo que fatos dessa natureza aconteçam.

Quero levantar aqui o meu protesto em nome dos teresinenses que me telefonaram, que me mandaram *e-mails* ou mesmo que me encontraram nas ruas, reclamando de tudo isso, querendo saber quem pagou o Circo Aéreo, quem pagou **shows** de bandas, quem patrocina essa farra toda às custas da miséria alheia.

Fica aqui o meu protesto, Sr. Presidente. Aliás, encaminhei pedido de informações à Caixa Econômica, para o qual solicito de V. Ex<sup>a</sup> a urgência necessária para a resposta.

Contudo, Sr. Presidente, nem toda notícia do Piauí é ruim. Neste momento, por exemplo, solicito

seja transcrito, nos Anais desta Casa, o comunicado oficial da Bunge Alimentos, ratificando sua permanência no Piauí. Semana passada, em pronunciamentos que fiz à Casa, mostrei minha apreensão com a ameaça de transferência da referida empresa para outro Estado. Aliás, Senador Sérgio Guerra, V. Ex<sup>a</sup>, nordestino que é, conhece muito bem a importância da Bunge no Estado do Piauí e certamente tem acompanhado a mudança do percurso da ferrovia Transnordestina. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, sem essa matriz industrial no Estado, a participação do Piauí na Transnordestina seria zero. Felizmente, houve entendimentos entre o Ministério Público Federal, a Curadoria-Geral do Meio Ambiente ou a União Federal, o Governo do Estado do Piauí e a Mineradora Graúna, responsável pelo projeto de reflorestamento que dará suporte à matriz energética, que é a lenha, para o referido programa de plantio de soja no Estado do Piauí. Assim, diante desse entendimento havido, a Bunge assume o compromisso, em comunicado oficial, de cumprir todas as exigências relacionadas à ecologia e à preservação do meio ambiente. A empresa reafirma o desejo de continuar no Piauí, não frustrando, assim, a esperança de tantos que acreditam seja exatamente por meio da soja e dos grãos que o Piauí vai encontrar o caminho do desenvolvimento, que tanto procuramos.

Felicitos as partes envolvidas, inclusive o Governo do Estado, por terem chegado a esse termo. Espero que não tenhamos mais nenhum contratempo com relação a esse caso, até porque, cada vez que um assunto desses vem à tona, é um desestímulo para outras empresas que desejam fincar sua bandeira no Estado do Piauí.

Temos a esperança de, neste ano, atingir um milhão de toneladas de grãos. Estivemos próximos de uma frustração com relação a esse número, inclusive em não se atingir o mesmo número do ano passado – 700 mil toneladas –, mas, diante dessas informações, espero que consigamos finalmente dar esse caso por encerrado e resolvido.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância e, mais uma vez, saio daqui assustado com a Caixa Econômica Federal em financiar um programa que foge completamente aos seus objetivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*



## COMUNICADO OFICIAL

Após amplo debate com os órgãos competentes, a Bunge Alimentos comunica e esclarece à sociedade do Piauí o resultado da negociação que envolveu o Ministério Público Federal e a Curadoria Estadual do Meio Ambiente (autores de uma ação contra a Bunge Alimentos, a União Federal, o Estado do Piauí, o Ibama e a Mineração Graúna). Nessa ação, questionava-se o uso de lenha resultado de manejo agrícola autorizado por órgãos ambientais como fonte energética para a sua unidade industrial de Uruçuí e pedia-se outras compensações ambientais. A Bunge Alimentos declara que:

Chegou a um acordo com os autores da Ação, na Justiça Federal do Piauí, e assinou um documento público denominado "Termo de Ajustamento de Conduta Judicial", que compromete todas as partes envolvidas na Ação;

Esse termo põe fim a todas as pretensões dos autores na referida Ação contra a Bunge Alimentos;

O Termo é fundamentado na legislação, no EIA, no RIMA, no bom senso, em estudos, laudos e evidências técnicas – assinados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo – que a Bunge Alimentos anexou ao processo entre todas as documentações necessárias, para a defesa, por ser ecologicamente mais correto, do uso da biomassa legalizada, fiscalizada, autorizada por órgãos ambientais e oriunda do manejo agrícola como fonte de energia para o empreendimento de Uruçuí;

Comprometeu-se, mais uma vez, à plena auto-suficiência no abastecimento de biomassa, a qual se dará num prazo de máximo de seis anos, por meio de reflorestamento de eucalipto e cujo Plano Integrado de Manejo será apresentado em 60 dias; e

A Mineradora Graúna, empresa piauiense responsável por projetos de reflorestamento de eucalipto, comprometeu-se ao investimento por um período de 60 meses como compensação ambiental, em projetos devidamente aprovados pelo Ibama os quais terão acompanhamento técnico da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Piauí.

Diante disso, a Bunge Alimentos informa que retornará as suas atividades de forma integral no Piauí.

Aproveita para agradecer aos seus funcionários e parceiros pela compreensão que tiveram quanto ao tempo de duração do impasse. Com essa decisão, foram preservados centenas de empregos diretos, milhares de indiretos e a possibilidade da geração de muitos outros.

Agradece, também a compreensão de produtores rurais, líderes comunitários e suas manifestações pela nossa permanência e pelo desenvolvimento do estado e, especialmente, da região Sul.

Ainda, agradece às lideranças políticas e empresariais, aos membros da União Federal, do Ministério Público Federal, da Curadoria do Meio Ambiente, do Ibama, da Mineradora Graúna, do

Judiciário Federal e do Governo do Estado do Piauí, que contribuíram e se empenharam para o resultado positivo das negociações em benefício da sociedade, do desenvolvimento e da economia do Piauí.

Reafirmamos o nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável, as leis, as culturas regionais, a cidadania, a responsabilidade social e ambiental na busca de resultados econômicos.

Finalizando, enfatizamos que: ganhou o bom senso, o Piauí, sua gente e o seu futuro. É hora de construir, produzir e distribuir riquezas. Esse sempre foi o propósito da Bunge em seus quase 200 anos de história, 100 de Brasil e 70 de Nordeste.

Uruçuí (PI), 1º de setembro de 2004.

### **Regina Souza: "Estado não pode conceder aumento salarial este ano"**

**01/09/2004 - 14:05h**

A secretária de Administração, Regina Souza, declarou em programa de TV que o governo do Estado não tem condições de oferecer aumento salarial, "Estamos impedido economicamente e legalmente. Economicamente porque não temos dinheiro ou acham que somos tão ruins a ponto de estar escondendo dinheiro e deixando os salários atrasados", afirmou a secretária.

Ela disse ainda que o Estado não tem condições de conceder nada que possa causar impacto na folha de pagamento. Regina Souza, afirmou que está discutindo com algumas das categorias que se encontram em greve, como a Cohab (Companhia de Habitação do Piauí) e Polícia Militar.

Quando indagada a respeito da segunda parte do plano de reforma administrativa do Estado, a secretária respondeu que este segundo deve voltar à pauta de discussão, possivelmente só depois das eleições.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Guerra.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Heráclito Fortes acaba de me dar mais uma evidência de que eu estava equivocado quando imaginava que tanta coisa equivocada neste Governo, do ponto de vista ético, seria mais ou menos como os frutos podres de uma árvore boa. Eu estou começando a achar de que são frutos normais de uma árvore enferma, de uma árvore apodrecida.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento homenageando a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo transcurso do seu 32º aniversário de criação, uma homenagem sobretudo ao seu principal acionista, o jornalista Phelippe Daou, que chegou ao merecimento de ser concessionário da TV Globo no Amazonas precisamente porque, em sua emissora anterior, desenvolveu trabalho efetivamente desbravador, pioneiro, instalando a antiga emissora em praticamente todos os Municípios do Estado. Portanto, quando dos entendimentos do seu grupo com a TV Globo, ficou mais fácil e conveniente para ambas as partes aproveitar aquela estrutura, fruto do pioneirismo e da capacidade desbravadora de um notável jornalista do meu Estado, que se destaca pela isenção, pela sobriedade pessoal e pela seriedade profissional.

Portanto, rendo aqui a minha homenagem tanto ao jornalista Phelippe Daou quanto à Rede Amazônica de Televisão, que hoje é retransmitida em canal aberto em Brasília, e, com o seu Amazon Sat, encanta o Brasil inteiro, a todos aqueles que ligam o cardápio de certas tevês a cabo, com as paisagens, com os costumes e com a beleza da cultura da minha região. É uma obrigação parlamentar registrar o valor de quem tem valor e serviço prestado, a mostrar ao Amazonas e ao País.

Da mesma maneira, cobro agilidade do Governo – um Governo com tantos cassados, com tantos anistiados – para o cumprimento do que estabelece a Lei 10.557, de 2002, a Lei da Anistia. Até o momento, apenas setecentos brasileiros foram anistiados e existem, ademais, apenas de militares, cerca de três mil julgados.

Sr. Presidente, eu hoje vim falar mesmo do Ministro José Dirceu. S. Ex<sup>a</sup> acaba de afirmar, pelos canais **on line** da imprensa; acaba de se pronunciar, mais uma

vez, de maneira injuriosa em relação à Oposição brasileira, referindo-se especificamente ao PSDB, para dizer que o partido não tem moral para discutir se se pode ou não, se se deve ou não, usar, nas futuras parcerias públicoprivadas, dinheiro do BNDES ou de Fundo de Pensão. Aliás, o PT entende Fundo de Pensão como ninguém, e não pelo lado bom. Essa é a impressão que me assalta. Estou falando aqui “assalta” sem nenhum trocadilho. Que o PSDB teria levado à falência o BNDES. O Ministro é grosseiro, incompetente, inábil e, cada vez mais, fica distante da perspectiva de ser um interlocutor à altura deste Senado e do Congresso. Ele não é interlocutor para o PSDB. O PSDB não dialogará com ele sobre assunto algum, enquanto não explicar, por exemplo, para valer, o seu envolvimento, ou não, com o caso Waldomiro Diniz. É tudo que ele quer esquecer e é tudo que não vamos deixar que se esqueça neste País. Mas o Ministro José Dirceu não pense que é interlocutor à nossa altura. Vamos até definir quais são os nossos interlocutores. Quando for matéria econômica, e as PPPs o são, o Ministro Palocci, com clareza; parlamentarmente, o Líder Aloizio Mercadante. Precisamos discutir com o Ministro José Dirceu o quê? Quem é ele para falar em moral, alguém que se arrastou por essas paredes como alma penada, com medo de perder aquele cargo que supostamente lhe dá tanto poder? Parecia um bezerro desmamado, com olhar triste, olhar perdido no espaço. Falar em moral? Falar em moral coisa alguma!

Temos que dizer ao Ministro José Dirceu que é melhor ele sair disso porque ele só complica a relação do Governo com o Senado. O Senado é ativo mesmo, e não adianta ficar pensando em cooptação, pois aqui não tem como cooptar ninguém e não adianta pensar em adestrar o Senado, porque o Senado não é animal irracional para ser adestrado. O Senado é ativo e vai se portar com altivez até o final do seu processo político. Sempre foi assim e vai ser assim nesta quadra histórica em que vivemos.

Falamos às claras, e o Ministro nos dá a oportunidade de dizer da condenação que fazemos aos seus métodos e, ao mesmo tempo, do nenhum temor que esse seu aspecto de Beria do Governo Lula, de “dirigente de KGB” do Governo Lula, a nós não intimida em nada. Li, no **Globo** de sábado, na coluna do jornalista Jorge Moreno, que o Ministro José Dirceu teria um verdadeiro tiro para dar no peito do Senador Tarso Jereissati e que ele não iria dar esse tiro antes de consultar o Presidente da República. O Sr. Ministro José Dirceu deveria dar um tiro naquela brutal corrupção que se praticou à sombra do Partido dos Trabalhadores em Santo André; deveria dar um tiro nessa brutal corrupção que se praticou, antes e depois do



Governo Lula, à sombra do Sr. Waldomiro Diniz, envolvendo bicheiros e tudo aquilo que as revistas e as televisões denunciaram à farta.

Como Líder do PSDB, digo que o Senador Tasso Jereissati não tem medo de nenhum tiro que seja dado pelo Sr. José Dirceu. Estamos aqui, prontos e impávidos; estamos no nosso posto, aguardando quaisquer retaliações, quaisquer enfrentamentos que se façam necessários, porque esse é o nosso dever e o nosso papel. Assim é que será.

Para nós, ele tem muito pouco valor hoje como Ministro. Ministro de quê? Ministro que não explica uma questão ética como essa? Ministro que tem medo de ser investigado numa comissão parlamentar de inquérito como essa que, por todos os meios – sei lá que meios –, eles impediram? A CPI proposta pelo Senador Magno Malta e, depois, a CPI proposta pelo Senador Antero Paes de Barros, todas, no fim, queriam investigar Waldomiro Diniz e a relação profunda entre o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. José Dirceu, para sermos bem claros.

Tentarei traçar um retrato psicológico do Sr. José Dirceu: ele pensa que é Stalin e deve estar louco para matar algum Trotsky. O Sr. José Dirceu é homem de muita desfaçatez. Agora, resolveu fingir que tomava uma atitude moral e que processava o irmão do Sr. Celso Daniel. Então, as notícias dos jornais informam: “José Dirceu toma uma atitude e está processando o sr. não-sei-quê Daniel, irmão do Prefeito assassinado, Celso Daniel”. Eu me pus a pensar: o que ele está fazendo? Processando o irmão do Celso Daniel? Por quê? O que esse rapaz disse dele? Logo, esse é um processo que não tem cabimento no tempo nem no espaço. Por quê? O que disse o irmão do Celso Daniel? Ele disse que o Sr. Gilberto Carvalho, secretário particular do Presidente Lula, pegaria dinheiro da corrupção de Santo André e repassaria, segundo Gilberto de Carvalho dizia – isso quem diz é o irmão do Celso Daniel –, para o Ministro José Dirceu. Ele não disse nunca que deu dinheiro nas mãos do Sr. José Dirceu; disse que deu nas mãos do Sr. Gilberto Carvalho.

Ora, se aquele que não foi acusado se defende, propondo uma ação, é normal que a Justiça diga que aquela ação é inepta, e até parece que ele tomou uma atitude... Estamos aguardando que o Sr. Gilberto Carvalho processe o irmão do Sr. Celso Daniel. Ele, sim, foi acusado de ter sido o emissário da corrupção, supostamente para levar o dinheiro ao Sr. José Dirceu. O resto é conversa fiada, é conversa para boi dormir. Estamos aqui entendendo que os novos tempos devem fazer mal a uma figura acostuada a essa coisa de toupeira, que gosta de ficar embaixo da terra. Nós, não. Queremos a luz do sol, o confronto às claras e sem

nada que possa impedir o exercício livre de mandato de parlamentares que nasceram para ser livres e que não se deixarão toldar por quem se imagine capaz, por exemplo, de cercear a liberdade de imprensa ou a produção intelectual com seus projetos palacianos.

A cada dia, a cada momento, surge um gesto do Governo na direção do autoritarismo, e todos eles passam pela chancela da Casa Civil desse Sr. José Dirceu. Ele não é interlocutor para discutir economia. Ele não entende nada de economia. Vou perder o meu tempo estudando economia para discutir com o Sr. José Dirceu?! Era como se eu não tivesse nada a fazer, e eu sou um Senador muito ocupado, Líder de um partido importante deste País. Então, ele tire o cavalo da chuva, porque não discutirá conosco esse projeto. O que tenho para discutir com ele é Waldomiro Diniz. Se ele quiser discutir esse assunto conosco, estamos aqui prontos para discutir com ele. Waldomiro Diniz é um assunto que ele entende e sobre o qual ele deve dar explicações.

Concedo o aparte ao Líder Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, sua palavra tem a eloquência e a lucidez absolutamente tradicionais no mandato parlamentar e na Liderança de V. Ex<sup>a</sup>. O Ministro José Dirceu está, pelo menos, profundamente equivocado quando trata da questão do BNDES no que se refere às PPPs, como de resto aos fundos de pensão. O PSDB tem sustentado, de maneira consistente, que uma modalidade como as chamadas PPPs – desde que se reduzam à mobilização de uma única fonte de financiamento, o BNDES, surgindo no papel de investidores privados, de maneira freqüente, fundos de pensão – rigorosamente servirá para transferir recursos públicos para projetos privados. Não há, nesse contexto, a devida participação do capital privado. O projeto das PPPs ganhará confiabilidade na medida em que outros atores aparecerem, atores que não tenham a clara liderança estatal ou do Partido dos Trabalhadores. Instituições multilaterais, por exemplo, não se manifestaram até agora. Empresários estratégicos – e, apesar de não serem tantos, há no Brasil empresários que têm uma cultura, uma dimensão de investimentos para médio e longo prazos – também não se pronunciaram. Há um claro interesse das empresas de construção – nada de mau nisso –, mas o fato concreto é que empresas de construção estão interessadas em construção e não em projetos de longo prazo. Interessam-se na medida em que os projetos geram contratações e obras. Se não desenvolvermos no Senado uma legislação competente para criar fundamentos, participação de empresários privados, de empresários internacionais e de agências de financiamento de vários tipos, que

possam financiar programas dessa modalidade, não produziremos a mobilização de que o País necessita. O que está proposto no texto é uma rigorosa, total e completa irresponsabilidade. A forma como o projeto foi apresentado e saiu da Câmara não protege a responsabilidade fiscal ou o interesse público e, seguramente, não garante investimentos estratégicos. A área do Ministro não é essa, mas outra, como V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A dele é a da fofoca.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – E não precisaria sair por aí agredindo um partido que, até agora, tem afirmado a existência de grandes erros nas PPPs e que a discussão não começou. Não é possível discutir o assunto olhando para o relógio, porque se trata de matéria central, estruturante, complexa. Muitas pessoas precisam ser ouvidas, e poucos estão contribuindo. Essa é a posição da lucidez que o Ministro não conhece. Com o brilho e a contundência que caracterizam seu mandato e sua afirmação de Líder, que todos reconhecemos, V. Ex<sup>a</sup> deixa muito claro o repúdio, com todo o nosso apoio, a uma manifestação do Ministro José Dirceu, no mínimo, injusta com o PSDB.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ilustre Líder Sérgio Guerra, V. Ex<sup>a</sup>, que é um estudioso das PPPs, mostra exatamente a nossa preocupação com relação ao tema. É isso mesmo. Não queremos dinheiro público transferido para o setor privado. Queremos investimento privado para valer. Será preciso mexer no texto. O texto, como está, leva-me a repetir praticamente o que o Senador Tasso Jereissati disse da tribuna e que causou tanta celeuma: que isso serve para três ou quatro empreiteiros ganharem dinheiro e encherem seus cofres, e que não custa nada, em retribuição, encherem os cofres do partido do Sr. Delúbio. Estou repetindo aqui. Foi isso o que o Senador Tasso Jereissati disse: que gerava perspectiva de negociatas para o Sr. Delúbio deitar e rolar.

Se é isso, estou dizendo de novo e posso cismar de dizer o mesmo todos os dias do meu mandato. Digo até o final do meu mandato e quero ver se alguém vai me impedir de dizer exatamente o que quero em algum momento da minha vida, enquanto eu tiver lucidez e força de afirmar.

Vamos colocar outros pingos nos is. As PPPs nunca estiveram para ser votadas. Há seiscentas e tantas matérias, segundo li no **Jornal do Brasil**, na pauta do Senado. A primeira é a Lei de Informática, que tem um grave problema, aliás atingindo a economia da minha região, mais especificamente o Pólo Industrial de Manaus. Portanto, dispus-me a votar essa matéria antes e estou a disposto a fazer o mesmo

quando chegar o dia 14. Estou aqui para representar o Estado do Amazonas e farei o meu papel, dê no que der e doa a quem doer.

Há ainda a longa e difícil matéria, que é a conclusão da reforma do Judiciário. O Governo está perdido entre a racionalidade de uns e preconceitos religiosos de toda a sorte de outros em relação a transgênicos e células-tronco. Portanto, não se trata de a Oposição opor obstáculos à votação de uma matéria relevantíssima como a da biossegurança. O Governo é que não tem tido coesão para votá-la.

O Governo, que não poderia votar essas PPPs, parcerias público-privadas, fez uma campanha que considero difamatória, uma campanha de Goebbels, uma campanha hitlerista, repetindo uma mentira até que ela virasse verdade, ou seja, que a Oposição estaria dificultando a votação dessa matéria – e nunca foi assim. A matéria está parada na Comissão de Assuntos Econômicos, e a Oposição vem buscando fazer audiências públicas para agilizar a sua compreensão econômica; depois, irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, para o Plenário, um belo dia. E eles dizendo que o futuro do crescimento do País depende da compreensão das Oposições, o que não estaria ocorrendo!

Está faltando um pouco mais de vergonha por parte de pessoas como o Sr. José Dirceu, que não deveria descer a esse nível, antes deveria ter respeito, até para ser respeitado. Toda vez que disser um, vai levar dez meus; se jogar dez, vai levar 110. Não há hipótese de alguém silenciar a Oposição que aqui representamos – o Senador José Agripino, eu ou o Senador Jefferson Péres. E não há hipótese de alguém imaginar que vai intimidar qualquer Senador do PSDB, sendo eu Líder do PSDB ou não. Ninguém intimida Senador algum do PSDB, sob a minha Liderança, porque esse é um fato, e o Sr. José Dirceu vai aprender, com mais amargura ainda, que algumas pessoas nasceram para desobedecer, nasceram para falar, nasceram para pensar livremente. Não nasceram para o abastardamento nem para a curvatura de espinha!

Vamos analisar um pouco, então, a economia. O Governo está renovando, Senador Heráclito Fortes, o seu estoque de promessas. O crescimento que se estima este ano até 5% poderá ser, na verdade, um complicador para o Governo. É muito fácil crescer bastante na comparação com menos 0,2%. Depois, não sei, no ano de 2005, quanto vai dar para crescer em relação à outra base de comparação, que será de 5%.

Coloco uma interrogação muito grave, muito grande, para 2006. Temos de aumentar a formação bruta de capital fixo, a chamada taxa de investimentos com proporção do PIB. Estamos longe dos 22%, 23% da

época áurea do Real. Precisaríamos de 28% como taxa ideal para sustentar um crescimento de 5,5% ao ano, por exemplo. E sabemos que o Brasil não agüenta três anos de crescimento a 5% com inflação constante. Então, aí estão os juros, que já estão para serem aumentados, segundo o alerta que fez o Copom. O Brasil possui hoje um teto de 3% para crescimento com inflação constante. Não pode crescer mais do que 3%, nas condições que lhe são dadas, com inflação constante. Portanto, qualquer coisa acima disso provoca o corre-corre dos juros. Esse é um fato que tem de ser deslindado por quem formula a economia com inteligência e lucidez. E há pessoas do calibre de um Pêrsio Arida, por exemplo, estudando a matéria.

Temos, sim, que, em algum momento, aprovar o projeto das parcerias público-privadas. Antes disso, e até para valer a pena, temos de estabelecer marcos regulatórios claros que estimulem e dêem segurança, a fim de que o investidor possa – e já concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes – com regras fixas, aqui colocar seu capital financeiro. Do contrário, as PPPs podem transformar-se em letra morta, uma brincadeira entre três ou quatro empreiteiras, um fôlego de curto prazo para o Governo, e podem virar letra morta do ponto de vista do efetivo investimento na infra-estrutura brasileira.

Existem outros dados. Eles tentam traçar – e percebemos que é algo visivelmente estelionatário, do ponto de vista eleitoral – um quadro de euforia, gerando notícias que não correspondem à realidade das pessoas. Parece até que o Brasil descobriu o mapa da mina e que agora vai crescer 5% todos os anos durante vinte anos, e que isso significaria uma grande redenção. Mas não. O Brasil e os governantes sabem que não é assim, se estão tentando vencer alguma eleição com isso. V. Ex<sup>a</sup> mesmo é um exemplo – está na frente tão largamente em seu Estado – e sabe que não é assim. Precisamos mostrar alguns alertas. Já disse que o Brasil não agüenta crescer por três anos a 5% sem a inflação subir e sem necessidade de se mexer em taxas de juros outra vez - já disse isso, e o governo sabe que é assim.

Já dissemos que o Governo não sabe compor políticas microeconômicas que criem ambiente favorável ao investimento de longo prazo neste País, já que vimos que o governo sofre de inércia administrativa e não faz com que o crescimento econômico seja, pela administração, auxiliado, ajudado.

Sob este governo observamos um crescimento em torno de 5% este ano. Menos 0,2%, dá 4,8% e, na média, ficará, em dois anos, em 2,4%. Essa média histórica tem sido observada nos últimos 20 anos. Se nada for feito no ano que vem, cresce, por inércia, pelo

menos 2%. Se fizer alguma coisa, cresce 3%, 3,5%. Se fizer mais do isso, terá problema de inflação - já estão aí os juros para desestimular. A expectativa é a de que, os juros não caindo, tenha-se uma queda na atividade econômica, que de fato está a maior agora.

Sr. Presidente, para 2006 abro uma senhora interrogação. O governo não experimentou uma crise internacional ainda, o outro experimentou oito. Essa crise do petróleo ainda não o atingiu, porque o Brasil é auto-suficiente em petróleo graças, praticamente, à herança maldita que o Presidente Fernando Henrique deixou para este governo, repito, auto-suficiência em petróleo. É preciso que essa gente comece a ter caráter para admitir coisas boas que foram feitas no passado. No entanto, os clientes do Brasil, os que compram e vendem para o Brasil, não são auto-suficientes em petróleo. Então, a crise do petróleo, a perdurar, terá reflexos, sim, nos níveis futuros de desenvolvimento deste País - e muitas desilusões... Além disso, não tenho dúvida alguma de que subirão os juros de maneira significativa nos Estados Unidos, ganhe em nome da paz o Sr. Kerry ou se reeleja - para mim isso seria lamentável - o Sr. Bush. Elegendo-se qualquer um dos dois, será alterada a taxa de juros básica dos Estados Unidos, e isso terá consequências sobre a economia brasileira sim.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, enquanto V. Ex<sup>a</sup> fazia o seu pronunciamento, eu conversava aqui com o Senador Sérgio Guerra, lembrando inclusive minhas passagens por Pernambuco, onde aprendi com o poeta pernambucano já falecido Carlos Penna Filho o seguinte: Não tenha a pressa que aniquila o verso nem beba a água que não saia da fonte. A questão das PPPs é exatamente essa. O governo quer que tenhamos pressa em decidir sobre a questão sem conhecê-la profundamente. Existem alguns aspectos que me deixam em dúvida com relação à PPP. Há um grupo de empresários batendo nos gabinetes dos senadores na tentativa de nos induzir a aderir a essa PPP – acho, inclusive, indevidas essas visitas. Dentro desse grupo, estão exatamente os que estão prometendo a reforma do Palácio da Alvorada. Seja de quanto for essa reforma, é no mínimo esquisito e um precedente a presença desses empresários aqui. É muito grande o número de empreiteiras batendo nos gabinetes para pedir a aprovação da PPP antes mesmo de uma discussão mais profunda. Acho que o Senador Tasso Jereissati está coberto de razões. Esse é um assunto louvável, mas não para ser

aprovado a toque de caixa, como se está querendo. Aliás, de repente, este governo ficou fascinado pelas grandes obras. A esse propósito, menciono uma defesa que a Senadora Ideli Salvatti fez aqui, defesa que achei muito interessante. Ela disse: Não, vamos tocar apenas aquelas obras que foram aprovadas no PPA. Quais são? Por quê? Quais são as prioridades? Senador Arthur Virgílio, o governo anuncia agora, finalmente, a transposição do Rio São Francisco. Os governos passados tiveram vontade, mas não tiveram coragem. Enquanto isso, pelo menos no Nordeste, são mais de 500 pequenas obras – conversava sobre isso com o Senador Sérgio Guerra – que são urgentes e que estão paralisadas – são pequenas estradas em áreas de produção, pequenas pontes. Agora mesmo o Estado do Maranhão enfrenta o problema de uma ponte que ficou interdita comprometendo todo o escoamento da região. Temos, no Piauí, o **boom** da soja – acabei de falar sobre isso. Deixei, no final do governo – V. Ex<sup>a</sup> até me acompanhou e me ajudou nisso, eu como líder e V. Ex<sup>a</sup> como ministro –, liberação para três pontes fundamentais para o escoamento do plantio da soja. Esse dinheiro entrou pelo ralo. O Estado está parado. Aí vêm com essa questão das PPPs exatamente para acabar com o direito democrático das emendas de bancada – as emendas de bancada estão todas engavetadas. Sei que a PPP poderá conviver sem prejuízo para as emendas de bancada, mas qual é a confiança que temos num governo que não cumpre exatamente aquilo que está na Constituição, que está na lei? Por tudo isso, essa questão da PPP, até o momento, não me convenceu. No momento em que esse projeto vier para cá e for discutido de maneira madura, nós iremos votá-lo. Isso não será feito, porém, com a pressa que alguns querem, até porque não vamos, num assunto como esse, dar um tiro no escuro. A aprovação da PPP é fundamental para o Brasil, mas ela deve ser feita do jeito que o Brasil precisa e não do jeito que alguns querem. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Encerro, Sr. Presidente, dizendo algo bem simples: este governo é inepto mesmo.

O Ministro Palocci contingencia 85% do dinheiro da reforma agrária – reclama e pula por causa disso – e depois não consegue gastar os 15% que sobraram. Esta é a tônica deste governo: tanto faz contingenciar ou não, porque os ministros contingenciam as verbas com a sua incompetência. Incompetência também contingencia verbas, isso é um fato. E, em matéria de incompetência, este governo é tão bom quanto o Delúbio em matéria de arrecadação, são coisas semelhantes.

Digo, Sr. Presidente, duas coisas. A primeira é que as PPPs, como estão escritas, são exatamente o que escreveu hoje o jornalista Elio Gaspari – PPP: Participação da Patuléia no Prejuízo. É isto que queremos evitar: que o povo perca, para que meia dúzia de empreiteiras ganhe e para que o futuro não se anuncie como algo promissor.

Direi algo em relação ao Ministro José Dirceu e suas bravatas. Aliás, direi de maneira bem clara: ele gosta de sombra, eu não gosto; ele gosta de coisa escondida, eu não gosto; ele pensa que é da KGB, eu estou mais para vítima da KGB do que para policial político. Ele está desafiado a lançar o tal tiro no peito do Senador Tasso Jereissati, como está desafiado a conseguir intimidar qualquer senador da bancada do PSDB ou da bancada da oposição. Está desafiado. Ele pode usar todos os seus estratagemas que nós os enfrentaremos com apenas um, que, aliás, não é estratégia: é dizer de pronto que ele nos terá a enfrentar-lo porque seus métodos não nos convencem, não nos comovem, não servem ao País, não levam à democracia, à transparência, não servem para que tenhamos um País melhor, mais justo e digno. Essa história de notinha em jornal aqui ou acolá não nos assusta. Muito nos assustaria se tivéssemos um parlamento agachado diante do poder que aí está, mas isso não está acontecendo. No Senado, temos muita segurança e sabemos que, na Câmara, a dificuldade é numérica, porque a bancada de oposição é muito valorosa. No Senado, temos uma clara definição: passa o que for bom para o País; o que não for bom, não passa, não adianta.

Hoje ouvi falar de uma suprema loucura: que o governo editaria uma medida provisória sobre as PPPs. Vou pedir da tribuna uma junta médica para examinar o Presidente se isso acontecer, porque não acredito que o Presidente não perceba a dificuldade que enfrentará neste plenário para empurrar um projeto ilegítimo. É tão mais fácil tornar o projeto legítimo para que nós, em algum momento, o votemos, como, por exemplo, votamos a Lei de Falências! Foi praticamente unânime a Casa na aprovação da Lei de Falências do Governo.

Se Sua Excelência pensa que vai colocar o Senado de joelhos, está muito enganado, terá surpresas desagradáveis em cima de surpresas desagradáveis. Medida provisória é assim: se ela não é boa, nós a recusamos, como já fizemos aqui mais de uma vez e como faremos mais de um milhão de vezes se um milhão de oportunidades revelarem equívoco e/ou má-fé. O governo precisa aprender as regras do jogo: é Executivo de um lado; de outro, o Legislativo independente – zelamos aqui pela independência do Legislativo – e,



ainda, Judiciário respeitado e independente, para que se tenham poderes interdependentes entre si, garantidores dos direitos dos cidadãos. Nada de permitir a hipertrofia palaciana por cima do direito do povo que representamos. O que eles querem talvez seja isso. E por isso fingem que discutem e não discutem conosco. Então, encerro com Elio Gaspari: "O PPP transforma-se em Participação da Patuléia no Prejuízo".

Ou seja, Elio Gaspari tem razão. Eles querem causar prejuízos ao povo brasileiro. E estamos aqui para evitar.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Sérgio Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Duciomar Costa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2004**

##### **Requer Voto de Aplauso à Rede Amazônica de Rádio e TV pelo transcurso de seu 32º aniversário de fundação.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Rede Amazônica de Rádio e Televisão, pelo transcurso, hoje, 1º de setembro de 2004, do 32º aniversário de criação de uma iniciativa vitoriosa na área de comunicação no Brasil.

A Rede Amazônia nasceu de um sonho, mas também do trabalho, da perseverança e da dedicação de um notável jornalista amazonense, Phelippe Daou que, sendo pioneiro da comunicação social na Amazônia, deu tudo de si para implantar o conglomerado que hoje, além de integrar a Região Amazônia, projeta a imagem, a realidade, a potencialidade e o significado da Amazônia para todo o País e já agora, pela força da tecnologia espacial, também para o mundo.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento do homenageado, jornalista Phelippe Daou, Presidente da Rede Amazônia, também ao superintendente de jornalismo Milton Cordeiro, e, por seu intermédio, a todos os seus colaboradores, no Amazonas e nos outros Estados, além de Brasília, onde, hoje, a Rede Amazônica inicia as atividades pelo canal 40 de UHF da Rede Amazônica, funcionando 24 horas, além das emissões via Amazon Sat, o satélite temático da Amazônia.

A comemoração, pois, enche-nos de júbilo, pelo significado de uma idéia que deu certo e, já agora, também, quando a voz e a imagem da Amazônia chegam ao Planalto Central, pelo novo canal em Brasília, em UHF.

#### **Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se diante da iniciativa, de cunho altamente meritório de uma idéia a que se entregou Phelippe Daou, para interligar a Amazônia entre si e com as extensões que vieram a seguir, formando um notável completo de comunicação, sempre com vistas a exaltar, a defender e a mostrar o significado da Amazônia como região estratégica por excelência de nosso País.

Phelippe Daou é um dos mais experientes, denodados e desenvoltos jornalistas do Brasil. Já nos primórdios de sua idéia, foi correspondente em Manaus e na Amazônia de importantes órgãos da imprensa brasileira, incluindo nascentes revistas nacionais noticiosas de circulação nacional. Levar a Amazônia para o Brasil era preciso! – ele tinha certeza.

Desde logo, ele percebeu que sua marcha não poderia ficar restrita. Em sua mente, a Amazônia sempre teve a marca de sua importância estratégica para o País. Projetar a realidade amazônica a distantes pontos do Brasil era, para Phelippe - como continua sendo - uma verdadeira obsessão em favor de uma tese a que hoje felizmente se irmanam todos os brasileiros, que vislumbram na Amazônia a mais expressiva potencialidade para o futuro da Pátria.

Conheço Daou, acompanho com entusiasmo sua trajetória e nele sempre vejo a imagem mais concreta do pioneirismo, como, por exemplo, ao conferir à TV Amazonas o galardão de primeira geradora de televisão em cores no Brasil.

Sua idéia de integração não pára aí. Foi adiante e lançou estações retransmissoras de televisão para abranger a Região Norte: além de Manaus, com a TV Amazonas, criou também estações em:

- Porto Velho - TV Rondônia
- Boa Vista - TV Roraima
- Macapá - TV Amapá
- Rio Branco - TV Acre.

A rede possui ainda cinco geradoras na região e cinco emissoras de UHF, entre elas a de Brasília, cujas emissões se iniciam hoje.

Na capital da República, a Sucursal da Rede Amazonas funciona há 13 anos, com três equipes de jornalismo. Essa sucursal é dirigida por Raimundo Moreira, e suas câmeras estão sempre presentes aqui no Congresso Nacional, num brilhante trabalho jornalístico.

É de justiça mencionar aqui também o Amazon Sat, que tem a feição da Amazônia. Falo do canal de transmissão de TV, via satélite, que tem como objetivo principal levar a imagem, os fatos e navegar pelos aspectos culturais, ecológicos, sociais, econômicos, políticos e éticos da região amazônica por vários pontos do Brasil e até mesmo a outros países da América Latina.

A transmissão do sinal do Amazon Sat é direcionada aos possuidores de antenas UHF na Região Norte e parabólicas espalhadas pelo território brasileiro e pane da América Latina, operando em formato de canal aberto, sem codificação.

O Amazon Sat é um canal inteiramente diferente dos existentes, está voltado para mostrar aos telespectadores brasileiros, e aos amazônidas, as múltiplas facetas de uma região extraordinariamente rica, importante e estratégica para o Brasil.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2004**

**Requer Voto de Aplauso à Rede Globo de Televisão pelos 35 anos do Jornal Nacional, telejornal de maior audiência da tevê brasileira e marco na história do telejornalismo em rede nacional.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Rede Globo de Televisão pelos 35 anos do **Jornal Nacional**, telejornal de maior audiência da tevê brasileira e marco na história do telejornalismo em rede nacional.

#### **Justificação**

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pela qualidade, objetividade e abrangência da cobertura jornalística produzida pelo **Jornal Nacional**. Quando foi ao ar pela 1ª vez, no dia 1º de setembro de 1969, o telejornal tinha a missão de enfrentar o prestígio do “Repórter Esso” e a censura exercida pela ditadura militar. Atualmente, com índices de audiência atingindo uma média de 40 pontos diários, o *Jornal Nacional* é um dos programas mais assistidos da televisão brasileira e suas matérias contribuem de maneira fundamental para a conscientização e formação de opinião da população brasileira.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB no Senado Federal.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2004**

**Requer voto de pesar pelo falecimento do artista teatral amazonense João Barbosa, o Titio Barbosa, ocorrido no dia 27 de agosto de 2004.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 27 de agosto de 2003, do artista teatral amazonense João Barbosa, o Titio Barbosa, que, em vida encantou gerações, especialmente o público infantil. Para ele, o teatro infantil sempre foi sua paixão, militando nessa área por 35 anos, encenando em Manaus e em outras cidades mais de 50 peças por ele escritas. A ele se deve o recorde de público no Teatro Amazonas.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares do artista, à direção do Teatro Amazonas e ao Governo do Estado do Amazonas.

#### **Justificação**

João Barbosa, o Titio Barbosa, o Amazonas inteiro conheceu e aplaude, foi um verdadeiro ícone do teatro infantil. Ele, além das peças que escrevia e encenava, também fez telenovelas infantis na década de 70. Além disso, foi radialista e conduzia um programa dedicado à terceira idade, a **Discoteca do Vovô**, na Rádio Rio Mar, também na década de 70. Merecedora da homenagem ora requerida, estou certo de que a imensa bondade de Titio Barbosa haverá de ser substituída pela força de vontade de todos os homens e mulheres do Amazonas, pelo próprio aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

**REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2004**

**Requer voto de aplauso ao estudante de ensino médio Aldeir Gomes Lopes, pelo trabalho de pesquisa realizado por um grupo de escolares, por ele conduzidos, versando sobre o mogno e que será apresentado em Paris.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao estudante amazonense de apenas 15 anos, Aldeir Gomes Lopes, pelo trabalho de pesquisa sobre o mogno realizado por um grupo de alunos da Escola Estadual Josué Cláudio, de Manaus. Aldeir dirigiu o grupo de colegas e a pesquisa ganhou interesse mundial, devendo ser apresentada em Paris.

A pesquisa, concluída com êxito, explica que o mogno é uma das árvores mais importantes para a produção de oxigênio e adverte que o seu corte indiscriminado, que poderá levar à extinção dessa espécie vegetal, sem dúvida implicará no aumento do chamado efeito estufa.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da Escola Estadual Josué Cláudio, de Manaus.

**Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do aspecto inusitado trabalho de pesquisa realizado pelos escolares de Manaus, bem como pela qualidade de seu conteúdo, a ponto de interessar organismos internacionais.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

**REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2004**

**Requer voto de aplauso aos atletas da Seleção de Vôlei do Brasil, pela conquista de medalha de ouro, nas Olimpíadas de Atenas.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso aos jogadores da Seleção Masculina de Vôlei, seu técnico Bernardinho e aos dirigentes da Confederação Brasileira de Vôlei, pela conquista da medalha de ouro nas Olimpíadas-2004, em Atenas, Grécia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos jogadores, por intermédio do técnico Bernardinho e à Confederação Brasileira de Vôlei.

**Justificação**

A homenagem que ora formulo, justifica-se pelo notável desempenho da Seleção de Vôlei, que conquistou medalha de ouro nessa categoria, nas Olimpíadas-2004, em Atenas, Grécia. Com isso, a equipe tornou-se bicampeã.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 1.218, DE 2004**

**Requer voto de aplauso ao atleta brasileiro Vanderlei Cordeiro de Lima pela conquista de medalha de bronze, nas Olimpíadas de Atenas.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao maratonista brasileiro Vanderlei Cordeiro de Lima, por ter conquistado medalha de bronze, na mais tradicional prova das Olimpíadas-2004, na cidade de Atenas.

Requeiro mais que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do atleta, à Confederação Brasileira de Atletismo e ao Governo do Estado do Paraná.

**Justificação**

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se pelo notável desempenho de Vanderlei na maratona, última e mais tradicional prova das Olimpíadas. O atleta estava à frente de seus concorrentes, quando foi agarrado e derrubado por um manifestante, o que atrapalhou, àquela altura, a continuidade de sua trajetória rumo a uma quase certa medalha de ouro.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – Sobre a mesa, projetos de lei da Câmara que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

São lidos os seguintes:

(\*) Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005. (Mensagem nº 151, de 2004-CN, nº 543/2004, na origem).

(\*)(Publicado no suplemento “A” a este Diário)

(\*\*)Projeto de Lei nº 52, de 2004-CN, que altera dispositivos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período

2004/2007, e dá outras providências. (Mensagem nº 152, de 2004-CN, nº 542/2004, na origem).

(\*\*)(Publicado no suplemento “B” a este Diário)

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – Os **Projetos de Lei nºs 51 e 52, de 2004–CN**, que acabam de ser lidos vão à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2004**

##### **Assegura aos servidores públicos federais a opção por jornada de trabalho de vinte horas semanais, sem redução de vencimentos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos servidores públicos federais ocupantes de cargo de provimento efetivo na Administração direta, autárquica e fundacional que contarem mais de sessenta anos de idade é assegurado o direito de optar pela jornada de trabalho de quatro horas diárias e vinte horas semanais, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens integrais inerentes ao cargo.

Art. 2º O disposto no artigo anterior não se aplica aos servidores em estágio probatório, nem aos ocupantes de cargos sujeitos a dedicação exclusiva.

Art. 3º O servidor que requerer a jornada de trabalho reduzida deverá permanecer submetido à jornada a que esteja sujeito até a data de início fixada no ato de concessão.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

#### **Justificação**

O presente projeto de lei, que ora submete o aos eminentes Pares nesta Casa, pretende assegurar aos servidores públicos federais com mais de sessenta anos de idade o direito à redução da jornada de trabalho em até 50%, sem prejuízo da remuneração.

É notório que, a partir de determinada idade, atualmente estimada em torno dos sessenta anos, o servidor público pode enfrentar dificuldades de ordem pessoal, com reflexos no desempenho funcional, para cumprir jornada de trabalho integral no Serviço Público, hoje fixada em oito horas diárias e quarenta horas semanais.

Essa jornada plena, como se sabe, implica uma rotina de vida pessoal que apresenta aspectos cujo manejo se torna cada vez mais oneroso para o servidor de mais idade, como refeições fora de casa e deslocamento no trânsito em horários de pico, sem falar nas dificuldades de transporte coletivo nesses mesmos horários.

Na verdade, uma vez livre desses transtornos da vida contemporânea, especialmente nos centros urbanos, é muito provável que o servidor venha a concentrar na jornada eventualmente reduzida o mesmo padrão de produção funcional da jornada plena, em decorrência do aumento da satisfação no trabalho e da elevação da produtividade.

A proposta contribui, ainda, para assegurar as condições de transição do servidor para a aposentadoria, sem perder de vista que poderá até mesmo levar à postergação da passagem do servidor à inatividade, em razão da atenuação dos encargos da vida funcional ativa.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2004. – Senador **Duciomar Costa**.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais, cabendo a última decisão em decisões terminativas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Concedo a palavra ao nosso Líder pelo Tocantins, Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao percorrer vários Municípios em meu Estado – o que seguramente está acontecendo com meus eminentes Colegas na grande maioria dos Municípios brasileiros, no acompanhamento da campanha eleitoral com vistas às eleições de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todo o Brasil –, verifiquei algo que não diferencia a campanha que transcorre no Tocantins das campanhas de que temos notícia e de algumas de outros Estados que conhecemos, principalmente de Estados vizinhos: a motivação das reuniões e dos comícios, estimulados por bandas de música, foguetes, fogos de artifício, enfim, uma movimentação intensa com vistas a aglutinar os cidadãos das grandes e pequenas cidades, para que possam ouvir as propostas que os candidatos aos cargos supracitados vem-lhes trazer. Muitos cidadãos levam essa reunião realmente a sério, pois a consideram extremamente importante. Muitas mulheres trajam vestidos novos. Muitos homens se barbeiam



e se dirigem à praça para escutar a proposta de seu candidato, apoiá-la, criticá-la ou rejeitá-la.

O fato é que esse processo democrático, muito importante no Brasil, embora eivado de problemas e de falhas, ainda é o melhor processo que conhecemos. Há, por exemplo, a questão da reeleição. Inquestionavelmente, o mandatário candidato à reeleição leva uma vantagem grande sobre os demais que postulam o mesmo cargo. O prefeito, por exemplo, no exercício de seu mandato, em contato permanente com seus munícipes, levando-lhes as ações normais do seu mandato – e alguns deles até exacerbam –, inclusive por meio das obras que melhoram a condição de vida das pessoas, inegavelmente leva uma vantagem muito grande sobre os que buscam uma oportunidade de ter uma convergência de um número razoável de pessoas para apresentar as suas idéias e propostas, para dar sugestões a um novo tipo de administração. E também leva vantagem aquele que se opõe a um prefeito que teve em suas mãos um mandato, um instrumento que poderia servir para promover e projetar o seu nome como um bom administrador, como um tocador de obras, mas que, às vezes, não realiza uma boa administração, não agrada a população. E esse instrumento, que poderia ser-lhe útil, acaba sendo contrário às suas propostas. Aí a vantagem fica com aquele novo que chega criticando a questão da reeleição e propondo a renovação dos rumos e das ações da prefeitura.

Nota-se, então, que inquestionavelmente ainda fica com o povo a decisão de que, se o mandatário for bom, ele deve continuar, mas, caso contrário, deve ser substituído.

O financiamento público de campanha também me parece uma das mudanças que imperativamente precisamos inserir no processo político brasileiro, até com vistas a uniformizar e universalizar a condição que tem qualquer um que se propõe ao exercício de cargo público. Não é possível que aquele que tenha meios, recursos, que tenha nascido em um berço esplêndido, utilize esses recursos, esses bens e esses meios para melhor se projetar em relação àquele que quase nada tem. Há mecanismos para coibir isso, mas não são suficientemente eficazes para impedir que aquele com mais recursos consiga projetar-se e levar uma proposta ao eleitor do seu Município com mais vantagens do que aquele que tem recursos limitados.

Lembro ainda da questão relacionada com a coincidência de eleições. Há uns quatro anos, apresentei um projeto de lei que propunha a coincidência das eleições municipais com as eleições estaduais e federais, ou seja, passaria a existir eleição só a cada quatro anos. Parecia-me ser um processo mais leve, mais saudável, embora complicasse um pouco no

processo de escolha dos representantes, porque iria de Vereador a Presidente da República. Mas o nível de informação e a democratização do conhecimento e da informação mudaram muito o perfil do cidadão brasileiro, o que, no meu entendimento, já permite que o cidadão possa escolher com consciência plena todos os seus candidatos nas mais diversas esferas de uma só vez.

Isso desoneraria muito esse movimento que acaba emperrando as ações principalmente das instituições públicas nos períodos eleitorais. O País praticamente pára a cada dois anos para discutir as eleições municipais, as estaduais e as federais. Assim, a coincidência de eleições poderia ser interessante.

Recordo-me que, quando vim à tribuna desta Casa defender essa proposta, vários eminentes Senadores a ela se opuseram. Recordo-me bem dos Senadores Bernardo Cabral e Pedro Simon, homens de vida pública ilibada, de uma história e uma trajetória extraordinária, o que lhes daria o embasamento suficiente para defender, com argumentos consistentes, as suas idéias. Entretanto, nesse aspecto, os Senadores Pedro Simon e Bernardo Cabral e outros eminentes Senadores que se manifestaram a respeito não conseguiram me convencer de que não era importante realizarmos as eleições em um só período. Continuo entendendo que a coincidência de eleições seria benéfica para a democracia e para a sociedade brasileira.

Continuamos com as eleições, e o País está praticamente parado com a discussão das eleições municipais. Retornaremos neste final de semana para acompanharmos a discussão que se processa em cada um dos Municípios.

Recordo-me que contei uma história àquela ocasião sobre uma das visitas que fiz em um dos pequenos Municípios do Estado do Tocantins, Município que, à época, era muito isolado e cujos cidadãos viviam com enorme dificuldade e com enorme carência. Conversando, pois, com um dos moradores, uma senhora já sexagenária me disse: “Senador, na minha opinião, o Brasil deveria ter eleição todos os anos.” Ao que respondi: “Mas isso é um absurdo! Isso é muito difícil, é muito complicado, é muito caro.” Ela, então, explicou: “Senador, pode haver um aspecto negativo, mas há um aspecto extremamente positivo, porque, no ano da eleição, o prefeito trabalha muito mais. Levanta cedo, cuida das suas obrigações, procura sempre mostrar serviço, faz obras, mantém a cidade limpa, cuida das pessoas, atende às necessidades da cidade, enfim, demonstra que a cidade tem prefeito. Quase todos os finais de semana há foguetes, bandas de música vêm alegrar a cidade, muitas pessoas diferentes e bonitas vêm nos visitar, conversar, trazer idéias e sugestões.

Enfim, a cidade passa a ter uma vida muito interessante. Por isso, Senador, acho que deveríamos ter eleições todos os anos”.

Essa opinião tem uma certa consistência, pois seria importante que as cidades brasileiras, principalmente as pequenas, tivessem essa vibração e vitalidade todos os anos. Porém, os custos, os ônus das eleições deveriam ocorrer apenas de quatro em quatro anos.

Sr. Presidente, era este o registro sobre as eleições que gostaria de fazer, já que, como V. Ex<sup>a</sup> e a grande maioria dos Parlamentares que têm assento nesta Casa, estou visitando os Municípios de meu Estado, apoiando minhas correntes, meus segmentos e meus candidatos, com vistas à eleição de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores no próximo dia 3 de outubro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB – PA) – A palavra está facultada aos Srs. Senadores que dela queiram fazer uso. (Pausa.)

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e a Sr<sup>a</sup> Senadora Ideli Salvatti enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o 25 de agosto é data marcante no calendário cívico nacional. Ele assinala a passagem do Dia do Exército e do Soldado. Poucas instituições e poucos profissionais desempenham, como eles, papel tão relevante na condução dos destinos da Pátria. Daí que a Nação, com júbilo e orgulho, se irmana nas homenagens a esses seus valorosos defensores.

Há uma singularidade na formação do Exército Brasileiro que, muito provavelmente, explica a extraordinária vinculação desta Força ao sentimento nacional, sua profunda ligação à alma do povo brasileiro. Com efeito, o surgimento de nosso Exército, entendido como a instituição que hoje conhecemos, prende-se fundamentalmente às camadas mais populares da sociedade brasileira.

Ainda que se possa encontrar no período colonial as raízes mais longínquas de nosso Exército, ainda que se considere a Guarda Nacional surgida no crítico período das Regências – entre a abdicação de D. Pedro I e a ascensão ao trono de D. Pedro II – como sua precursora razoavelmente remota, é apenas em meados da segunda metade do século XIX que ele adquire a configuração que o consagraria como uma das mais sólidas, profissionais e influentes instituições do Estado brasileiro.

Naquele contexto, Sr. Presidente, o Brasil se viu na contingência de enfrentar poderoso inimigo externo, agredido que foi pelas forças paraguaias, sob o comando do expansionista Solano López. A invasão do Mato Grosso pelas tropas guaranis não deixou ao Brasil alternativa que não a defesa de nossa integridade territorial.

O Cone Sul conheceu, então, entre 1866 e 1870, o mais violento, difícil, doloroso e dispendioso conflito regional. Foi preciso que brasileiros, argentinos e uruguaios unissem suas forças para o necessário combate a quem procurava desestabilizar a região platina.

Se trouxe perdas irreparáveis, com milhares de mortos e feridos, a Guerra da Tríplice Aliança também possibilitou resultados memoráveis. Nela, bravura e patriotismo deram o tom da participação de nossos combatentes. Nela, lideranças se agigantaram e seu símbolo maior, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, viria a ter sua memória perenizada na condição de Patrono do Exército. Tão forte e profundamente seu exemplo foi assimilado pelos brasileiros que seu nome deixou de ser substantivo próprio para, como adjetivo, significar correção, esforço, dedicação e compromisso com o cumprimento do dever.

Mais significativo, ainda, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que as tropas que formavam o nascente Exército Brasileiro eram constituídas, em sua esmagadora maioria, por pessoas simples, autênticos homens do povo, recrutados em todos os recantos do País. Na defesa da liberdade, milhares de escravos se inscreviam em suas fileiras, sabendo que o final das hostilidades significaria a alforria. Voluntários da Pátria, expressão consagrada pela memória nacional, partiam dos quatro cantos para defender o Brasil e fazer retornar o clima de paz no Continente.

É assim, definitiva e profundamente, que o nascimento do Exército Brasileiro se vincula aos estratos sociais mais populares de nosso País. À maneira de um compromisso irrevogável, essa relação entre Exército e povo jamais deixou de existir, inclusive nas vezes em que a instituição se viu levada a interferir no processo político.

A decrepitude do regime monárquico, visível em sua incapacidade de responder às demandas de um País que se dinamizava, especialmente nas últimas décadas do século XIX, foi nitidamente percebida pelo Exército, razão pela qual ele se constituiu no principal e decisivo protagonista no momento da proclamação da República. Deixando o poder aos civis, após os governos inaugurais dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, cedo compreendeu o Exército a dimensão dos descaminhos da República Velha.

Na tentativa de reverter um quadro que, a cada dia, mais afastava a Nação do verdadeiro ideal republicano, não foram poucas as vezes em que o Exército procurou exercer uma influência moralizante na vida política nacional. Isso explica, por exemplo, a ação da jovem oficialidade, representada pelo tenentismo, nos movimentos de 1922, 1924 e na finalmente vitoriosa revolução de 1930.

Esse mesmo Exército sustentou a política modernizadora da Era Vargas. Esse mesmo Exército foi combater, nos campos da Itália, a barbárie nazi-fascista. Esse mesmo Exército deu sua notável contribuição na redemocratização do País, em 1945. Enfim, é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros, termos um Exército servindo ao Estado Democrático de Direito. Finalizo enaltecendo o trabalho da assessoria parlamentar do Exército nesta Casa, sob o comando do competente General de Brigada Rubem Peixoto Alexandre, que representa com decência e elevado sentimento público a arma que, orgulhosamente, serve.

Em suma, Sr. Presidente, a História do Exército Brasileiro, outra coisa não é senão páginas de glórias, de amor à Pátria e de compromisso com os princípios e ideais com os quais nos identificamos. Por isso, desta Tribuna, registro a passagem de tão significativa data, cumprimento a todos os integrantes da instituição e congratulo o Alto Comando do Exército, na figura do ser Comandante maior – General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, pela condução serena e firme desta instituição da qual tanto nos orgulhamos e à qual tanto temos a agradecer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia 25 de agosto último, criamos a Frente Parlamentar Mista em defesa da Varig. O grupo é composto por 16 parlamentares, inclusive este Senador.

A reunião contou com a participação de empregados da empresa e do economista Paulo Rabelo de Castro que apresentou um estudo que mostra a viabilidade econômica e financeira da Varig.

Segundo ele, a companhia possui um passivo (total de obrigações a pagar) de R\$6 bilhões, mas possui uma ação na justiça – já no Superior Tribunal de Justiça – em que reivindica ressarcimento do governo de cerca de R\$2 bilhões, referente ao período de 1985 a 1992, quando as tarifas ficaram congeladas por planos econômicos.

Segundo o vice-presidente da Associação de Pilotos da Varig, Márcio Marsillac, a empresa é responsável pelo movimento de um terço da aviação doméstica e responde por 87% dos vôos internacionais que

saem do Brasil, além de gerar US\$1,2 bilhão ao ano de divisas para o País. Para ele, se a empresa não for viabilizada, significará um colapso do setor.

Essa ameaça exige que o Congresso Nacional tome uma posição e participe ativamente das discussões que para a recuperação daquela que é a mais tradicional, a maior empresa e mais importante empresa aérea brasileira.

Daí da importância do Grupo Parlamentar Misto em defesa da Varig, em cujos trabalhos depositamos as nossas esperanças de que saia do Congresso Nacional, ou com a sua firme participação, a tão aguardada solução para a crise em que se encontra a principal empresa aérea do país.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o abandono a que o Estado brasileiro tem relegado a região de Serra Pelada não pode continuar, sob risco de lá produzir situação de verdadeira hecatombe social.

Na verdade, Sr. Presidente, desde o início da corrida do ouro, nos finais da década de 70, tem sido grande o descaso das autoridades no que diz respeito à manutenção, no local, das mínimas garantias de cidadania.

Surgiu Serra Pelada, uma “ferida aberta da selva”, como um mito a assombrar brasileiros e estrangeiros, atônitos ante o espetáculo dantesco daquelas multidões humanas enlameadas, a transportar, nas costas, sacos de barro que continham, além de um pouco de ouro, carradas de sonhos e de esperanças, todas elas muito pouco ou para muito poucos realizadas.

O que de início pareceu ser uma alternativa para mitigar a miserabilidade recorrentemente trazida aos nordestinos pela seca, ou a falta de perspectivas de ocupação para os brasileiros da minha Região Norte, ou do Centro do País, em breve demonstrou-se fonte de escândalo e de problemas.

Foram muitos os brasileiros que sucumbiram à falta de condições de vida e de trabalho. A segurança era provida, no início, pelos próprios garimpeiros e, num segundo momento, por efetivos policiais insuficientes. As mortes foram incontáveis, motivadas por acidentes, por desavenças pessoais ou por latrocínio. A ausência do Estado brasileiro em Serra Pelada determinou, tal como descreveu Hobbes, uma “guerra de todos contra todos”.

Cessadas as operações de lavra manual, restam ainda na vila de Serra Pelada cerca de 8 mil garimpeiros, alguns deles remanescentes dos primeiros anos de extração, vivendo de pequeno comércio ou de expedientes, e outros que retornaram após a publicação

do Decreto Legislativo 207, de 2002, do Congresso Nacional, que cancelou o tombamento da área, havido em 1992. Esses vivem em barracos de tábuas e lona preta.

Os dados sociais levantados pela Companhia Vale do Rio Doce são alarmantes: a taxa de analfabetismo entre adultos é de 25%, numa população majoritariamente situada entre os 40 e os 70 anos de idade; 48% dos homens vivem sozinhos, e é grande o número de casos de depressão e ansiedade. A prostituição atinge níveis elevados, inclusive a infantil.

São poucas as âncoras a firmar essas vidas desgarradas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma delas é a perspectiva de ressarcimento pela diferença havida no preço de compra de ouro praticado pela Caixa, à época, estando **sub judice** indenização de cerca de US\$50 milhões pleiteada pelos garimpeiros. Uma outra é a possibilidade de recuperação mecanizada dos resíduos de ouro remanescentes, estimados em 27 toneladas.

Nunca houve, entretanto, consenso sobre como repartir essas receitas potenciais, dada a falta de convergência entre a multiplicidade de sindicatos e de associações de garimpeiros que se investiram nos direitos de representação. Entre as acusações trocadas de parte a parte, ficava no ar a pergunta sobre como compor a lista dos titulares de tais direitos.

Na disputa pela liderança da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, a Coomigasp, deu-se, inclusive, a ainda inexplicada morte – em 2002 – de Antônio Clênio Cunha Lemos, então presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada.

Acerca desse contexto, foi veiculada matéria na **Folha OnLine**, dia 23 de agosto, repercutindo publicação do **New York Times**, de mesma data, intitulada “Serra Pelada é ‘terra sem lei’”, que descreve a região como um “barril de pólvora”.

A reportagem – de autoria do Sr. Larry Rohter, jornalista que ganhou, recentemente, embaraçosa notoriedade em nosso País – anuncia, ainda, a assinatura, em junho deste ano, de contrato entre a Coomigasp e uma mineradora norte-americana, a Phoenix Gems, no valor de 240 milhões de dólares, para a retomada mecanizada da lavra de Serra Pelada. Diz a **Folha**, ainda, que, além dessa quantia, receberiam os garimpeiros *royalties* equivalentes a 40% da produção que se vier a alcançar na mina.

Por sua vez, noticiou o Ministério de Minas e Energia, no dia 2 de agosto, o fechamento de acordo entre as diversas representações de garimpeiros, acordo esse intermediado por representantes do próprio Ministério, do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), do Ministério do Trabalho, da Casa

Civil e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Os termos acordados restabelecem, para efeito de rateio das receitas de exploração, a participação dos garimpeiros associados à Cooperativa desde 1984, ano de sua fundação. O quadro associativo da Cooperativa deverá ser recomposto em 60 dias, quando o DNPM, então, readequará os títulos minerários da área, por meio de entendimentos com a Companhia Vale do Rio Doce.

Nada está ganho, Sr. Presidente. Esboça-se, entretanto, uma possibilidade de solução para a dramática situação dos garimpeiros de Serra Pelada; um fim possível à “guerra de todos contra todos”, ou, seguindo com Hobbes, um fim à “igualdade pelo medo”, apanágio característico de uma “terra sem lei”.

A ação desencontrada e irresoluta do Governo Federal, em anos passados, fez prosperar, em Serra Pelada, uma situação de caos social de proporções titânicas.

Abre-se ao governo do presidente Lula a possibilidade de resgate da ação estatal na região e, por consequência, a de garantir efetivamente a eliminação dos desmandos, das ilegalidades e do oportunismo que contaminam o tecido social, garantindo e viabilizando a própria cidadania.

Deve o Governo Federal, à Região Norte e aos garimpeiros de Serra Pelada, uma ação firme e coordenada na resolução desses problemas. Tem o Governo a oportunidade de reinstalar o Estado em Serra Pelada e, com ele, as perspectivas de uma vida mais digna e de um futuro mais promissor, nesse que é um rincão já por demais sofrido e vilipendiado.

Muito obrigado!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### **Manifestações de Autoritarismo Parecem Ampliar-se Numa Nação que optou pela Democracia**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, afinal, o quê pretende esse Senhor que nos governa(...)? Ele insiste nas investidas de seu Governo para calar a imprensa, impedir a livre manifestação cultural dos meios audiovisuais e, já agora, interfere descaradamente na educação brasileira. Foi o que ocorreu no último Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM.

Insisto na indagação: o quê quer o Presidente Lula? Tornar-se, mais e mais, o ícone do autoritarismo? A população acompanha esses passos tenebrosos e não concorda com arroubos e arrebatamentos desse porte. Vivemos numa democracia, restabelecida com os esforços comuns do povo brasileiro.



Que o Presidente tenha em mente as advertências que a oposição vem fazendo: não há lugar para autoritarismo, para ditaduras e outros procedimentos incompatíveis com a modernidade, muito menos com quaisquer quetiquês que nos rondam vestidos com a bandeira petista.

No episódio do ENEM, li uma declaração do Presidente da Comissão de Educação desta Casa, o nobre Senador Osmar Dias, chamando a atenção para o risco de dirigismo no ensino brasileiro, o que seria um retrocesso sem tamanho.

Sr. Presidente, que a escalada do autoritarismo segue em marcha batida, ninguém duvida. Ainda ontem, aqui em Brasília, ao receber o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, Lula teve uma recaída em seu incontido amor pelos ditadores truculentos ainda existentes mundo afora. Depois de manifestar, há algumas semanas, seu apreço pelo ditador do Gabão, agora o Presidente brasileiro é o interprete de mais uma desastrada fala de improviso. Ele simplesmente, como dizem os jornais, afirmou ser uma pena deixar o poder após 18 anos.

É triste quando se constata junto no nosso governante uma vocação tão irresistível para o autoritarismo, para não dizer que esse é o caminho mais curto para a ditadura.

Por isso mesmo, para que o historiador do amanhã tenha elementos de aferição do que vem ocorrendo no Governo petista do Presidente Lula, estou juntando a este pronunciamento as matérias que a respeito publicam os jornais brasileiros. Assim, essas matérias passam a integrar os Anais do Senado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**“Para Lula, é uma pena deixar o poder  
após 18 anos”**

*Brasileiro lamenta que Chissano, há 18 anos no poder em Moçambique vá “cuidar de boi zebu”*

**Tânia Monteiro**

BRASÍLIA - Em mais um polêmico discurso de improviso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou ontem que o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, que está há 18 anos no poder, tenha desistido de concorrer à reeleição em seu país, em dezembro.

Há duas semanas, em visita à República Dominicana - a caminho de Porto Príncipe, onde no dia seguinte veria o jogo de futebol entre as seleções do Brasil e do Haiti - Lula lembrou que foi ao Gabão conhecer como um presidente fica 37 anos no poder e ainda concorre à reeleição.

Para Lula, a decisão de Chissano é uma demonstração “do simbolismo e do valor real da democracia”. “Sei que Vossa Excelência não concorrerá à reeleição e isso é mais uma demonstração de que vocês conseguiram depois de 16 anos de guerrilha, depois do aprendizado de uma guerra, depois de muito sofrimento, vocês aprenderam a valorizar como poucos o simbolismo e o valor real do exercício da democracia”, afirmou Lula, durante a cerimônia de assinatura de acordos entre os dois países, no Planalto.

**Elogio** - Ainda lamentando a desistência de Chissano de concorrer à reeleição, Lula acrescentou: “Agora, me preocupa saber que um homem da sua envergadura, da sua dimensão - num continente complicado, onde nem tudo ainda está resolvido - eu fico imaginando se é direito, ou é justo uma pessoa que conquistou a liderança e a representatividade junto aos países africanos, como o presidente Chissano conquistou, ao longo de muitos anos, voltar para casa e cuidar de boi zebu.”

Pouco depois, já no almoço no Itamaraty, o presidente Chissano agradeceu a gentileza de Lula, ao salientar que esta era a oitava e última visita que fazia ao Brasil, na qualidade de presidente, embora a Constituição de seu país lhe faculte a possibilidade de se reeleger de novo. (Colaborou Lu Aiko Otta)

**Redação sobre imprensa no Enem cria polêmica**

**Renata Cafardo**

A polêmica recente sobre o projeto que cria o Conselho Federal de Jornalismo levantou suspeitas sobre uma eventual interferência do governo federal no tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado pelo Ministério da Educação (MEC), anteontem. Os cerca de 1,5 milhão de jovens que participaram da prova no País tiveram de dissertar sobre a liberdade de informação e os abusos cometidos por meios de comunicação.

“Foi uma pesquisa gratuita com uma faixa de cidadãos que têm uma opinião crítica”, disse o presidente da Comissão de Educação do Senado, senador Osmar Dias (PDT-PR). Para ele, o governo poderia usar as informações como um respaldo ao conselho. “Nada é coincidência neste governo”, afirma o deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), vice-presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. “Pode ser uma forma de induzir o jovem a concordar que tem muito abuso na imprensa.”

A proposta de redação incluía textos do jornalista e presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, de entidades independentes que analisam a imprensa e artigos da Constituição sobre liberdade de expressão e direito à privacidade. Eliezer Pacheco, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, responsável pela prova no MEC, nega qualquer interferência. Ele explica que os assuntos são propostos por uma banca e os coordenadores optaram pelo

tema no dia 5 de julho, antes da polêmica do conselho. “Foi coincidência.”

### **Lula volta a acusar imprensa de denunciismo**

*Presidente faz defesa indireta da criação do Conselho Federal de Jornalismo*

**Mariana Caetano**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a atacar a imprensa e criticou ontem o “denunciismo” que “muitas vezes” prevalece sobre a notícia. De modo indireto, ele defendeu a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). “É uma boa política não ter a preocupação na disputa eminentemente de mercado. É preciso pensar na qualidade da informação que o povo brasileiro recebe. Sobretudo num momento em que muitas vezes o denunciismo pelo denunciismo tem prevalência sobre a notícia e a informação”, afirmou o presidente, durante a comemoração dos 10 anos da revista **CartaCapital** e entrega do prêmio “As empresas mais admiradas no Brasil em 2003”.

Ele praticamente respondeu às declarações do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que deixou claro ser contrário à criação do CFJ, autarquia encarregada de “orientar, disciplinar e fiscalizar” a atividade jornalística. “Uma boa imprensa é a sociedade conversando consigo própria”, afirmou o governador no discurso que precedeu o do presidente.

Pacto – Lula criticou a imprensa ao dirigir-se a Mino Carta, responsável pela revista. Teceu elogios e destacou que o jornalista passou por vários veículos e resistiu a pressões de chefes para contrariar sua “dignidade”. Segundo ele, há no Brasil um “verdadeiro pacto de mediocridade” que sobrevive “sempre que uma pessoa se destaca numa atividade”. Para Lula, esse pacto “não deixa o mais inteligente crescer ou evoluir”. E provocou: “Na política isso existe muito.”

Ao comentar a entrega do prêmio a 40 empresas – segundo pesquisa do instituto *InterScience*, em parceria com a revista – Lula ressaltou que a iniciativa é simbólica num momento em que o País “está carecendo de bons exemplos” e coloca a “auto-estima de seu povo como instrumento para que as coisas dêem mais certo.”

O presidente lembrou que os empregados das empresas premiadas contribuíram para o sucesso e o reconhecimento de todas elas. Lembrou a participação de várias das empresas presentes em programas sociais, mas repetiu o apelo: “O Estado sozinho não será capaz de resgatar a dívida social acumulada deste país. Ou encontramos um jeito de envolver o conjunto da sociedade brasileira como cúmplice de uma boa política para que encontremos as saídas, ou o Estado, sozinho, não dará conta.” Na platéia, importantes empresários e oito ministros.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, No dia 28 de agosto de 2004, a anis-

tia política no Brasil completou 25 anos. A primeira lei reconhecendo o benefício da anistia aos atingidos pela ditadura militar, a partir de 1964, foi sancionada em 28 de agosto de 1979 – pelo então presidente João Figueiredo – determinando o “perdão” aos brasileiros contrários à política da época e o retorno deles à suas respectivas atividades profissionais.

Em 2001, 22 anos após a primeira legislação da anistia (Lei 6.683/79), o Congresso Nacional aprova a Medida Provisória 2.151, criando a Comissão de Anistia, atualmente presidida pelo advogado Marcello Lavenère. No ano seguinte, é sancionada a Lei 10.559/02, quando a Comissão – inserida na estrutura do Ministério da Justiça – torna-se oficialmente o instrumento pelo qual o Estado reconhece e concede reparação econômica pelos danos (financeiros, psicológicos, físicos, sociais, financeiros...) a milhares de brasileiros prejudicados pelo chamado regime de exceção iniciado em 1964.

Composta por 19 notáveis conselheiros sem vínculo de subordinação com o governo e que prestam seus serviços de graça, sem receber vantagem de espécie alguma, a Comissão analisa pedidos de indenização formulados por pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas, por motivação exclusivamente política, no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988.

O processo de julgamento dos processos não é sigiloso. Ao contrário. É público e previamente divulgado (a pauta pode ser conhecida, inclusive, no site da Comissão de Anistia: [www.mj.gov.br/anistia](http://www.mj.gov.br/anistia)), assegurada a participação dos interessados. Depois de protocolados, os pedidos são distribuídos às câmaras temáticas da Comissão de Anistia.

A Primeira Câmara analisa processos formulados por trabalhadores da iniciativa privada e servidores civis da administração pública direta. A Segunda Câmara julga pedidos de funcionários públicos da administração indireta, de autarquias e de empresas públicas e de economia mista. Já a Terceira Câmara é responsável pelo julgamento dos processos formulados por militares e integrantes das Forças Armadas.

Em quase três anos de funcionamento, a Comissão recebeu aproximadamente 60 mil pedidos, dos quais 16 mil não chegaram a ser protocolados por absoluta ausência de informações. Dos 45 mil processos acolhidos, 14.466 foram julgados, sendo 1.161 na Primeira Câmara, 1.132 na Segunda e 12.173 na Terceira. Do total de pedidos julgados, 5.540 foram deferidos (721 na Primeira, 932 na Segunda e 3.887 na Terceira Câmara). Exatamente 8.302 processos, do total de julgados, foram indeferidos (314 na Primeira, 151 na Segunda e 7.837 na Terceira Câmara).

Dos cerca de 30 mil pedidos que estão para ser apreciados, 18 mil são de vereadores que fazem jus apenas à contagem de tempo de serviço. Os 12 mil processos restantes serão analisados de forma idônea,

sem pré-julgamentos e obedecendo à legislação e aos princípios da Comissão de Anistia.

Desde a criação da Comissão, 93 processos foram analisados em 2001, 2.491 em 2002, 5.857 em 2003 e 6.025 até 27 de julho deste ano, quantidade que já supera o total de pedidos julgados em todo o ano de 2003, o que comprova o aprimoramento nos procedimentos da Comissão de Anistia.

**INDENIZAÇÕES** – A anistia também está prevista no Artigo 8 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, o qual fora regulamentado pela Lei 10.559/02. A reparação econômica, segundo a referida lei, pode ser concedida em prestação única correspondente a 30 salários mínimos por ano de perseguição política até o limite de R\$100 mil, ou prestação mensal que corresponderá ao posto, cargo, graduação ou emprego que o anistiando ocuparia se na ativa estivesse na época da perseguição, observado o teto da remuneração do servidor federal (atualmente, R\$ 19 mil).

De modo sumário, aqueles que tinham vencimentos ou salários considerados altos terão uma prestação mensal também alta. Quem percebia vencimentos baixos terá uma reparação financeira baixa. A lei não autoriza a Comissão de Anistia a elevar ou baixar valores com base na modalidade ou no grau da tortura nem na duração da perseguição política.

Além da reparação em prestação única e mensal, a atual legislação prevê o pagamento de indenizações retroativas a cinco anos do primeiro protocolo registrado na Comissão de Anistia, tendo como limite de tempo o ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Cabe ao Ministério do Planejamento efetuar o pagamento das reparações econômicas às anistias concedidas a cidadãos civis e, ao Ministério da Defesa, às anistias deferidas aos militares.

**RECURSOS** – Por meio de um decreto de 27 de agosto de 2003, o governo instituiu uma comissão interministerial para estabelecer os critérios e a forma de pagamento das indenizações retroativas aos anistiados políticos. A comissão foi composta pelos titulares dos ministérios da Justiça, Defesa, Fazenda e Planejamento e da Advocacia Geral da União, Casa Civil e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Em outubro do mesmo ano, após exaustivo diálogo com os anistiados e anistiandos, foi definido, como prioridade, o pagamento da reparação econômica mensal, permanente e continuada, bem como da indenização em prestação única.

O governo reservou R\$200 milhões para 2004, valor que subirá para R\$300 milhões em 2005 e R\$400 milhões em 2006. A estas cifras, somam-se os R\$53 milhões que o governo obteve em crédito suplementar, em 2003, para cumprir os pagamentos. Os recursos necessários ao pagamento de indenizações retroativas ainda serão discutidos.

**PAGAMENTOS** – A MP 2.151/01, convertida na Lei 10.559/02, foi votada durante o governo passado

sem nenhuma dotação orçamentária. Também é importante observar que o dinheiro alocado para 2003, 2004, 2005 e 2006 consta do orçamento dos ministérios do Planejamento (no caso dos anistiados civis) e da Defesa (no caso dos militares) e que nem toda indenização concedida representa uma nova despesa financeira aos cofres da União.

Todos os processos referentes às 3,2 mil aposentadorias excepcionais do Instituto Nacional do Seguro Social - pagas a anistiados políticos - representam apenas adequações à atual legislação (Lei 10.559/02), que prevê a atualização automática do valor da indenização ou da contagem de tempo de serviço (se for constatado o direito do anistiado a estes benefícios).

Além disso, cerca de 70% do total geral dos processos da Comissão de Anistia são protocolados por pessoas já anistiadas por força de legislação anterior à Lei 10.559. Nestas situações, a competência da Comissão é apenas fazer a revisão, se for o caso, dos valores já percebidos pelos anistiados.

Como, atualmente, o número de processos para julgamento chega a 12 mil e a rotina indica que novos pedidos serão protocolados, muitos deles só poderão ser apreciados – de maneira responsável e idônea – em 2005 e 2006, ano previsto para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há um projeto stalinista em pleno andamento. O Partido dos Trabalhadores tem um projeto de poder que começou (e continua) com o aparelhamento do Estado, numa nítida mostra de discriminação ideológica, e segue, agora, com a apresentação de propostas autoritárias que se preocupam com o cerceamento da liberdade de expressão, como a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual-ANCINAV e do Conselho Federal de Jornalismo-CFJ, além da tentativa de uma “lei da mordaza” para os funcionários públicos.

Sr. Presidente, é neste contexto que faço destaque do artigo intitulado “Delírio stalinista”, de autoria da historiadora e cientista política Lúcia Hippólito, publicado no jornal **Correio Braziliense** do último dia 14 de agosto. Para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o texto em anexo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## OPINIÃO

## Delírio stalinista

LUCIA HIPOLITO

Historiadora e cientista político

**G**overnos não convivem bem com críticas, governos preferem elogios. De esquerda ou de direita, democráticos ou autoritários, os governantes de plantão gostam de ser adulados, cortejados e aplaudidos. Durante as duas ditaduras que se abateram sobre o Brasil, nunca houve problema de convivência com a crítica. Os críticos foram pura e simplesmente esmagados, destruídos. A ditadura militar, então, caprichou. Prendeu, censurou, torturou, matou, baniu. Esmerou-se para eliminar, até fisicamente, toda a fonte da crítica.

Mas nunca houve um diploma legal que autorizasse o Estado, democrático ou autoritário, a intervir na administração quotidiana de empresas privadas por motivo de opinião. Nunca houve lei que autorizasse o poder público a nomear e demitir diretores e editores de jornais e revistas ou âncoras de rádio e TV.

Durante a ditadura, um sofisticado arsenal coercitivo incluiu pressão, chantagem, fiscalização da Receita Federal, concessão de benesses exclusivas para veículos de comunicação que apoiavam o regime. Mas, é preciso repetir, nunca houve lei que autorizasse esses atos; era puro arbítrio, pura truculência.

Foi durante a ditadura que se construiu no Brasil a defesa da liberdade. Liberdade assim mesmo, sem adjetivos, sem qualificativos nem restrições. Liberdade de pensamento, liberdade de expressão. Ao contrário do que pensam alguns, há, sim, valores absolutos a serem defendidos. A ética é um deles, mas a liberdade é o maior deles. Por ela vale a pena entregar a própria vida.

No entanto, estamos assistindo todos os dias a tentativas mais ou menos bem sucedidas de cerceamento da liberdade no Brasil.

Não surpreende que o patrono desse cerceamento seja um governo dito de esquerda. Seus principais membros sempre tiveram relações mais do que cerimoniosas com a ideia de democracia; seu DNA não engana, é stalinista.

Trazem um projeto de poder que começa no aparelhamento da máquina pública. É natural e desejável que a coalizão vencedora nomeie seus aliados para auxiliar na formulação das novas políticas; afinal, para isso foram eleitos. Não é natural nem desejável que a coalizão vencedora ocupe até o nível de gerência. Centenas de técnicos competentes foram afastados para abrigar os "companheiros militantes". Isso é discriminação ideológica. Não admira que a paralisação decisória tenha tomado conta da administração pública federal.

O aparelhamento foi fortalecido com a nomeação de dezenas de "companheiros sindicalistas" para os conselhos de administração das poderosas estatais e empresas públicas brasileiras.

Agora, o projeto de poder caminha no sentido de aprisionar corações e mentes. Primeiro, com a tentativa frustrada de exigir contrapartidas sociais ao patrocínio de projetos culturais pelas ricas estatais brasileiras. Imediatamente denunciado, o projeto foi reformulado.

Nova tentativa de cerceamento da liberdade, também frustrada pela imediata reação da opinião pública e dos formadores de opinião, foi o episódio que quase culmina na expulsão de um jornalista apenas porque exercia seu ofício. Não está em discussão o conteúdo da matéria; o que importa é que quase se expulsa do país alguém que apenas exercia a liberdade de expressão.

Nas últimas semanas, temos sido bombardeados por projetos autoritários, como a criação da Agência Nacional de Cinema e Atividades Audiovisuais — nem sei se é esse o nome correto — e do Conselho Federal de Jornalismo, acrescido agora de uma Lei da Mordaca para funcionários públicos.

O projeto stalinista está em pleno andamento. Como gosta de dizer o presidente da República, "nunca na história deste país" a liberdade de expressão esteve tão ameaçada, e por um governo que se quer democrático.

Mas não está sendo fácil a implantação desse projeto de poder. As tentativas de cerceamento da liberdade vêm sendo denunciadas por todos os meios possíveis: Internet, cartas de leitores, artigos de jornal, comentários, programas de rádio e TV. A reação tem sido fantástica, avassaladora. Espera-se do Congresso Nacional uma resposta à altura, digna das tradições daquela casa. É ali que se constrói a democracia, lutando pela liberdade dos civis.

Qualquer ato que se pareça remotamente com cerceamento de liberdade encontrará muita gente na trincheira, disposta a defender vigorosamente o que tão solidamente conquistamos. A reconstrução do Estado democrático não se limita à elaboração de um texto constitucional. Essa reconstrução ainda está em processo. O stalinismo encastelado no governo está se apertando cada vez mais, não permitindo que o Brasil caminhe para a liberdade civil para a qual todos os brasileiros lutamos e primamos, nem precisando de mais um golpe.

Tive medo durante a ditadura. Tive medo dos golpes, chorei a morte de outros, cujos corpos não desapareceram até hoje. Mas nunca deixei de dizer o que penso. Navegar é preciso", dizia meu querido amigo, o saudoso dr. Ulysses. Não quero ter medo na democracia.



**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB

– PA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Duciomar Costa. Bloco/PTB

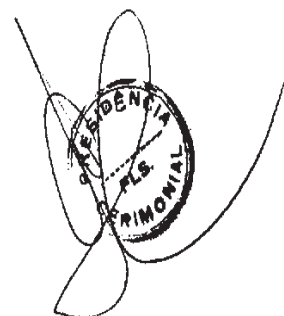
– PA) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 32 minutos.)*

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**  
**SENADOR: JOSÉ SARNEY**

**01/09/2004**  
**quarta-feira**

- 
- 09:30** - **Senhor Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique**  
Salão Nobre do Senado Federal
- 11:30** - **Senhor Paulo Skaf, presidente eleito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**  
Presidência do Senado Federal
- 12:00** - **Senhora Telma Gurgel, Diretora da Federação das Indústrias do Amapá, acompanhada do**  
Senhor Haroldo Pinto Pereira, Vice-Presidente  
Presidência do Senado Federal



**ATA DA 3ª REUNIÃO, EM 9 DE JULHO DE 2004**  
**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 116, de 10 de julho de 2004)**

**RETIFICAÇÕES**

1) À página nº 23001, 2ª coluna, referente ao Parecer nº 860, de 2004

**Onde se lê:**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

**Leia-se:**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**  
Relator **ad hoc**: Senador **Pedro Simon**

2) À página nº 23018, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 867, de 2004

**Onde se lê:**

Relator: Senador **José Maranhão**  
Relator **ad hoc**: Senador **José Maranhão**

**Leia-se:**

Relator: Senador **José Maranhão**  
Relator **ad hoc**: Senador **Efraim Moraes**

3) À página nº 23031, referente ao Parecer nº 812, de 2004

**Onde se lê:**

PARECER Nº 812, DE 2004

.....  
Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

**Leia-se:**

PARECER Nº 872, DE 2004

.....  
Relator: Senador **Jonas Pinheiro**  
Relator **ad hoc**: Senador **Aelton Freitas**

**ATA DA 102ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,  
EM 3 DE AGOSTO DE 2004  
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 119, de 04 de agosto de 2004)**

**RETIFICAÇÕES**

1) À página nº 23983, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 1.128, de 2004

**Onde se lê:**

**Relator: Senador Papaléo Paes**

**Leia-se:**

**Relator: Senador Papaléo Paes**

**Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes**

2) À página nº 23995, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 1.132, de 2004

**Onde se lê:**

**Relator: Senador Marco Maciel**

**Leia-se:**

**Relator: Senador Marco Maciel**

**Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes**

**ATA DA 103ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,  
EM 4 DE AGOSTO DE 2004**  
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 120, de 05 de agosto de 2004)

**RETIFICAÇÕES**

1) À página nº 24477, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 1.178, de 2004

**Onde se lê:**

**Relator: Senador Demostenes Torres**

**Leia-se:**

**Relator: Senador Demóstenes Torres**  
**Relatora ad hoc: Senadora Lúcia Vânia**

2) À página nº 24489, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 1.182, de 2004

**Onde se lê:**

**Relator: Senador João Ribeiro**

**Leia-se:**

**Relator: Senador João Ribeiro**  
**Relator ad hoc: Senador Jonas Pinheiro**



**ATA DA 104ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,  
EM 5 DE AGOSTO DE 2004**  
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 121, de 06 de agosto de 2004)

**RETIFICAÇÕES**

1) À página nº 24886, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 1.249, de 2004

**Onde se lê:**

Relator: Senador **Mão Santa**  
Relator **ad hoc**: Senador **Papaçéo Paes**

**Leia-se:**

Relator: Senador **Mão Santa**  
Relator **ad hoc**: Senador **Papaléo Paes**

2) À página nº 24895, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 1.252, de 2004

**Onde se lê:**

Relator: Senador **Edison Lobão**

**Leia-se:**

Relator: Senador **Edison Lobão**  
Relator **ad hoc**: Senador **Jonas Pinheiro**

# ATA DA 107ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE AGOSTO DE 2004

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 124, de 11 de agosto de 2004)

## RETIFICAÇÃO

- 1) À página nº 25476, referente ao parecer nº 1.279-CI, de 2004, sobre à Mensagem nº 89, de 2004, republique-se a folha de votação:

### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

#### MENSAGEM Nº 89, DE 2004.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/08/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: JOSÉ JORGE	
RELATOR: SERYS SLHESSARENKO	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
DELCÍDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	2-VAGO
SERYS SLHESSARENKO	3-VAGO
SIBÁ MACHADO	4-ANA JÚLIA CAREPA
FÁTIMA CLEIDE	5-IDELI SALVATTI
DUCIOMAR COSTA	6-FERNANDO BEZERRA
MAGNO MALTA	7-MARCELO CRIVELLA
<b>PMDB</b>	
GERSON CAMATA	1-MÃO SANTA
VAGO	2-LUIZ OTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VALMIR AMARAL	4-RENAN CALHEIROS
GILBERTO MESTRINHO	5-NEY SUASSUNA
JOSÉ MARANHÃO	6-ROMERO JUCÁ
<b>PFL</b>	
JOÃO RIBEIRO	1-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	2-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	3-EFRAIM MORAIS
PAULO OCTÁVIO	4-MARIA DO CARMO ALVES
RODOLPHO TOURINHO	5-ROSEANA SARNEY
<b>PSDB</b>	
LEONEL PAVAN	1-VAGO
SÉRGIO GUERRA	2-ARTHUR VIRGÍLIO
TEOTÔNIO VILELA FILHO	3-VAGO
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS
<b>PPS</b>	
VAGO	1-MOZARILDO CAVALCANTI

# ATA DA 107ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE AGOSTO DE 2004

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 124, de 11 de agosto de 2004)

## RETIFICAÇÃO

- 1) À página nº 25478, referente ao parecer nº 1.280-CI, de 2004, sobre a Mensagem nº 90, de 2004, republique-se a folha de votação:

### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

#### MENSAGEM Nº 90, DE 2004.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/08/2004 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: JOSÉ JORGE

RELATOR: RODOLPHO TOURINHO

#### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELCÍDIO AMARAL

ANTÔNIO CARLOS VALADARES

SERYS SLHESSARENKO

SIBÁ MACHADO

FÁTIMA CLEIDE

DUCIOMAR COSTA

MAGNO MALTA

1-ROBERTO SATURNINO

2-VAGO

3-VAGO

4-ANA JÚLIA CAREPA

5-IDELI SALVATTI

6-FERNANDO BEZERRA

7-MARCELO CRIVELLA

#### PMDB

GERSON CAMATA

VAGO

VALDIR RAUPP

VALMIR AMARAL

GILBERTO MESTRINHO

JOSÉ MARANHÃO

1-MÃO SANTA

2-LUIZ OTÁVIO

3-PEDRO SIMON

4-RENAN CALHEIROS

5-NEY SUASSUNA

6-ROMERO JUCÁ

#### PFL

JOÃO RIBEIRO

JOSÉ JORGE

MARCO MACIEL

PAULO OCTÁVIO

RODOLPHO TOURINHO

1-CÉSAR BORGES

2-JONAS PINHEIRO

3-EPRAIM MORAIS

4-MARIA DO GARMO ALVES

5-ROSEANA SARNEY

#### PSDB

LEONEL PAVAN

SÉRGIO GUERRA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

1-VAGO

2-ARTHUR VIRGÍLIO

3-VAGO

#### PDT

AUGUSTO BOTELHO

1-OSMAR DIAS

#### PPS

VAGO

1-MOZARILDO CAVALCANTI

Atualizada em: 05/08/2004

**ATA DA 108ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ,  
EM 11 DE AGOSTO DE 2004  
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 125, de 12 de agosto de 2004)**

**RETIFICAÇÃO**

1) À página nº 25637, 2ª coluna, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2004

**Onde se lê:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2004**

Altera o parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.843, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para declarar que no crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (art. 140, § 3º, do Código Penal), procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

**Leia-se:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2004**

Altera o parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº **2.848**, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para declarar que no crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (art. 140, § 3º, do Código Penal), procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.



**(\*) ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN, “COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL”**

12ª a 41ª Reuniões, realizadas em 04, 18 e 24 de setembro, 02, 09, 22 e 30 de outubro, 05, 06 e 25 de novembro, 02 e 03 de dezembro de 2003, 09 de fevereiro, 11, 16, 24, 26 e 30 de março, 15, 19 e 20 de abril, 04, 20 e 26 de maio, 1º, 08, 16 e 23 de junho, 07 e 13 de julho de 2004.

**(\*) Publicadas no suplemento "C" à presente edição.**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emenda  
AO  
PROJETO DE LEI  
N.º 47/2004-CN**

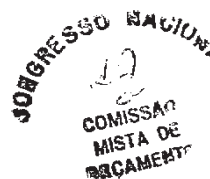
**MENSAGEM  
N.º 0142, de 2004 – CN  
(Nº 00490/2004, na origem)**

**Ementa:** “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 71.237.676,00 (setenta e um milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

## Índice de Emendas

### PLN: 047/2004 EMENDA

		Total por Parlamentar
BISMARCK MAIA	00011 a 00013	3
EDUARDO SCIARRA	00006	1
FERNANDO DE FABINHO	00002	1
GUSTAVO FRUET	00010	1
JAIME MARTINS	00032 a 00036	5
JOSÉ BORBA	00008	1
JOSÉ MILITÃO	00007	1
JÚLIO CESAR	00003	1
LEONARDO PICCIANI	00017 e 00018	2
LUIZ CARREIRA	00001	1
NEUCIMAR FRAGA	00014	1
OSMAR SERRAGLIO	00009	1
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	00021 a 00031	11
RICARDO BARROS	00019	1
ROSE DE FREITAS	00015 e 00016	2
WILSON SANTIAGO	00004 e 00005	2
ZÉ GERARDO	00020	1
<b>Total de Emendas:</b>		<b>36</b>



EMENDA - 00001

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
47/2004PÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

Insira-se ao PL 47/2004 a seguinte emenda:

Órgão: 54000 – Ministério do Turismo

Unidade Orçamentária: 54101 – Ministério do Turismo

Acrescente-se a seguinte programação:

Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0070 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Estado da Bahia

GND 4 – MOD 40

Valor: R\$ 300.000,00

Cancelamento:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade Orçamentária: 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Programa: 1156 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Funcional Programática: 20.572.1156.4676.0001 – Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio

Esf: F – GND 3 – MOD 90 – Fonte 100

Valor: R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia é hoje um dos principais Estados procurados pelos turistas, tanto nacionais quanto internacionais. Para atender a tal demanda o Estado necessita melhorar sua infraestrutura turística.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

LUIZ CARREIRA

BA

PFL

DATA

24/08/2004

ASSINATURA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

## EMENDA - 00002

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 47, DE 2004-CN	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	----------------------------------	------------------

## TEXTO

Insira-se no Programa constante no Anexo I do Projeto de Lei nº 47, de 2004, o seguinte Programa de Trabalho:

ÓRGÃO: 54000 – Ministério do Turismo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 54.101 – Ministério do Turismo

PROGRAMA DE TRABALHO: 23.845.1166.0564.0070 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Estado da Bahia

GND: 4 MOD: 40

VALOR R\$: 300.000,00 (trezentos mil reais)

## CANCELAMENTO

ÓRGÃO: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22.202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

PROGRAMA: 1156 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

PROGRAMA DE TRABALHO: 20.572.1156.4676.0001 – Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio

VALOR R\$: 300.000,00 (trezentos mil reais)

## JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia está entre os 3(três) Estados da Federação mais procurados em função do alto apelo e vocação turística, entretanto a infra-estrutura turística ainda permanece muito carente. A alocação de recursos financeiros faz-se necessária, visto que o turismo hoje é uma das áreas com maior influência na economia, sobretudo na geração de emprego e renda.

CÓDIGO <b>1351</b>	NOME DO PARLAMENTAR <b>Fernando de Fabinho</b>	UF <b>BA</b>	PARTIDO <b>PFL</b>
DATA <b>24/8/2004</b>	ASSINATURA 		

COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00003**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004 (CN)

01 DE 01

TEXTO

Acresça-se ao seguinte subtítulo o valor proposto:

- 23.845.1166.0564.0334 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística em Municípios – no Estado do Piauí.  
Valor R\$ 5.000.000,00 - GND - 4

**CANCELAMENTO:**

- 12.126.1061.4022.0001- Sistema Nacional de Avaliação da Educação – SAEB – NACIONAL  
Valor: R\$ 5.000.000,00 – GND - 4

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa dotar os Municípios do Estado do Piauí, de condições para promover a melhoria turística proporcionando com isso melhor qualidade de vida para sua população, especialmente as mais carentes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Júlio César

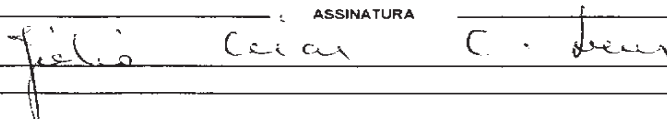
PI

PFL

DATA

25/8/2004

ASSINATURA

COMISSÃO  
LISTA DE  
ORÇAMENTO

EMENDA - 00004

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 47 -2004 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CENTRO ALTERNATIVO DE PREVENÇÃO A ARBITRAGEM E SOLUÇÃO DE CONFLITOS - CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SOUSA, NO ESTADO DA PARAÍBA - PB.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.364.1075.6373.0134

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FONTE: 100

VALOR R\$ 600.000,00

]

**CANCELAMENTO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.126.1061.4022.0001

ESFERA: F

GND: 4

VALOR R\$ 600.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS NA EMENDA DE MINHA AUTORIA, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIO NO MUNICÍPIO DE SOUSA, NO ESTADO DA PARAIBA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

UF

PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

COMISSÃO  
MISTA DE  
LEGISLAÇÃO

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00005****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

PLN - 47 -2004 - CN

PÁGINA

01 DE 01

**TEXTO**

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO SUPERIOR - CONSTRUÇÃO DE BLOCO PARA LABORATÓRIOS DIDÁTICOS, CAJAZEIRAS PARAÍBA -PB.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.1075.6373.0114

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

FONTE: 100

VALOR R\$ 600.000,00

**CANCELAMENTO:**

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.126.1061.4022.0001

ESFERA: F

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 600.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS NA EMENDA DE MINHA AUTORIA, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO DOS ALUNOS E DOCENTES DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAJAZEIRAS NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

**DEPUTADO WILSON SANTIAGO**

UF

PB

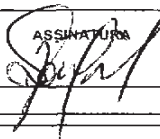
PARTIDO

PMDB

DATA

24/08/04

ASSINATURA



COMISSÃO

MISTA DE

RECEBIMENTO

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00006****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NÚM  
47/2004

TEXTO

**Suplementar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0338 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística em Municípios – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0001 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**JUSTIFICAÇÃO**

Apoiar o turismo no Estado do Paraná.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

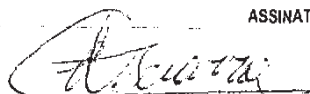
PARTIDO

EDUARDO SCIARRA

DATA

25/08/2004

ASSINATURA



PFL



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00007**  
**E**  
**PL 047/2004-CN**  
Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

01 DE 01

## TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária 54101 – Ministério do Turismo, a seguinte rubrica orçamentária:

23.845.1166.0564.0352 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no Estado de Minas Gerais

Valor: 500.000,00

Fonte: 100

Mod. Aplicação: 40 – Município

GND: 4 – Investimento

## CANCELAMENTO:

23.845.1166.0564.0001 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional

Valor: 500.000,00

Fonte: 100

Mod. Aplicação: 40 – Município

GND: 4 – Investimento

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa alocar recursos orçamentários, para suplementar o sub-título Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no Estado de Minas Gerais, melhorando as condições de vida da população mais carente da região.

CÓDIGO

3594

NOME DO PARLAMENTAR

JOSÉ MILITÃO

UF

MG

PARTIDO

PTB

DATA

25/8/2004

ASSINATURA

COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

EMENDA - 00008

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

PÁGINA

DE

TEXTO

**Suplementar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0338 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística em Municípios – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0001 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar o turismo no Estado do Paraná.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

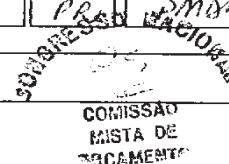
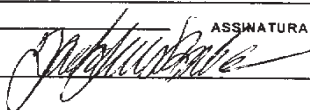
PARTIDO

JOSE BURBA

PR MDB

DATA

ASSINATURA



COMISSÃO  
MISTA DE  
ARRECAMENTO

EMENDA - 00009

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

PÁGINA

DE

TEXTO

**Suplementar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0338 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística em Municípios – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0001 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar o turismo no Estado do Paraná.

CONGRESSO NACIONAL  
26  
COMISSÃO  
MISTA DE  
TRABALHO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

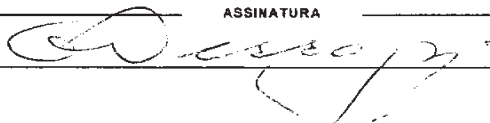
OSMAR SERRAGLIO

PR

PMDB

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00010

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

**Suplementar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0338 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística em Municípios – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

54000 – Ministério do Turismo

54101 – Ministério do Turismo

23.845.1166.0564.0001 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

JUSTIFICAÇÃO

Apoiar o turismo no Estado do Paraná.

CONGRESSO NACIONAL  
22  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ARGUMENTOS

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEP. GUSTAVO FRUET

PR

PMDB

DATA

ASSINATURA

25/08/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

ETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 47/2004PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**I – Suplementar:**

Órgão: 54000 – Ministério do Turismo

Unidade: 54101 – Ministério do Turismo

Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0358 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística em Municípios – No Estado do Ceará

GND: 4; Fonte: 100; Valor: R\$ 4.000.000,00

**II – Cancelar:**

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26290 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Funcional Programática: 12.126.1061.4022.0001 – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB – Nacional

GND 3; Fonte: 100; Valor: R\$ 4.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, disponibilizar recursos para execução de obras de infraestrutura turística nos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará, visando a melhoria da qualidade do produto Ceará.

CONGRESSO NACIONAL  
28  
COMISSÃO  
MISTA DE  
FISCAMENTO

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

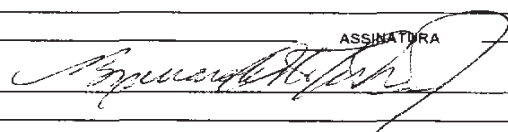
PARTIDO

PSDB

DATA

24/8/2004

ASSINATURA





**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

:TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 47/2004PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

**I – Suplementar:**

Órgão: 54000 – Ministério do Turismo

Unidade: 54101 – Ministério do Turismo

Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0364 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística em Municípios – No Estado do Ceará

GND: 4; Fonte: 100; Valor: R\$ 300.000,00

**II – Cancelar:**

Órgão: 54000 – Ministério do Turismo

Unidade: 54101 – Ministério do Turismo

Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0001 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional

GND 4; Fonte: 100; Valor: R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, disponibilizar recursos para execução de obras de infra-estrutura turística em diversos municípios do estado do Ceará, visando a melhoria da qualidade do produto Ceará.



CÓDIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

PARTIDO

PSDB

DATA

24/8/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00013**PL 047/2004-CN  
Mensagem 142/2004 - CN

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN 47/2004PAGINA  
01 DE 01

TEXTO

**I – Suplementar:**

Órgão: 54000 – Ministério do Turismo

Unidade: 54101 – Ministério do Turismo

Funcional Programática: 23.845.1166.4620.0050 – Promoção de Eventos para a  
Divulgação do Turismo Interno – Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo  
Interno – No Estado do Ceará

GND: 3; Fonte: 100; Valor: R\$ 300.000,00

**II – Cancelar:**

Órgão: 54000 – Ministério do Turismo

Unidade: 54101 – Ministério do Turismo

Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0001 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura  
Turística – Nacional

GND 4; Fonte: 100; Valor: R\$ 300.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, disponibilizar recursos para promover os eventos e divulgar os diversos atrativos turísticos do Estado do Ceará.

CONGRESSO NACIONAL  
30  
COMISSÃO  
MISTA DE  
FISCALIZAÇÃO

CÓDIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

PARTIDO

PSDB

DATA

24/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA - 00014****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Insira-se ao PL 47/2004 a seguinte emenda:

Inclusão:

Órgão: 54000 – Ministério do Turismo

Unidade Orçamentária: 54101 – Ministério do Turismo

Acrescente-se a seguinte programação:

Funcional programática: 23.845.1166.0564.0070 – Apoio a Projeto de Infra-Estrutura Turística no Estado do Espírito Santo

GND 4 – MOD 40

Valor: R\$ 500.000,00

Cancelamento:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade Orçamentária: 26290 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Funcional Programática: 12.126.1061.4022.0001 – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB – Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os estados dotados de condições naturais, encontram no turismo uma forte fonte de emprego e de renda, movimentando a economia e contribuindo para o desenvolvimento do país.

O Estado do Espírito Santo possui uma vocação para o turismo, estando hoje entre um dos estados mais procurados do Brasil. Para atender esta demanda há necessidade de que seja implantada Infra-estrutura Turística, justificando a presente emenda.



CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

NEUCIMAR FRAGA

ES

PL

DATA

ASSINATURA

25/8/2004

EMENDA - 00015

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 47/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS - ES.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.845.1166.0564.0064

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FONTE: 100

VALOR R\$ 200.000,00

CANCELAMENTO: 23.845.1166.0564.0001

ESFERA: F

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

APRESENTO A PRESENTE EMENDA, NA TENTATIVA DE VER DEFERIDA PELO RELATOR DESTE PL.  
TRATA -SE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NA CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.

CONGRESSO NACIONAL  
38  
COMISSÃO  
MISTA DE  
TRABALHO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PMDB

DATA

24/8/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00016**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN Nº 47/2004PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - CONSRTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES.

## SUPLEMENTAÇÃO:

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 23.845.1166.0564.0062

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FONTE: 100

VALOR R\$ 200.000,00

CANCELAMENTO: 23.845.1166.0564.0001

ESFERA: F

GND:4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 200.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

APRESENTO A PRESENTE EMENDA, NA TENTATIVA DE VER DEFERIDA PELO RELATOR DESTE PL.

TRATA -SE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA SEREM DESTINADOS NA CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.



CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PMDB

DATA

24/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 47/ - CN - 2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ.

## SUPLEMENTAR:

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.846.1061.0969.0036

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 200.000,00

FONTE: 113

## CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.126.1061.4022.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 200.000,00

FONTE: 100

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR AS ESCOLAS DO MUNICIPIO SUPRA CITADO DE MODERNOS E EFICIENTES TRANSPORTES ESCOLARES, PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS NA ÁREA URBANA E RURAL.



CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO LEONARDO PICCIANI

RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

26/8/2004

EMENDA - 00018

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 47/ - CN - 2004	PAGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

## TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO COLÉGIO AGRÍCOLA ILDEFONSO BASTOS BORGES, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ.

## SUPLEMENTAR:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.363.1075.6374.0016

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 300.000,00

FONTE: 100

## CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.126.1061.4022.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 300.000,00

FONTE: 100

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR ESSA ESCOLA AGRÍCOLAS DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REAL NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.

CONGRESSO NACIONAL  
37  
COMISSÃO  
MISTA DE  
FACIAMENTO

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO LEONARDO PICCIANI	RJ	PMDB
DATA	ASSINATURA		
26/8/2004	<i>Rea. e modificação</i>		

**EMENDA - 00021****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

**PL Nº 47 - 2004**

PÁGINA

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO** - 54101**FUNCIONAL** - 23.845.1166.0564.0030**SUBTÍTULO** - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Anhanguera - GO**Mod. Aplic** - 40**GND** - 4**Fonte** - 100**VALOR** - R\$ 80.000,00**CANCELAMENTO:****UO** - 54101**FUNCIONAL** - 23.845.1166.0564.0001**SUBTÍTULO** - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional**Mod. Aplic** - 40**GND** - 4**Fonte** - 100**VALOR** - R\$ 80.000,00**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Anhanguera - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

GO

PSDB

DATA

25/8/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00022**PL 047/2004-CN  
Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

**PL Nº 47 - 2004**

PÁGINA

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0118****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Jataí - GO****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Jataí - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
VACANTE

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA****GO****PSDB**

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00023****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

**PL Nº 47 - 2004**

FABRICA

**DE**

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0186****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - São Luís de Montes Belos - GO****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de São Luís de Montes Belos - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA****GO****PSDB**

DATA

ASSINATURA

**25/8/2004**



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

EMENDA - 00027

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE

PL Nº 47 - 2004

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:**

UO - 54101

FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0206

SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Uruaçu - GO

Mod. Aplic - 40

GND - 4

Fonte - 100

VALOR - R\$ 80.000,00

**CANCELAMENTO:**

UO - 54101

FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001

SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional

Mod. Aplic - 40

GND - 4

Fonte - 100

VALOR - R\$ 80.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Uruaçu - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

GO

PSDB

DATA

ASSINATURA

25/8/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00025**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

**PL Nº 47 - 2004**

PÁGINA

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0368****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - No Estado de Goiás - GO****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 200.000.00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 200.000.00****JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no Estado de Goiás - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
43  
COMISSÃO  
MISTA DE  
FISCALIZAÇÃO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

GO

PSDB

DATA

ASSINATURA

25/8/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00026****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE L

**PL Nº 47 - 2004**

PAGINA

DE

TEXTO

**Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:****SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0386****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - No Município de Alto Paraíso de Goiás - GO****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Alto Paraíso de Goiás - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
FISCAMENTO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA****GO****PSDB**

DATA

ASSINATURA

**25/8/2004**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00027****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

**PL Nº 47 - 2004**

PAGINA

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0388****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Município de Joviânia - GO****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 100.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Joviânia - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA****GO****PSDB**

DATA

ASSINATURA

**25/8/2004**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00028****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE

**PL Nº 47 - 2004**

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0416****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Município de São Miguel do Araguaia - GO****Mod. Aplic - 30****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 70.000,00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 70.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de São Miguel do Araguaia - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA****GO****PSDB**

DATA

ASSINATURA

25/8/2004



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00029**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

**PL Nº 47 - 2004**

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:**

UO - 54101

FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0418

SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - No município de Corumbá de Goiás - GO

Mod. Aplic - 30

GND - 4

Fonte - 100

VALOR - R\$ 50.000,00

**CANCELAMENTO:**

UO - 54101

FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001

SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional

Mod. Aplic - 40

GND - 4

Fonte - 100

VALOR - R\$ 50.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Corumbá de Goiás - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

GO

PSDB

DATA

ASSINATURA

25/09/2004

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00030****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
**PL Nº 47 - 2004**

PAGINA

DE

## TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0422****SUBTÍTULO -** Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - no município de Cocalzinho de Goiás - GO**Mod. Aplic - 30****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 50.000,00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO -** Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional**Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 50.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Cocalzinho de Goiás - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.



CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

GO

PSDB

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00031****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
**PL Nº 47 - 2004**

DE

TEXTO

Suplemente-se no Programa de Trabalho do Ministério do Turismo o seguinte subtítulo:

**SUPLEMENTAÇÃO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0424****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - No município de Três Ranchos - GO****Mod. Aplic - 30****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 50.000,00****CANCELAMENTO:****UO - 54101****FUNCIONAL - 23.845.1166.0564.0001****SUBTÍTULO - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística - Nacional****Mod. Aplic - 40****GND - 4****Fonte - 100****VALOR - R\$ 50.000,00**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo suplementar a dotação orçamentária destinada ao Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística no município de Três Ranchos - GO, de forma a priorizar o atendimento das despesas no presente projeto, que ora se encontra nacionalizado.



CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

GO

PSDB

DATA

ASSINATURA

## EMENDA - 00032

EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

- **Inclua-se:** Funcional Programática: 12.636.1075.6374.0031 – Ministério da Educação/CEFET – MG - 26257

Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional – no Estado de Minas Gerais.

Esfera: 2 - GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 90 - Fonte: 112

**Valor: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)**

- **Cancelamentos:**

Funcional Programática: 12.126.1061.4022.0001 – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB - Nacional.

Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe a suplementação dos recursos do OGU/2004 destinados a modernização e recuperação de infra-estrutura física do CEFET/Minas Gerais, para aplicação nas instalações e equipamento da sede própria da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED de Divinópolis.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

3230

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

MG

PARTIDO

PL

DATA

31/8/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00033**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE L

47/2004

1 DE 1

TEXTO

• **Inclua-se:** Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0352 – Ministério do Turismo  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística– no Estado de Minas Gerais.  
Esfera: 1 - GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 99 - Fonte: 100  
**Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**

• **Cancelamento:** 23.845.1166.0564.0001  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional  
Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 40 – Fonte: 100  
**Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).**

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe a alocação de recursos financeiros para obras de infra-estrutura turística em Monte Verde, no município de Camanducaia - Minas Gerais.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
ORÇAMENTO

CÓDIGO

**3230**

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

MG

PARTIDO

PL

DATA

31/08/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00034****PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

1 DE 1

TEXTO

- **Inclua-se:** Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0352 – Ministério do Turismo  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – no Estado de Minas Gerais.  
Esfera: 1 - GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 99 - Fonte: 100  
**Valor: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)**
- **Cancelamento:** 23.845.1166.0564.0001  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional  
Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 40 – Fonte: 100  
**Valor: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).**

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa a suplementação dos recursos já destinados à construção do Centro de Convenções de Nova Serrana – Minas Gerais.

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO  
MISTA DE  
RECURSOS

CÓDIGO

**3230**

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

**MG**

PARTIDO

**PL**

DATA

31/08/2004

ASSINATURA

EMENDA - 00035

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 047/2004-CN

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

PÁGINA

1 DE 1

## TEXTO

• **Inclua-se:** Funcional Programática: 23.845.1166.0564.000 – Ministério do Turismo  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – no Estado de Minas Gerais.  
Esfera: 1 - GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 99 - Fonte: 100  
**Valor: R\$200.000,00 (duzentos mil reais)**

• **Cancelamento:** 23.845.1166.0564.0001  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional  
Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 40 – Fonte: 100  
**Valor: R\$200.000,00 (duzentos mil reais).**

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe a suplementação dos recursos orçamentários para conclusão das obras do calçamento do Bairro Porto Velho em Divinópolis – Minas Gerais.



CÓDIGO

3230

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

MG

PARTIDO

PL

DATA

31/08/2004

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00036**

E

**PL 047/2004-CN**

Mensagem 142/2004 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

47/2004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

- **Inclua-se:** Funcional Programática: 23.845.1166.0564.0352 – Ministério do Turismo  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura– no Estado de Minas Gerais.  
Esfera: 1 - GND: 4 - Modalidade de Aplicação: 99 - Fonte: 100  
**Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**
- **Cancelamento:** 23.845.1166.0564.0001  
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional  
Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 40 – Fonte: 100  
**Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).**

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe a alocação de recursos financeiros para obras de infra-estrutura turística no município de Formiga em Minas Gerais.



CÓDIGO

**3230**

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

**MG**

PARTIDO

**PL**

DATA

31/08/2004

ASSINATURA

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 1632 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012168/04-1,

RESOLVE dispensar o servidor **ÁLVARO ARAÚJO SOUZA**, matrícula 3782, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Arthur Virgílio, a partir de 27 de agosto de 2004.

Senado Federal, 1º de setembro de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1633, DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012296/04-0,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MANOEL JOÃO DA SILVA NETO**, matrícula n.º 32093, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, a partir de 23/08/2004.

Senado Federal, em 1º de setembro de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

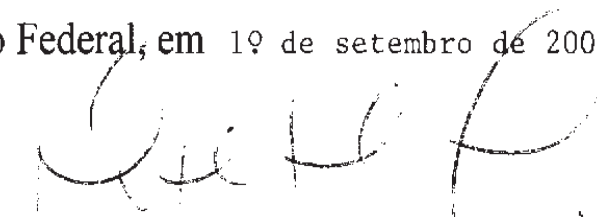


**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1634 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012260/04-5,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NAILDES ARAÚJO DO LAGO**, matrícula n.º 34576, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador João Alberto Souza, a partir de 1º de setembro de 2004.

Senado Federal, em 19 de setembro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1635, DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012273/04-0,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIA MARTINS SILVEIRA**, matrícula n.º 33584, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares Filho, a partir de 1º de setembro de 2004.

Senado Federal, em 1º de setembro de 2004.



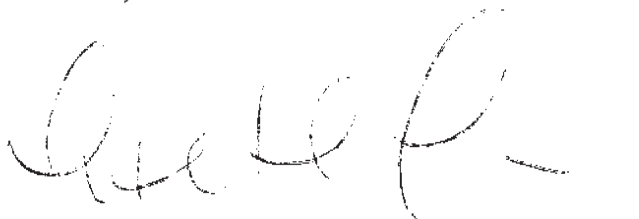
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1636, DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012269/04-2,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTÔNIO AZEVEDO DE CARVALHO**, matrícula n.º 31138, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 1º de setembro de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1637 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012269/04-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BETÂNIA CARNEIRO CAVALCANTI** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena .

Senado Federal, em 19 de setembro de 2004.

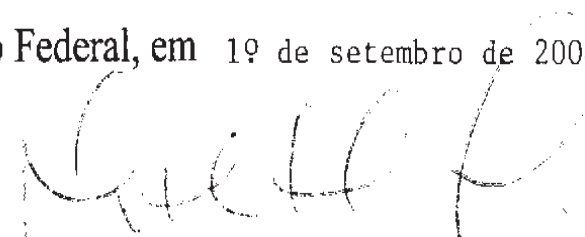
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1638 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012273/04-0**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO CARLOS VALADARES FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares .

Senado Federal, em 19 de setembro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

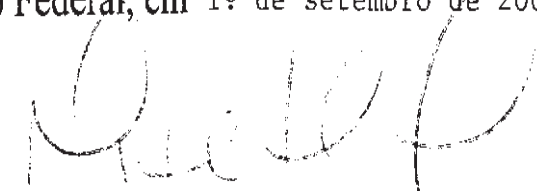
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1639 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012295/04-3**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BRUNO AIR MACHADO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 1º de setembro de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1640 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012287/04-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LÚCIA DE FÁTIMA MORAIS MARQUES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 1º de setembro de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1641 , DE 2004**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.258/04-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ DALMO DE BORBA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 1º de setembro de 2004.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUÍ</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

## SECRETARIA DE COMISSÕES

<b>Diretora:</b>	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	<b>Ramais:</b> 3488/3489/3491 <b>Fax:</b> 1095
------------------	------------------------------------	---

## SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

<b>Diretor:</b>	Wanderley Rabelo da Silva	<b>Ramal:</b> 3623 <b>Fax:</b> 3606
-----------------	---------------------------	--

<b>Secretários:</b>	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calháo Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	<b>Ramal:</b> 3508 <b>Ramal:</b> 3514 <b>Ramal:</b> 3511 <b>Ramal:</b> 4854
---------------------	--	--

## SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

<b>Diretor:</b>	Sérgio da Fonseca Braga	<b>Ramal:</b> 3507 <b>Fax:</b> 3512
-----------------	-------------------------	--

<b>Secretários:</b>	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	<b>Ramal:</b> 3520 <b>Ramal:</b> 3503
---------------------	---	--

## SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

<b>Diretor:</b>	José Roberto Assumpção Cruz	<b>Ramal:</b> 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

<b>Secretários:</b>	CAE – Luiz Gonzaga da Silva Filho	<b>Ramal:</b> 4605
	CAS – José Roberto Assumpção	<b>Ramal:</b> 4608
	CCJ – Gildete Leite de Melo	<b>Ramal:</b> 3972
	CE – Júlio Ricardo Borges Linhares	<b>Ramal:</b> 4604
	CFC – José Francisco B. de Carvalho	<b>Ramal:</b> 3935
	CI – Celso Antony Parente	<b>Ramal:</b> 4354
	CRE – Maria Lúcia Ferreira de Mello	<b>Ramal:</b> 4777
	CLP – Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	<b>Ramal:</b> 1856

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

## 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

### TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

### TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)  
**Vice-Presidente:** Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

\*\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO  
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA  
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)**  
**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)**  
**Relator: Senador Ney Suassuna**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
<b>PDT - PPS</b>	
(vago)	(vago)

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA**  
**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)**  
**Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E-Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO  
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)  
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)  
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.  
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**

**Vice-Presidente: (vago)**

**Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

\* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS  
DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**

**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS  
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E  
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS  
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO  
(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati  
Vice-Presidente: Pedro Simon  
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E - Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**  
**Vice-Presidente: (vago)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

\*\*\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**  
**PERMANENTE**  
**9 (nove) titulares**  
**9 (nove) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**





**SENADO FEDERAL**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

**PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS**  
**(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS  
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519  
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO  
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254  
Email: jcarvalho@senado.gov.br  
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS  
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

\* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003  
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Efraim Morais	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.  
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E - Mail: mariadul@senado.br

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas  
E - Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**  
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

**Presidente: Senador Marcelo Crivella**  
**Vice-Presidente: Senador João Capiberibe**  
**Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E - Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

**Presidente: Senador Jefferson Péres**  
**Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas  
E - Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**

**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286



# CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA <sup>13</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

### Notas:

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

## **CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

(Resolução nº 17, de 1993)

### **COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**1ª Designação:** 16.11.1995

**2ª Designação:** 30.06.1999

**3ª Designação:** 27.06.2001

**4ª Designação:** 25.09.2003

### **COMPOSIÇÃO**

<b>SENADORES</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>ESTADO</b>	<b>RAMAL</b>
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB<sup>5</sup></b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente nato:** Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Melles (PFL-MG)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

# CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) \*
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) \*

\* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)



# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

## **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup>	
<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

## **SENADORES**

TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)</b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
<b>PPS</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

## **DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
<b>PPS</b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado CARLOS MELLES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**EDIÇÃO DE HOJE: 154 PÁGINAS**